



SCRIBO
FIRMARE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

29 NOV 1968
63.372
DE COMUNICAÇÕES
Carimbo do S. C.

Proc. 52 273 de 3.10.68- DPF

Acusa Of. 213/68 de D.S.I.MJ- sobre pedido de juntada de nove elementos relacionados com o jornal "O METROPOLITANO"-da extinta UME, evol- ve processo n. 164/68- DPF, informando que o mes- mo não foi encontrado naquela Delegacia, de Ordem Seccial.

Anexo:

Distribuição

D.S.I. - Rio
2.12.68 pm

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL - DOPS

(62)

D.F.S.P.
 052273 - 3 OUT 68

29 NOV 1968
 63.372
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

4709

Memº. nº.47/68
 Ep, 02/out./68

Do: Delegado de Ordem Social
 Ao: Sr. Cel. Diretor da Divisão
 Ass: Devolução de expediente (fez)

MJ - DPF - D. O. -
S.V. PLANEJAMENTO
 Prot. N.º 164/68
 Em 09/10/68
 CHEFE

D.F.S.P. - Div. Op.
PROTOCOLO N.º 1507
 Entrada em 7/10/68
 Saida em
 Funcionário

Senhor Diretor:

Devolvo a V.Sª. o expediente referente ao processo nº.164/66, informando que o mesmo não foi encontrado nesta Delegacia.

SEM NIO FICAR

Atenciosamente,

Jayme Rubstem
 Cel. JAYME RUBSTEM

Resp. p/ DOS/DOPS.

D.F.S.P. - D.O.P.S.
PROTOCOLO N.º 1027
 Entrada em 03/10/68
 Saida em
 Funcionário

SRA. - DA. - D.F.S.P.
 Em 03/10/68 AS 16h
 [Assinatura]



(64)

D. F. S. P.	
034623	29 MAI 68

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DSIJ/213/68

Em 23 de maio de 1968

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do M.J.

Ao Exm^o Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal

Assunto: Solicitação (faz).

~~Confidencial~~

Senhor Diretor-Geral

A fim de proceder a juntada de novos elementos relacionados com o jornal "O Metropolitano", - órgão oficial da extinta UME, solicito a Vossa Excelência determinar as devidas providências no sentido da remessa, a esta Divisão, do processo nº 164/66, encaminhado a esse Departamento em 17 de janeiro do ano em curso, segundo informação prestada pelo Gabinete do Senhor Ministro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e consideração.

Pelo Diretor

Carlos Guimarães de Mattos

 Brigadeiro R/R - CARLOS GUIMARÃES DE MATTOS
 Diretor

SRA. - DA. - D. F. S. P.

RECEBI. *29/5/68* AS 16 HS

DEPTO. NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO (DIN)

P.13.096/68.

AJ/MD.

64W

U.F. 270
1968 05 28

URGENTE

À DA/SRA, para informar o destino do processo anterior. Em 29-6-68.

Edyr Portocarrero
Cel. Edyr Portocarrero Peixoto
Chefe do Gabinete
INFORMA S.R.A.

Informo a V.Excia., que todos os expedientes (secrets e singilosos) que dão entrada nesta seção, são encaminhados por intermédio de guias de ofícios / sem protocôlar.

CUTROSSIM, informo que o expediente solicitado no presente tudo indica ser um DOC. CONF. de nº 66/DSI/MJ, que foi encaminhado para V.EXCIA., em 18/1/68 pela / guia de ofício nº 205.

BRASILIA 30-5-68
Paulo Pires

À DO, para onde foi remetido o documento citado em 19 de janeiro último.
Em 31-5-68.

pelo Cel. Edyr Portocarrero Peixoto
Chefe do Gabinete
Albuquerque
de Gal em exercício

SRA. - DA. - D. P. S. P.
RECEBI EM 31/5/68 AS 17 HS
ASS. *[Signature]*
CHEFE SUBSEÇÃO RECRUTAMENTO (SSRR)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Secret para inf. o destino
anexando caso ainda esteja
na D.O.

em 4/6/68

[Signature]

DE ORDEM:

Na Secretaria nada consta.

Ao SI/DO p/ verificar.

em: 7-6-68

[Signature]
Yone Soares

Chefe da Sec/DO

O processo nº 164/66, citado no presente
expediente foi objeto de consultas e
pesquisas dentro e fora deste SI/DO sem
que entretanto fosse localizado, visto não
constar em nossos registros.

Brasília, DF, 12/06/68

[Signature]

Obs: I - O "Documento Confidencial" nº 66/DSI/MS

que a S.R.A. achou ser o do processo 164/66
não o é, sendo aquele de fato o encaminhamento
nº 66/DSI/MS que trata de críticas de órgãos da
imprensa e de certos cronistas (Stankow, Pule,
Carlos Heitor Cony, etc...) à Revolução, de qual a D.S. é responsável.

II - Não foi localizado pela Sec/Gab o processo 164/66/MS,
nem na S.R.A.

Em 07/07/68

[Signature]



66 3

690

u/m



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DSIJ/425/68

Em 27 de agosto de 1968

Do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do M.J.

Ao Senhor Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal

Assunto : Renova solicitação:-

Confidencial

*A 1900
Chif*

03286

Senhor Diretor-Geral

Renovo a Vossa Excelência a solicitação constante do Ofício DSIJ/213, de 23 de maio último, no sentido de que sejam determinadas as devidas providências para a remessa, a esta Divisão, do processo nº 164/66, encaminhado a esse Departamento em 17 de janeiro do ano em curso, segundo informação prestada pelo Gabinete do Senhor Ministro, a fim de proceder à juntada de novos elementos relacionados com o jornal "O METROPOLITANO" - órgão oficial da extinta UME.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Carlos
Brigadeiro R/R - CARLOS GUIMARÃES DE MATTOS
Diretor

AJ/MD.

P.13.096/68.

De ordem

(66V)

Do DOPS/DF para verificar,
com a informação de que
nada consta sobre este processo
na Divisão de Operações (na Secre-
taria e no Serviço de Informações
(D.O.), em virtude de ser órgão
específico de ordem política e que
possui arquivos mais antigos e
completos que a D.O.

Rob
10/9/68
a. R. S. M.



Ao Serviço de Informações.

Em 10/9/68.

Newton Braga
NEWTON BRAGA TEIXEIRA
DIRETOR DA DOPS.

Em 11. 9. 68

Sr. Diretor do DOPS.

O processo 104/66 não seu
entrada. n.º 1.

Leandro
Chefe do SI/DOPS.

De ordem

A Delegacia, para informar

Em 12-9-68

Donatelo
Chefe Secretaria DOPS.



As Seções de Investigações da
b.o.s. e b.o.p., e os Cartórios
para informar o que constar.

Brasília, 12/9/68.
Bel. Jayme Rubzern
Resp. P/b.o.s. e b.o.p./bops.

Sr. Delegado:

O processo 164/66. de o presunt não
deu entrada no livro de Liv. de Delegacia
de Ordem Social / Dops.

Brasília, 19/09/68
Ruy Mendes
Chefe de Sec. de Invest. da D.O.P.

Sr. Delegado:

Informo que esta cópia não tem conde-
namento do Processo em referência.

Brasília, DF, 12/9/68
Ruy Mendes
Chefe da Sec. de Invest. da D.O.P.

Sr. Delegado:

Informo que o processo em referência
não foi encontrado no Cartório desta Del-
gacia de Ordem Social da Dops.

Lim, 19-09-68
Ruy Mendes
Brasília - Chefe de Cartório

A Secretaria para informar.

Em 03/10/68.

[Handwritten signature]

NEWTON BRAGA TEIXEIRA.

PI DIRETOR DA DOPS.
chefe do SI/DOPS

Senhor Diretor:

Informo-vos que nesta Secretaria não foi encontrado o processo em tela, nem consta registro de sua passagem .

Em 03/10/68.

[Handwritten signature]
JOSE AFONSO DE ANDRADE.
CHEFE DA SEC - D O P S.

Devolva-se ao Senhor Diretor da D.O.

Em 03/10/68.

[Handwritten signature]

NEWTON BRAGA TEIXEIRA

PI DIRETOR DA D O P S.
chefe do SI/DOPS.

Despacho:

Sv. Planejamento:

Fazer um histórico de tudo isso.

em 8-10-68

[Handwritten signature]
DIONISIO MACIEL DO NASCIMENTO JUNIOR
Diretor da Divisão de Operações



Do: Chefe do Serviço de Planejamento
Ao: Sr. Diretor da Divisão de Operações
Assunto: Análise (Apresenta)
Ref.- Ofício DSIJ/213/68-MJ-Prot. nº SRA-34.623/68-Mem.nº47/68
Prot.. nºSRA 052273- 3.10.68.

Em, 10 de outubro de 1.968

ANÁLISE Nº 120/68-SERV. PLAN.

Senhor Diretor:

Trata-se de solicitação do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, ao D.P.F., para que se remeta aquela Divisão, o processo nº 164/66, a fim de proceder a juntada de novos elementos relacionados com o jornal "O Metropolitano"-órgão oficial da extinta UNE.

Alega o Ministério da Justiça que encaminhou o referido expediente, em 17 de janeiro de 1966, conforme informações do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça.

A presente solicitação percorreu os trâmites normais sem que nenhuma dependência dêste Departamento localizasse o Proc. 164/66.

Através do DSIJ/425/68, mais uma vez o Ministério da Justiça reitera o pedido acima citado.

CONCLUSÃO:

Como não nos resta mais possibilidade de atender a solicitação feita pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, cabe-nos enviar uma informação comunicando que o processo nº 164 não foi encontrado no Departamento de Polícia Federal.

É o nosso entendimento.

De acordo

*R DSIJ/MJ
com estas informações
pt. novas providências*

*10/10/68
Mesterson Medeiros Bras Sr - Presp pela DO/DPF*

Manoel Marçilio Noqueira
MANOEL MARÇILIO NOQUEIRA
C/Ch. Sv. de Planejamento-DO

Sr. Director

O processo nº 164/66, segundo esclareci-
mentos obtidos na Secretaria Administrativa
do Gabinete foi entregue ao DPF, na fian-
cavaria, conforme o talonário nº 104, de
17.1.68, de cópia anexa.

DSIJ, 21.10.68

Affonso
Secretario

at J.A.

Informar a DPF

68 em 68

[Signature]

De ordem

à DR/68 pt localizar este processo,
anexar a este e devolver a este SIAO

19/11/68
[Signature]
SERVIDOR IMPROBADO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

69

RECIBO N.º: 104

EM: 07.1.68

EXPEDIENTE: Proc. 164/66 - SS-UG/mem/2/66

DESTINATÁRIO: S.P.G.

ANEXOS:

RECEBIDO POR:

Walter

ENTREGUE POR:

ENCARREGADO D.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL - GB

70

REF. Prot. SRA-34.623/68- Doc. Reservado nº 1128/68-DR/DPF/GB.

DE ORDEM,

Ao ERGAB para juntar ao processo Reservado nº 076/68, referente ao Informe nº 2289/Cenimar/28/12/65, origem S. Segurança Nacional do M.J.N.I., remetido a esse Gabinete em 25/10/68, conforme recibo assinado pelo Dr. Rogério, em esse poder.

Em, 25/11/68.

JOSE DE SA LEITAO
Chefe de Secretaria de Gabinete - DR/GB

ERGAB/GB

O processo acima referido, foi encaminhado ao Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça, por intermédio do Chefe de Gabinete deste Departamento, em 25 de outubro último, pelo Malote 11 895, item 5.

GD/GB, em 25 de novembro de 1 968

ROGERIO NUNES
Chefe do ERGAB/GB

Restitua-se à DSI/MJ com os esclarecimentos prestados pelo Chefe de ERGAB/GB.

Brasília, D.F., em 27 de novembro de 1968.

[Signature]
R. Munhoz - Chefe do Gabinete

SRA. DA - D. F. S. P.
RECEBI *[Signature]* 27/11/68 AS *[Signature]* HS.
GABINETE DO MINISTRO DE AGRICULTURA (SABER)

REGAB/GB

o processo antes referido, foi enviado
para o Chefe do Gabinete do Ministro
de Justiça, por intermédio do Chefe de
Gabinete deste Departamento, em 23 de
outubro último, pelo ofício nº 301,100
de 23 de novembro de 1968.

REGAB/GB
GABINETE DO MINISTRO DE AGRICULTURA

o metropolitano

COSTA E SILVA E A DITADURA DE CLASSE INSTITUCIONALIZADA

Art. 1 — Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2 — A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Cap. I do decreto-lei 314 (Lei de Segurança Nacional)

Após o golpe de 1964, a perplexidade tomou de assalto a consciência pequeno-burguesa. É que, neste tipo de consciência, a realidade tem como reflexos as ilusões engendradas por uma impossibilidade de se proceder à uma análise científica dos fenômenos sociais. Paralelamente ao tipo do «governista cínico», que aceita «in totum» tôdas as conseqüências liberticidas da atual situação político-social por se identificar com os interesses de classe que são a sua válvula motora, vemos consciências que se voltam contra o atual poder embora de maneira débil e sem compreender seus mecanismos profundos, apegando-se apenas aos aspectos que lhes são mais sensíveis, como «cerceamento de liberdades», mas que no entanto não são suficientes para delinear o sentido mais exato do que ocorre no geral.

Muito ao contrário do que apregoa o jornalista Hélio Fernandes, no editorial do dia 21 de março em Tribuna da Imprensa, os governantes não «legislaram imbecilmente. Tampouco o governo «foi uma espécie de pioneiro do vazio, de desbravador do nada, «O que na realidade aconteceu, e a perplexidade, a ilusão e a emocionalidade não podem entender, é que o governo passado levou à cabo, e brilhantemente, a etapa inicial da tarefa de fortalecer o domínio das classes que compõem o poder, dotando o país de uma nova legislação e de uma programação e métodos ocorre, racionalmente orientados para este fim. Usou de uma técnica política lúcida e as próprias mên-

tiras e empulhações, fazem parte desta lucidez. Assim, a perspectiva do atual poder, é sintetizada nos termos da segurança nacional, redefinida como «a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos». Os «antagonismos internos» se referem às próprias contradições existentes no seio da sociedade brasileira. «Antagonismos externos» é a fórmula justificadora do novo conceito de «fronteiras ideológicas» que torna obsoleto o antigo conceito de fronteira geográfica.

Aqui, cumpre lembrar a redefinição (dir-se-ia melhor explicitação) da função das forças armadas, instituição que, segundo os próprios homens do governo tem como finalidade específica, a defesa interna. O que vemos, pois, é que os ideólogos das classes dominantes, tomando consciência das profundas contradições existentes na sociedade brasileira, criam os elementos necessários para orientar sua ação no sentido de conter à ferro e fogo tôdas as forças que possam se opor à sua dominação. Demonstram clareza ao legislar. Mentem ao falar de «consecução de objetivos nacionais», quando se referem aos seus próprios objetivos minoritários.

Prossigamos. A estagnação econômica, o subdesenvolvimento, a exploração do capital norte-americano sustentada pelos títulos do imperialismo, a monopolização da indústria e o monopólio da terra, engendram o acirramento das contradições sociais, impulsionando o movimento das

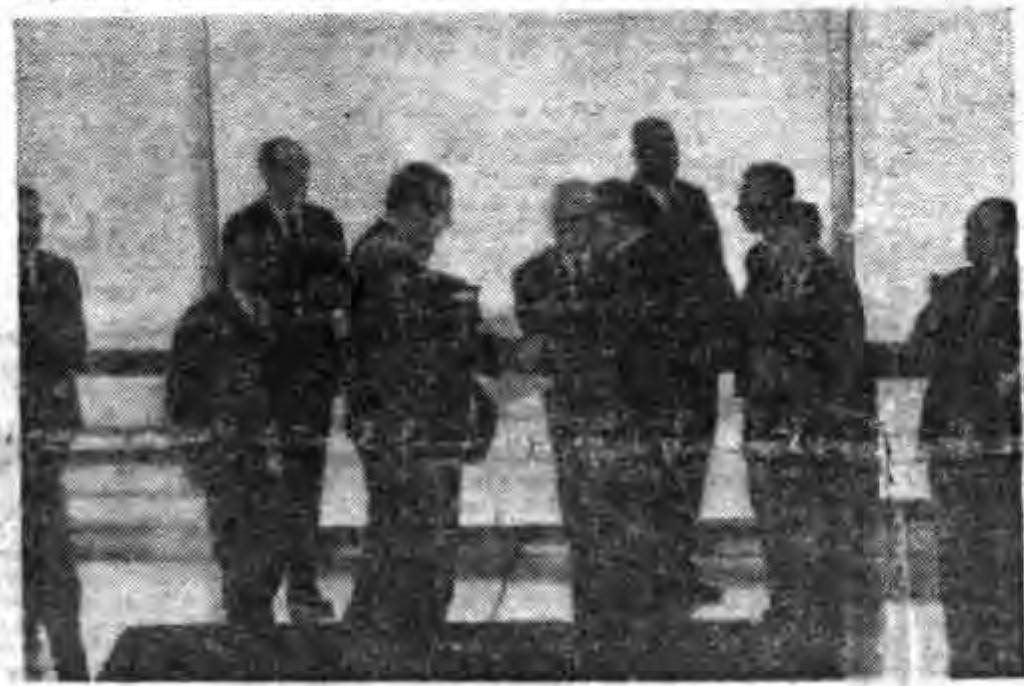
massas oprimidas e gerando a oposição revolucionária ao regime. Para os ideólogos da reação «... o que não é lógico nem justificável é que as instituições constitucionais não se amoldem a esses novos fatores reais...» (Carlos Monteiro da Silva, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em introdução ao anteprojeto da nova constituição.) Trata-se pois, com mãos dadas ao imperialismo norte-americano, de promover, no âmbito nacional, sua estratégia geral para a América Latina.

Como se insere nesta realidade, o dado Costa e Silva?

Vislumbrando o contado fundamental e as implicações da situação acima delineada, entendendo como ela é a expressão assumida pela luta de classes neste momento, ligando-a à estratégia geral da exploração imperialista, não guardamos dúvida de que apenas os grandes movimentos das massas populares, encabeçados por uma liderança conseqüente, podem fazer estremecer suas bases. A brutal agressão ao Vietnã, a invasão de S. Domingos, a formação da Força Interoamericana de Paz, a disputa pelo Panamá devem estirpar ou «quer ilusões» que ainda existem com respeito ao pacifismo e aos políticos «ternalistas». O povo só pode confiar na sua própria força.

Vista deste ângulo, resta a dimensão demagógica do Governo Costa e Silva se reduz à um montículo de possibilidades concretas. Ela representa, no fundamental, apenas uma mudança de tática. É que o novo governo percebeu o crescente estreitamento da sua base social e se prepara para conceder migalhas a alguns setores da sociedade. É que o poder já não se situa na sua primeira fase, onde racionalizou a vida nacional segundo seus interesses onde preparou seus veículos mais convenientes de dominação, recebendo por conseqüente uma oposição ampla e unânime, tendo freqüentemente a necessidade do uso da força e da ilegalidade. Hoje, o governo já não recebe oposição pela sua ilegalidade: apenas pela sua ilegitimidade. A brutal usurpação dos direitos democráticos conseguidos pelo povo em anos e anos de lutas, será, para a consciência estreita, apenas um pecado de Castelo Branco. Costa e Silva poderá ser a esperança da democracia. E o direito de greve e livre organização dos trabalhadores? E a livre organização paritária? E a universidade autônoma e gratuita? E as leis de segurança Nacional, Imprensa e constitucional?

A resposta para estas perguntas não se contém em Castelo Branco ou Costa e Silva, nas migalhas passageiras ou nas demagogias. Ela encontra os fundamentos de uma estrutura e de uma dominação. Ela encontra a negação da ilusão e da alienação política e a afirmação da necessidade histórica da libertação nacional.



Seminário UNE-UME: Teses

PENETRAÇÃO IMPERIALISTA: ACÓRDO MEC-USAID, «REFORMA UNIVERSITÁRIA» DA DITADURA

Já vimos que consta do Plano Decenal do governo a recomendação no sentido de reforma da universidade. Em 1964, o ministro Duplay declarou que "...já foram iniciadas conversações com o governo norte-americano para assinatura de convênios, tendo em vista a reestruturação das universidades brasileiras".

A discussão da possível reforma universitária da ditadura coincide com a denúncia da penetração imperialista na educação pela reforma universitária ao imperialismo — e a realidade do acordo MEC-USAID, que pretende a "melhoria do atual sistema de ensino brasileiro" (texto do acordo), através da cooperação de técnicos brasileiros com técnicos da USAID.

A estrutura educacional brasileira sofreu as seguintes críticas em documento oficial do escritório de pesquisa econômica aplicada (EPEA) do Miniplan (Educação — diagnóstico preliminar — 1965):

1. "preponderância de graduação em leis e ciências sociais e humanas, manifestadas em certas regiões estratégicas para o desenvolvimento do País" (por "ramos estratégicos" entende-se: agronomia, arquitetura, odontologia, farmácia, Engenharia, Medicina, Química, Veterinária);

2. "irrealismo por sustentar uma posição falsa diante da problemática brasileira";

3. "excesso de dispersão geográfica";

4. "corpo docente qualitativamente inadequado";

5. "multiplicação de laboratórios e equipamentos... capacidade ociosa por falta de alunos."

O citado documento frisa a "excepcional importância" a ser dada ao problema da educação brasileira, "o qual já age como obstáculo ao processo de desenvolvimento" e enfatiza a necessidade de intensificação "de programas objetivos e projetos específicos" para acelerar a solução dos mais importantes problemas quantitativos e qualitativos.

As críticas para a solução dos problemas da universidade brasileira estão contidas nas recomendações constantes do relatório do professor Rudolf Atcon, no capítulo de Anteprojeto de Concentração da Política norte-americana na América Latina, na reorganização universitária e sua integração econômica. O projeto foi encampado pela USAID e suas diretrizes estão subscritas em várias iniciativas oficiais da "reforma universitária".

São as seguintes as recomendações do relatório Atcon, va-

sendas numa análise da universidade latino-americana:

1. "O êxito final de nossas tarefas depende de uma focalização sócio-econômica e educacional perante a América Latina. Por esta razão, devemos criar uma CEPAL educacional para coordenar os estudos e programas de ação com a CEPAL econômica já existente. Este organismo educacional de alto nível deve estar qualificado para: a) desenvolver uma filosofia educacional para o continente; b) estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e em todos os países; c) dar prioridade máxima a todas as questões educacionais para a prática de tal política; e) criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas".

2. "A Universidade latino-americana deve consolidar sua autonomia e adquirir um grau maior de independência real. O melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é a transformação da universidade em uma fundação privada".

3. "A reforma administrativa inclui a eliminação da interferência estudantil na administração tanto colegiada como gerencial".

4. A reforma fiscal compreende, em seu item d: "Colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos: I — a responsabilidade financeira deveria estabelecer-se eventualmente, na divisão pelo estudante e pela universidade, do custo real do mesmo; II — deve ser estabelecido um fundo assistencial de bolsas de estudo adicionais para compensar o desaparecimento da educação superior gratuita".

Atcon após entusiasticamente o plano de outro professor norte-americano, M. R. Asimov, aplicado em algumas universidades do Nordeste (Plano RITA), que consiste no "fomento de pequenas indústrias no interior, por iniciativas de quadros técnicos da universidade, junto às autoridades locais e especialistas estrangeiros".

Projecção do Plano RITA é a criação, na UFRON (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária (CRUTAC), "uma ampliação do sistema educacional... criação de uma espécie de "corpo da paz" universitário nacional" (relatório Atcon). Atcon aplaude este tipo de empreendimento embora, em outro texto, lamenta a "indesculpável negligência dos

americanos e das outras instituições mundiais de assistência técnica, direta ou indiretamente ligadas aos esforços norte-americanos no que diz respeito à criação de um corpo de consultores, em organização e reorganização universitária".

Chegou a hora de colocarmos em questão o que seja realmente "reforma universitária". A universidade, por seu caráter elitista, é uma das forças de dominação do sistema, formando profissionais vinculados ao "status quo", representantes políticos das classes dominantes, forjando os próprios esquemas intelectuais de dominação. Analisando os pontos fundamentais da relação Atcon, concluímos que ele não coloca em questão as bases estruturais do ensino brasileiro. Ao contrário, ele visa justamente a eficiência desse ensino: trata-se de formar profissionais operacionais e vinculados ao "status quo". Isto é, quadros técnicos para o desenvolvimento capitalista, sob a orientação do imperialismo.

O imperialismo se faz presente no ensino, a partir de dois dados: 1 — transformação da universidade em fundação privada e 2 — o acordo MEC-USAID.

A transformação da universidade em fundação pressupõe a existência de uma firme estrutura capitalista, na qual as empresas se sentirão em condições de investir em projetos de educação superior que lhes forneçam quadros técnicos que se fazem necessários. Esse, no entanto, não é de modo algum o caso do capitalismo brasileiro, dominado pelo imperialismo. Assim, a transformação da universidade em fundação significa a entrega da universidade ao imperialismo, pois só os grupos monopolistas do capital internacional terão condições de manter e orientar as universidades transformadas em fundações, levando à progressiva privatização do ensino superior. Como consequência, teremos o enquadramento da estrutura educacional superior do país numa forma de organização em que ela dependerá materialmente de grupos privados não nacionais, imperialistas, que, em última análise, o obrigam.

Objetivando um total domínio sobre o ensino universitário brasileiro, o acordo MEC-USAID é mais um plano de infiltração imperialista do ponto de vista de uma filosofia política, que assimilada, vem propiciar a manutenção do sistema legal de ensino superior no Brasil, "de forma a chegar a um plano de longo alcance, para o desenvolvimento do sistema", criou-se "uma equipe de assessores norte-americanos do técnico em planejamento que deveria servir junto ao Ministério, constituindo assim, a Equipe de Planejamento de Ensino Superior (EPES)".

Esta equipe de norte-americanos e brasileiros responsáveis pela reestruturação geral do ensino brasileiro, financiada pela USAID, traçará ainda, "os tipos de estrutura de organização e de procedimentos administrativos do ensino superior brasileiro". Indicarei "as formas de provimento das quadras de pessoal, inclusive dos quadros administrativos, corpos docentes, equipes de pesquisas e quadros burocráticos para o cumprimento dos programas universitários, nos termos da estrutura de organização recomendada".

Finalmente, determinará "os tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informação de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária".

Desta forma, planejará "as medidas necessárias à execução do plano mediante a efetivação por etapas, de reformas desejáveis do sistema, acompanhada de perto, pela ação executiva que a sua efetivação exige". Bem como fará o levantamento dos "requisitos financeiros, tanto em termos de capital quanto de operação, inclusive prioridades recomendáveis, montantes e fontes para financiamento adequado de todo ensino superior".

I — elaboração de uma série inicial de planos executivos para ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior, abrangendo os próximos cinco anos;

II — criação de um mecanismo eficiente para desenvolver planos a curto e longo prazos;

III — criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, brasileiros, cujo treinamento e experiência os capacite a levar adiante, para o Ministério, esse planejamento em bases contínuas, progressivamente mais avançadas".

Para a sua aplicação o governo visa "a criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional", formado por "bolsistas selecionados de pesquisa a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países que não o Brasil para receber treinamento".

Com o objetivo de instituir e manter o processo dinâmico de planejamento de ensino superior, visando a determinação de que poderia constituir um sistema legal de ensino superior

no Brasil, "de forma a chegar a um plano de longo alcance, para o desenvolvimento do sistema", criou-se "uma equipe de assessores norte-americanos do técnico em planejamento que deveria servir junto ao Ministério, constituindo assim, a Equipe de Planejamento de Ensino Superior (EPES)".

Esta equipe de norte-americanos e brasileiros responsáveis pela reestruturação geral do ensino brasileiro, financiada pela USAID, traçará ainda, "os tipos de estrutura de organização e de procedimentos administrativos do ensino superior brasileiro". Indicarei "as formas de provimento das quadras de pessoal, inclusive dos quadros administrativos, corpos docentes, equipes de pesquisas e quadros burocráticos para o cumprimento dos programas universitários, nos termos da estrutura de organização recomendada".

Finalmente, determinará "os tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informação de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária".

Desta forma, planejará "as medidas necessárias à execução do plano mediante a efetivação por etapas, de reformas desejáveis do sistema, acompanhada de perto, pela ação executiva que a sua efetivação exige". Bem como fará o levantamento dos "requisitos financeiros, tanto em termos de capital quanto de operação, inclusive prioridades recomendáveis, montantes e fontes para financiamento adequado de todo ensino superior".

Dois trechos citados, decaem-se que a importação de técnicos norte-americanos para o Brasil não objetiva evidentemente uma simples e justa reestruturação do sistema de ensino em termos da realidade brasileira, mas sim, que através de um trabalho conjunto dos mesmos com técnicos brasileiros, seja possível uma adaptação desta realidade ao objetivo fundamental dos acordos do mesmo tipo: a) criação de bases para a consecução de um plano de integração sócio-econômico que o imperialismo objetivou para o continente latino-americano.

E o que se pode concluir, também, do relatório do Miniplan-Educ. do EPEA "... tendo em vista principalmente a aquisição de técnicas modernas de análise de planejamento notadamente com relação a certos setores da infraestrutura (transporte, energia elétrica), vêm-se assinando convênios com entidades internacionais, sejam órgãos das

Nações Unidas (como a CEPAL e a CELADE), seja o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde, a OEA, Aliança para o Progresso, universidades ou instituições de pesquisa, etc., com o objetivo de serem incorporados a esse plano. Tal iniciativa, além de completar numericamente o corpo de técnicos nacionais, permitirá a sua qualificação, pela oportunidade de absorção de métodos de pesquisa e programação, ainda insuficientemente conhecidos no país".

Nações Unidas (como a CEPAL e a CELADE), seja o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde, a OEA, Aliança para o Progresso, universidades ou instituições de pesquisa, etc., com o objetivo de serem incorporados a esse plano. Tal iniciativa, além de completar numericamente o corpo de técnicos nacionais, permitirá a sua qualificação, pela oportunidade de absorção de métodos de pesquisa e programação, ainda insuficientemente conhecidos no país".

A aplicação do acordo MEC-USAID já se faz notar também nos níveis médio e primário, sem que dêles se tenha notícia, tudo nas mesmas bases de paridade numérica e "contum acórdios, nas decisões, acrescentando-se que Rudolf Atcon escreveu um livro depois de percorrer dezessete universidades brasileiras, a pedido do ministro Mônica de Aragão, sem que ninguém tivesse disso conhecimento. Frise-se que o acesso às reuniões MEC usuais foi proibido à imprensa ou interessados, sem que nem mesmo os reitores das universidades fossem informados do seu andamento.

Conclui-se pois, que o que se pretende importar com os técnicos norte-americanos não será o seu "know-how", mas uma filosofia educacional que nos vai ser imposta sem qualquer resistência nem mesmo das áreas interessadas imediatas e estudantis em geral, aliada de que se possa contestar essa filosofia e os processos educacionais dela decorrentes (desenvolvidos num país alheio) — como totalmente desvinculados da nossa realidade nacional, à qual o ensino superior deve servir.

É verdade que o convênio faz uma pequena concessão: "a Equipe de planejamento do ensino superior recomendará a nomeação de comitês e comissões constituídos por elementos dos quadros administrativos-universitários, corpos docentes, discentes, grupos de líderes de comunidades e outras entidades e órgãos — que a Equipe julgar necessárias ao conveniente estudo de áreas — problemas — sistematização de planos propostos e consecução das metas visadas".

No que diz respeito ao movimento estudantil, e levando em conta as últimas experiências do "diálogo" com as autoridades da ditadura, não temos nenhuma ilusão quanto às consequências práticas deste parágrafo. Par-se-á o que a Equipe "julgar necessário", e as "metas visadas" jamais poderão ser postas em causa. Trata-se evidentemente de uma concessão retórica.

Desta forma, pretendem as classes dominantes estabelecerem uma base de aceitação de todo o processo de dominação que desejam manter.

PLANO DE LUTA

O Movimento Estudantil inscrito na problemática social e política de nossa época é nos países subdesenvolvidos, uma

força auxiliar importante de luta anti-imperialista. As manifestações estudantis na África, Ásia e América Latina evidenciam esta afirmação. No entanto, por sua própria situação na pirâmide social, não estando ligados diretamente ao processo produtivo, os estudantes, enquanto agrupamento social, são incapazes de contestar globalmente o regime.

Suas críticas ao "status" só adquirem muito mais da barreira que representa o subdesenvolvimento e o estado de dependência de seus países criando-lhes impossibilidades reais de se realizarem profissionalmente. Advindos em sua maior parte das classes médias, e seu condicionamento de classe e a sua própria condição material leva-os com grande frequência, a serem utilizados por uma das classes dominantes como massa de manobra na sua disputa com as demais classes da sociedade. Só na medida em que compreende o interrelacionamento existente entre os fenômenos sociais, entre o subdesenvolvimento e a dominação externa, entre o atraso da economia e a forma de propriedade, entre a base material e a superestrutura da sociedade é que poderá ser encaminhado a desempenhar aquele papel de Aliado das classes revolucionárias.

No caso específico do Brasil o movimento estudantil vinha desempenhando um papel destacado no processo de luta de classes. Inicialmente enquadrado pelos governos burgueses, começou a romper os limites que lhe eram impostos na medida em que o movimento de massas avançava e no momento em que o proletariado, ultrapassando suas lideranças reformistas, começava a pôr em cheque não só o imperialismo e o latifúndio mas também o domínio burguês. O Movimento Estudantil acompanhava este avançar, sem bem que não formulasse com clareza o papel que deveria desempenhar na luta.

A repressão aberta iniciada em abril de 64 atingiu os estudantes principalmente por causa de sua capacidade de mobilização e agitação dos problemas nacionais. A lei Duplay foi o instrumento utilizado para imobilizá-los. A negatividade por parte dos estudantes, em aceitar este cabresto, revitalizando as UERs e principalmente a UNE e mantendo os distúrbios e primos desorganizados na prática, tornou o instrumento da ditadura, demonstra-se possibilidades de ME de enfrentar a ditadura e denunciá-la constantemente, principalmente enquanto o movimento de massas e, em especial, a classe operária estiverem afastadas da arena po-

lítica. Será através da agitação e da denúncia e da resistência à ditadura que o ME cumprirá o seu papel no momento atual. É preciso, no entanto, encaminhá-lo conscientemente para uma aliança efetiva com os trabalhadores, concretizando a Aliança Operário-Estudantil-Camponês. Isto, só se efetivará quando compreender a incapacidade de liderar o processo e dessa forma, aliar-se enquanto força auxiliar, aos trabalhadores de cidade e de campo.

Se constatamos ser a contradição fundamental da sociedade moderna aquela existente entre a grande burguesia imperialista e o proletariado internacional e que ela se apresenta no Brasil como o antagonismo existente entre os trabalhadores brasileiros e a aliança de classes (burguesia, imperialismo e latifúndio) que tem como força hegemônica o imperialismo norte-americano cabe-nos imprimir o ME uma atuação que leve à contestação dessa aliança e dessa dominação. O combate à ditadura, assim deve ser, colocado como o combate aos interesses das classes dominantes e assumir formas cada vez mais profundas.

Isto não implica em abandonar a luta pelas reivindicações específicas dos estudantes. Será a partir delas, que poderemos mobilizar os estudantes e encaminhá-los para ações mais consequentes. Isto requer, no entanto, que estas reivindicações particulares sejam ligadas às reivindicações mais gerais de todo o povo e, principalmente dos trabalhadores. Vincular os problemas específicos dos estudantes à realidade em que eles se apresentam procurando, assim, apreender essa realidade como uma totalidade.

Assim é que, por exemplo a luta contra o pagamento de anuidades nas Universidades deve ser ampliada para a luta pela gratuidade do ensino em todos os níveis; a denúncia do acordo MEC-USAID deve abordar, também o controle que estão submetidos os professores e o próprio pessoal administrativo das faculdades ganhando-os para a luta. A partir de luta pelas reivindicações específicas devemos encaminhá-lo movimento estudantil dentro de uma perspectiva mais ampla que de as condições básicas para sua projeção para fora das universidades, ganhando as ruas e passando a lutar pelos objetivos políticos e econômicos dos trabalhadores e da maioria da população. Isto porque, apesar do fato de atualmente o movimento estudantil ser o único setor a se colocar frontalmente contra a estrutura que sustenta o regime por sua maior

condição de organização, não pode pretender manter-se isolado das classes que realmente tem condições de modificar a estrutura, pois só se isso ocorrer, não há como lutar contra a estrutura. Desta forma, temos que, sem abandonar as reivindicações parciais, colocar claramente que a sua conquista e a resolução dos problemas particulares estão vinculadas à transformação mesma da sociedade, a reformulação radical das estruturas sociais.

Nestes termos, os da contestação da estrutura do sistema que permeia e determina as relações que estabelecem a sociedade dividida em classes, cabe ao movimento estudantil por parte de suas vanguardas estabelecer um programa de luta que dá homogeneidade à sua atuação. Assim é que torna-se de grande importância o fator unidade no movimento universitário em torno de seu órgão de representação, para o seu fortalecimento. No entanto, cabe-nos lembrar, que esta unidade só poderá ser efetivada em torno de princípios, pois as concessões de princípio não poderão fortalecer o movimento universitário e sim afastá-lo dos objetivos a que se propõe para lutar ao lado das classes exploradas.

Objetivando a extirpação das raízes do sistema, esta luta deve ser encaminhada dentro de uma perspectiva de internacionalização da luta. Decorrente desta visão deve o movimento universitário: 1) dar total apoio aos movimentos de libertação nacional dos países da África, Ásia e América Latina; 2) (como primeiro passo) propagar e defender a unidade entre os movimentos estudantis de todo o mundo e, em especial o movimento estudantil latino-americano.

PROGRAMA MÍNIMO

Levando em consideração as conclusões sobre o significado da atuação do movimento estudantil dentro de um programa revolucionário de transformação do regime à que estão submetidos os povos subdesenvolvidos, passamos a elencar alguns dos aspectos programáticos da luta.

II) Luta pela reforma universitária — só entendida como transformação da universidade, com a abertura de suas portas ao povo, a participação efetiva dos estudantes na sua direção e orientação do ensino voltada para os problemas nacionais servindo assim de instrumento de luta de libertação dos trabalhadores e do povo brasileiro.

III) Luta pela gratuidade do ensino em todos os níveis — tendo em vista o fato de através dela levantarmos pontos comuns de reivindicações com as classes trabalhadoras este aspecto está incluído dentro de necessidade da projeção do movimento para as ruas.

IV) Denúncia de todos os instrumentos utilizados pelo imperialismo para atuar contra nós, como por exemplo o CORPUS DE PAZ, as visitas de personalidades, etc., deverão ser atacadas pelo movimento estudantil, possibilitando assim movimentações que estejam nos limites da Universalidade.

V) Criação de uma imprensa universitária nacional, regulares espaços de suprir as necessidades de comunicação e informação, levando-se em conta que devemos estar convenientemente capacitados a dar continuidade à luta mesmo do apertado repressivo que se organize visando barrar a organização das classes exploradas.

VI) Criação de grupos de auto-defesa do movimento universitário, visando não expor-se a uma repressão mais violenta, o que com o correr dos fatos implicaria na possível perda de valiosos elementos que também poderão levar a evasimento do movimento estudantil.

Quanto ao fortalecimento do órgão de representação nacional (UNE) e dos demais órgãos a ele filiados, alertar que o fato de estar o movimento estudantil baseado em entidades ligadas não impede a utilização das entidades enquadradas desde que não se submetam às normas jurídicas estabelecidas pelo governo (que devem ser denunciadas e violadas por estes mesmos órgãos enquadrados) e admitir mudanças em que isto fortaleça o movimento estudantil.

O Movimento Estudantil Brasileiro, liderado pelo UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES — UNE — assume hoje o compromisso de lutar pela libertação do país incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua perspectiva das classes trabalhadoras.

Levando em consideração as conclusões sobre o significado da atuação do movimento estudantil dentro de um programa revolucionário de transformação do regime à que estão submetidos os povos subdesenvolvidos, passamos a elencar alguns dos aspectos programáticos da luta.

1) Denúncia do Acordo MEC-USAID, do Plano ATCON e todos os instrumentos de infiltração no sistema de ensino.

A luta contra estes instrumentos da ditadura e do imperialismo não deve ter um simples caráter de denúncia, mas deverá inclusive, materializar-se no boicote à sua aplicação, em manifestações contra os organismos implicados e contra o pessoal técnico es-

CONVOCAÇÃO

Aos Estudantes da GB Para a Concentração no
Pátio do MEC

5.^a FEIRA — 27 DE ABRIL — 17,30 HORAS

- 1) Denúncia do populismo demagógico do Governo; da repressão ao movimento estudantil.
- 2) Entrega das reivindicações não atendidas.

Ass.: UNIAO METROPOLITANA
DOS ESTUDANTES

O "DIÁLOGO" DE SEMPRE

O diálogo e a relaxamento das tensões tão denunciadas pela ditadura, finalmente se realizam. Três incidentes o caracterizam. Em Brasília os estudantes são espancados violentamente; em São Paulo os estudantes encontram-se em greve generalizada tanto na capital como nas Universidades da interior; na Guanabara policiais infiltrados entre os estudantes tentam boicotar assembleias e o aparelho de repressão da ditadura impede que os estudantes dirijam-se à reitoria.

Brasília:

Os colegas de Brasília ao manifestarem-se contra a escalada cultural empreendida pelos E.U.A. contra a instituição universitária brasileira através de acordos como o M.E.C.-USAID, são violentamente espancados pelos policiais. O reitor da Universidade pretende expulsar vários alunos. Os universitários de Brasília declaram greve geral.

São Paulo:

Os estudantes de São Paulo, em ato público, manifestam-se contra a infiltração imperialista no ensino, repudiando o MEC-USAID. Os universitários paulistas decidem-se em favor de uma greve em solidariedade aos colegas de Brasília.

Guanabara:

Os estudantes da Guanabara levam aos seus reitores suas reivindicações mais sentidas que são todas negadas. Suas assembleias-gerais são conturbadas por policiais infiltrados entre os estudantes que provocam e agredem os alunos. A polícia impede que os alunos dirijam-se à reitoria ameaçando-os.

Eis uma síntese do «diálogo» da ditadura. As demagógicas declarações do novo representante da ditadura se desmascaram. Será sempre o diálogo da ditadura. Cabe aos estudantes da Guanabara manifestarem seu apoio aos colegas de Brasília e São Paulo.

Vamos ao MEC

Contra o negatívo dos reitores

Contra o massacre de Brasília

Apoio aos estudantes de São Paulo

5.^a feira, dia 27, às 17,30 horas CONCENTRAÇÃO no MEC.

Mudes Compra Estudantes

O povo brasileiro, surpreso e desenganchado, viu instalar-se em abril de 64 uma Ditadura militarista. Esta, criou imediatamente seus instrumentos de controle e repressão, entre eles a Lei Suphy de Lacerda. Os estudantes, organizados e conscientes, souberam repudiá-la na prática. A Ditadura percebe que a repressão e o controle institucionais são inúteis contra os estudantes, podendo, quando muito, infringir-lhes esporádicas derrotas parciais. A Ditadura, então, não podendo calar os estudantes pela força, cria os instrumentos para calá-los de maneira mais sutil, comprando-os. Tal é o sentido do MUDES.

O MUDES se apresenta como segundo da Encíclica «Populorum Progresso». Declara-se apolítico como uma entidade que visa prevenir a Revolução através da promoção do desenvolvimento; acena uma bandeira branca para a UNE. Assim, sarrateiro, se apresenta o MUDES.

Então, examinamos a constituição do MUDES, as entidades que o sustentam, as verbas que lhe dedicam. O MUDES é sustentado por: 1) Centro de Indústrias do Estado de São Paulo; 2) Federação do

Comércio do Estado de São Paulo; 3) Associação Comercial do Estado de São Paulo; 4) Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares; 5) Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo; 6) Sindicato Nacional da Indústria de Tórculos, Canivetes, Automóveis e Veículos Similares; 7) Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica; 8) Associação Brasileira de Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo; 9) S.A. Indústria Vorantim; e finalmente, 10) o Sindicato de Artefatos de Papel, Papelão e Cartão de São Paulo; o Sindicato de Fabricantes de Papel de São Paulo; o Sindicato da Indústria de Bebidas de São Paulo. Evidentemente todos eles, sindicatos patronais, cuja fim dedicam ao MUDES uma verba de 10 milhões de cruzeiros o que perfaz um total de 1 bilhão de cruzeiros.

Ora, mas são estas indústrias exatamente as sócias menores do imperialismo norte-americano São essas indústrias que sustentam a atual Ditadura. São essas indústrias, pois, que tem interesses inteiramente estranhos a maioria do povo brasileiro. Então qual é o desenvolvimento econômico e so-

cial, que o MUDES vai promover? É aquele desenvolvimento alternativo que preencha as lacunas dos interesses do capitalismo nacional e internacional. O MUDES está verdadeiramente integrado ao «Populorum Progresso»? Não é um indefinidamente o nome da Encíclica Papa? para se disfarçar. O MUDES não ameaça a UNE? Ameaça. Porque os interesses da UNE não são os interesses dos capitalistas norte-americanos ou brasileiros, mas os interesses do camponês, do operário, das classes médias em via de proletarianização que se identificam com o interesse do estudantado. Como pode a UNE não combater o MUDES e aceitar uma bandeira branca que na verdade significa combate sem tréguas? Porém as classes dominantes que 1 bilhão de cruzeiros bastará para satisfazer os estudantes e comprar sua tranquilidade? Os estudantes brasileiros só estarão tranquilos no momento em que o povo brasileiro fez um povo livre no momento em que não mais existirem classes dominantes. O MUDES será repudiado na prática, como o foi a Lei Suphy.

A Luta do Movimento Estudantil

Desde o ano passado, principalmente de estudantes brasileiros vem demonstrando, na luta, que mostram seriedade nas suas lutas reivindicatórias e que estão dispostos a levá-las até as últimas consequências.

Neste processo de lutas, os estudantes foram compreendidos. Várias coisas a primeira delas é que o conchavo, o bote-papo com os diretores e outros pouco ou nada adiantam para a solução de nossos problemas. Compreenderam inclusive que fosse o diretor ou o reitor, não estaria apenas em seu âmbito de competência a resolução de nossos problemas.

Os estudantes também aprenderam que lutas isoladas, ou seja, cada faculdade por si mesma sempre fracassam e fracassarão. Isto porque a pressão de uma faculdade não constitui força suficiente para alterar uma estrutura há muito sem condições de atender nossas exigências. Por compreenderem isto é que passaram a lutar unidos, em virtude de uma compreensão é que a UNE e a UME e a UNE se fortaleceram porque não lutam em seções de faculdades, mas no movimento. Representam a determinação de lutar unidos.

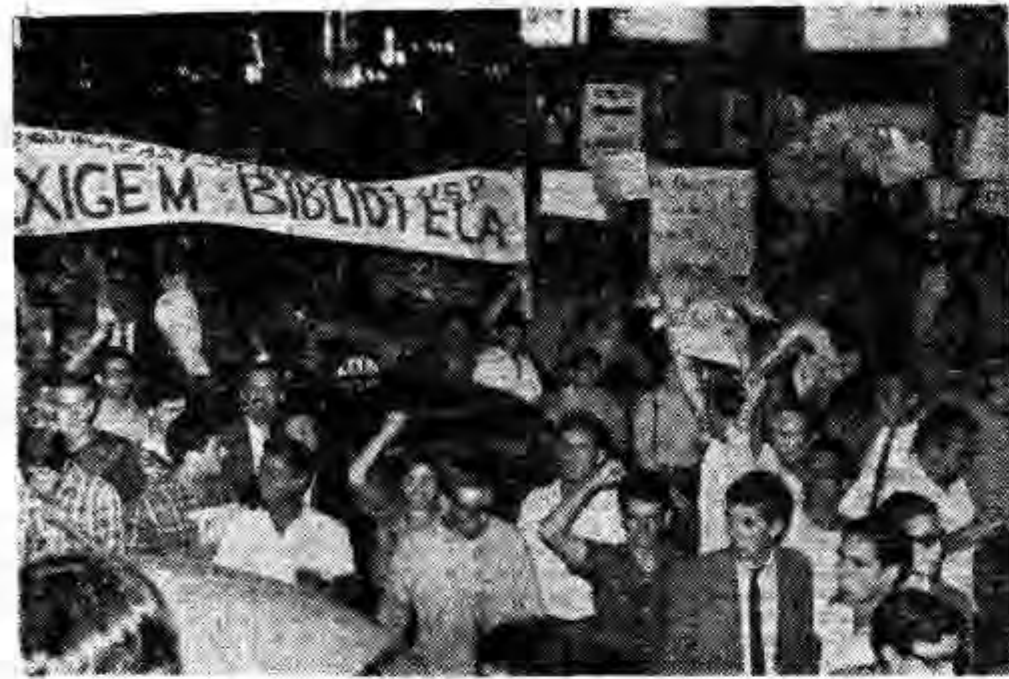
Em nosso processo de lutas educacionais as condições foram dadas que os problemas de cada faculdade eram problemas de todas as faculdades, que os problemas essenciais de cada universidade eram os mesmos em todas as universidades. Por esta razão compreenderam que não era a mediocridade dos diretores ou os reitores o fator causal de nossas instalações precárias de nossos currículos ultrapassados de falta de professores, das interrupções de aulas a serem que se verificam em cada uma e em todas as faculdades.

Os estudantes descobriram isto na medida em que descobriram deficiência em toda a estrutura universitária. Tratava-se de denunciar quais os fatores que geram uma universidade desse tipo?

Para responder essa pergunta foi preciso sair de dentro das faculdades. Porque ninguém se conformava com os problemas que viam a causa de nossas deficiências em reitor, deco-petentes, em professores medíocres, em ministros maquiavélicos. Por que todos as universidades seriam deficientes? Ministros da educação incompetentes? Seria infantil supor que ministros poderiam resolver a situação. E claro que o ministro pode

solucionar ou encaminhar alguns problemas, mas a situação existente permanece fora do âmbito de decisão do ministro.

Prossigendo neste caminho



2 mil estudantes em São Paulo saem as ruas em passeata de protesto contra o Acordo MEC-USAID, queimando em praça pública a bandeira norte-americana.

e analisando os dados disponíveis é que os estudantes chegaram à conclusão de que as causas de estruturas arcaicas como a nossa residem fundamentalmente em uma política educacional em aplicação. E esta política educacional está acima de ministros porque responde a interesses de ordem mais geral. Essa política educacional não passa de um aspecto de uma política geral desencadeada pelo governo. Todos sabem que qualquer governo tem um núcleo de interesses fundamentais a defender. A partir disso tem um comportamento e uma visão básica do conjunto da sociedade. A aplicação dessa visão, à prática dessa visão, chama-se política. Qualquer governo tem uma política econômica, uma habitacional, uma exterior, e também uma política educacional etc.

Em cada uma dessas políticas existe a mesma essência, ou seja, os mesmos interesses a defender. Embora difíceis para campos diversos, mantêm elas uma unidade estrutural, que é expressa na medida em que se defende os mesmos interesses em todas elas.

Não estava isolada, portanto, a política educacional. Era parte de um todo. Dissemos acima que o fator limitador das diversas políticas eram os interesses comuns que

elas defendiam. Caba então a pergunta e os estudantes a fizeram: QUAIS SÃO ESSES INTERESSES DEFENDIDOS EM TODAS AS POLÍTICAS E QUE GERAM UNIVERSITARIAMENTE DEFICIENTES? Para obter esta resposta e para denunciá-la em todos os momentos e lugares, é que o estudante teve que enfrentar a repressão da ditadura, as perseguições e as prisões, espancamentos, punições, e violências.

Vejamos o caso brasileiro: quais os interesses das classes que compõem o poder? No campo econômico, o Brasil, sofre a maior investida de capital norte-americano já, na história. Este capital, a partir da Segunda Guerra Mundial, já não se conforma em controlar de fora, o parcerio industrial e as atividades agrícolas. Suas necessidades o empurram a penetrar no interior da economia para dominá-la de dentro. Exemplos concretos não faltam para comprovar esta invasão: no setor de extração mineral, a Hanna Corp. (minério de ferro) e a Mannagô no Araxá; no setor industrial, várias são as indústrias que aceitam ao controle ou a participação do capital estrangeiro. Todos os ramos de indústrias importantes estão infiltrados ou dominados pelo imperialismo norte-americano; a indústria automobilística,

a química, a farmacêutica, a siderúrgica, a de construção naval etc. no setor agrícola, além do controle direto de importantes áreas e fazendas, temos capital estrangeiro e controle da exportação, através das firmas que lidam com a venda dos mais importantes produtos agrícolas brasileiros. Já não se pode falar em empresariado brasileiro independente, tal a profundidade da invasão. Capitalistas brasileiros e estrangeiros estão e mãos dadas para conseguir a maior taxa de lucro possível às custas do povo.

Que a política econômica vem sendo feita e executada de acordo com os interesses das classes que dominam o setor. E não poderia ser de outra forma. E a História demonstra que as classes que dominam o setor econômico, que elaboram a política econômica, são justamente as classes que compõem o poder e que elegem os governos. E na medida em que os governos se afastam um pouco de suas diretrizes elas simplesmente os derrocam pela força; foi o que fizeram há três anos. Que não as classes que estão no poder? As que não beneficiadas pela política econômica. Vimos acima quais são elas: o capital internacional sob o comando do capital norte-americano, cujo sócio menor, é o capital bra-

sileiro e que domina a grande empresa da cidade e do campo. ESTAS CLASSES ESTÃO NO PODER, E TODAS AS POLÍTICAS, NO QUE ELAS TEM DE ESSENCIAL, DEPENDEM DOS INTERESSES DESTAS CLASSES.

Assim, o que ocorre no setor econômico, ocorre no educacional. Os interesses a defender são os mesmos. Entre o elo de ligação existente entre as políticas. Continuamos a observar o caso brasileiro: a política educacional nos mostra bastante claramente a vinculação que tem com as classes detentoras do poder. O Plano Ateco e o Acordo MEC-USAID provam esta vinculação. Uma análise desses dois documentos é essencial à compreensão do quadro geral existente neste sentido é que o Metropolitano traz em suas páginas uma caracterização desse problema mais aprofundada nas Tese de Emília da UNE. Essa visão geral, colegas, nos tira as ilusões e respeito de reitores e de diretores, quanto à possibilidade de eles resolverem questões importantes. Se nós quisermos ser vitoriosos, é preciso fazer pressões realmente ponderáveis. E preciso que todas as faculdades estejam unidas na luta e que levem em conjunto as suas reivindicações, e que isso seja feito não só pelas lideranças mas por TODOS os estudantes afetados pelos problemas.

E se não quiserem nos dar tudo o que exigimos, porque para fazer isso teriam que abalar a própria estrutura universitária, dar-nos-lo, se permanecermos unidos, vitoriosos parciais que acumularemos força necessária para partirmos para novos objetivos.

Mas toda a nossa luta terá uma constante: a DENÚNCIA PERMANENTE E CONSTANTE DAS FORÇAS CUJO DOMÍNIO GEROU ESTA SITUAÇÃO e continuará ganhando até que novas forças tomem a direção deste país e proponham políticas que tenham por finalidade a defesa dos interesses populares, a defesa do povo trabalhador, camponês, assalariado, estudante.

Sobre a Luta no Vietnam

A arma da crítica não substitui a crítica das armas, mas como a crítica das armas está sendo ferrenhamente utilizada pelo glorioso povo vietnamita, damos-nos o direito de mostrar, apenas, a arma da crítica. E nesse sentido que sintetizamos «Um Chamado à Consciência Norte-Americana» do Sr. Bertrand Russel, na impossibilidade de publicá-la na íntegra. O Sr. Bertrand Russel inicia sua Carta colocando o contraste existente entre o que os norte-americanos pensam de seu país e o que ele, na realidade, é. Prossegue denunciando as verdadeiras causas da guerra, citando editoriais e declarações de homens públicos. «A Indochina é um prêmio muito valioso, pelo qual vale a pena correr um risco grande. No Norte, existem enormes quantidades exportáveis de tungstênio, estanho, manganês, carvão, madeira, arroz, borracha, chá, pimenta preta. Já antes da Segunda Guerra Mundial, a Indochina produzia dividendos estimados em 300 milhões de dólares por ano... Nós temos explorado apenas parcialmente os recursos do sudeste da Ásia. Não obstante, ele contribui com 90 por cento da borracha e com 60 por cento do estanho e 80 por cento do carvão de pólen e óleo de coco. Possui quantidades incalculáveis de açúcar, chá, fumo, cânhamo, frutas, especiarias, resinas e gomas naturais, petróleo, minério de ferro e bauxita... Agora, suprimamos que percamos a Indochina. Se isso acontecer, cessará a vinda de estanho e tungstênio, tão valiosos para nós. Por isso, estamos buscando o caminho mais conveniente para evitar que se produza um acontecimento tão terrível com a perda de nossa capacidade de obter o que desejamos do território da Indochina e das riquezas do sudeste asiático...» «Tais citações deixam bem claro, e provam evidentemente, que a guerra do Vietnam é uma guerra como aquela realizada pelos alemães contra o leste da Europa. É uma guerra planejada e executada para proteger a continuidade do controle das riquezas do sudeste da Ásia pelos capitalistas norte-americanos. Depois, continua o Sr. Bertrand Russel, identificando a guerra de libertação do povo vietnamita com a guerra que o próprio povo norte-americano travou contra os ingleses colonialistas. «A resistência vietnamita é como a resistência dos Maquis franceses, dos partisanos iugoslavos, das guerrilhas da Noruega e Dinamarca contra a ocupação nazista. E por esta razão que um pequeno povo de camponeses poderá derrotar um enorme exército, o da nação industrial mais poderosa das Terras. Passa, então, o Sr. Russel, a revelar o que ocorre no Vietnam. «Podem vocês, em seus corações, justificar o uso criminoso de produtos químicos e gases venenosos, os intensos bombardeios que saturam toda a extensão do país com gasolina gelati-



nosa e fosforo? Ainda que a imprensa americana minta constantemente acerca desses crimes a prova documental da natureza desses gases e produtos químicos é irrefutável. Esses gases e produtos químicos são venenosos, esses gases e produtos químicos são fatais! O napalm e o fosforo queimam até que a vítima se reduza a uma massa de espuma! Os Estados Unidos também estão usando no Vietnam bombas como as «sky dogs», isto é, bombas que contêm 10.000 fragmentos afiadíssimos e agudos de navalhas de aço. Esses fragmentos de navalhas são constantemente usados sobre os camponeses vietnamitas...» «O que os jornais têm chamado de Vietnam é, na realidade, uma ampla aliança semelhante à das frentes populares da Europa, incluindo todos os pontos de vista políticos, e nela estando engajados desde católicos a comunistas. A Frente de Libertação Nacional (F. L. N.) conta com amplo apoio do povo do Vietnam do Sul, e somente quem quiser ser teimosamente cego deixará de ver essa realidade. Sabem vocês que milhões de vietnamitas foram colocados em campos de concentração, submetidos a trabalhos forçados, debate a vigilância de guardas e patrulhas armadas, e cercados com arame farpado? Sabem vocês que tudo isso foi executado sob a direção do governo dos E. U. A., e que torturas e assassinatos brutais continuam sendo as características principais desses campos? Vocês estão conscientes de que esses gases e produtos químicos, usados por mais de cinco anos no Vietnam, causam cegueira, paralisia e

asfixia, resultando, como consequência disso, uma morte insuportável. O Sr. Russel revela, então, que no início da guerra o valor das propriedades norte-americanas no Vietnam subia a 160 bilhões de dólares e que esse valor tem crescido desde então. Revela, também, que 75 centavos em cada dólar gasto pelos E. U. A. são dedicados à guerra, que a produção de grandes regiões do país é 80 por cento dedicada à guerra, como também 50 por cento dos gastos públicos do país. Caracteriza o domínio de classes sobre o povo norte-americano. Isto é, o capitalismo imperialista e militarista, o domínio das imensas indústrias e burocracia. Instrumentos para a consecução daqueles objetivos sangüinários sem o que não sobreviveria o capitalismo norte-americano. Apesar de que, com apenas 5 por cento da população mundial, aproximadamente 2/3 dos recursos mundiais estão sob seu poder; apesar de seu controle sobre o petróleo, o cobalto, tungstênio, minérios de ferro, a produção mundial de borracha e outros recursos vitais; apesar dos bilhões de benefícios exorbitantes auferidos por umas poucas empresas americanas à custa da fome generalizada de massa de todos os povos do mundo; a despeito de tudo isso, 66 milhões de norte-americanos vivem estupidamente na pobreza. As crianças dos E. U. A. estão cheias de bairros miseráveis. Os homens pobres carregam o peso dos impostos e das guerras coloniais e de agressão. O sistema que colocou os E. U. A. sobre o controle dessa burguesia perversiva a vida institucional do país, conver-

teúdo a um grotesco arsenal para a defesa de um império mundial. Essa imensa máquina de guerra das grandes indústrias capitalistas, combinada com seus serviços de espionagem são considerados pela totalidade dos povos de 3 continentes inteiros, Ásia, África e América Latina, como seus maiores inimigos e a fonte de toda sua fome e miséria. Se examinarmos os governos que dependem, para sua existência, da presença da força militar norte-americana, sob toda segurança encontraremos aí sempre regimes que servem aos ricos, aos senhores feudais da terra e aos grandes capitalistas. E essa a verdade do que ocorre no Brasil, no Peru, na Venezuela, na Tailândia, na Coreia do Sul, no Japão, no Vietnam.

Por isso, o resultado disso é que, para esmagar as revoluções nacionais, como o histórico levante do povo vietnamita, os E. U. A. são obrigados a mostrar sua verdadeira face e a comportar-se como os japoneses o fizeram no sudeste da Ásia e os nazistas no leste europeu. Esta é, literalmente, a verdade. Os campos de concentração, aos quais já me referi antes, e nos quais está retida, pela força, aproximadamente 60 por cento da população rural do Vietnam do Sul, foram palco de torturas, massacres e enterros em massa. As armas experimentais, como o gás, os produtos químicos, a gasolina gelatinosa, são mais terríveis do que qualquer coisa utilizada pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial. E verdade que os nazistas exterminaram sistematicamente os judeus, e que os E. U. A. ainda não fizeram nada comparável a isso no Vietnam. Não obstante, executando-se apenas a exterminação em todo o mundo.

Essa é a verdade do que ocorre em massa dos judeus, tudo que os alemães fizeram na Europa Oriental tem sido repetido pelos EUA no Vietnam numa escala imensamente maior e com uma eficiência muito mais terrível e completa... «A violação à soberania tratada subscrita pelos presidentes norte-americanos e ratificada pelo próprio Congresso, o governo de Johnson tem cometido crimes de guerra, crimes contra a paz, e atos de cometem porque o governo Johnson existe para preservar a exploração econômica e a dominação militar dos povos submetidos pelos mapas industriais dos E. U. A. ...» «O militarismo é inseparável do capitalismo explorador, que reduz o próprio povo norte-americano à pobreza. Continua o Sr. Russel, expondo a organização de seu julgamento, colocando que como os alemães foram equipados pelos crimes de guerra, serão também os norte-americanos, a menos que lutem pela modificação daquela ordem social. «A verdadeira luta pela liberdade e pela Democracia está no próprio interior dos Estados Unidos, contra os usurpadores da soberania...» «A frente de ba-

lha pela liberdade está em Washington, na luta contra os criminosos de guerra — Johnson, Rusk, MacNamara — que envenenam os E. U. A. e seus cidadãos. Na verdade, eles rotulam os Estados Unidos, e seu povo e fizeram do nome de um grande país o foco de um calor nauseabundo para todos os povos do mundo...» «Não há solução para a crise americana se o que falta é a emancipação do próprio povo norte-americano, desses homens bárbaros, que falam em seu nome e o corrompem com sua conduta criminosas. Os cidadãos americanos, no entanto estão chegando a um estado de conscientização e deverão demonstrar a mesma determinação e coragem que os vietnamitas possuem, e que mostraram aos olhos do mundo de maneira tão emocionante. A luta dos negros do Harlem, de Watts, os americanos do Sul, a resistência dos dois estudantes norte-americanos, a crescente repugnância que esta guerra causa ao povo em geral dá esperança à Humanidade de que o dia em que um punhado de homens vorazes e brutais não mais poderão enganar e abusar da nação americana está próximo. Termina, enfim, o Sr. Russel por concluir também o povo norte-americano a uma guerra de libertação nacional.

E concluímos também nós, fazendo porém, algumas observações. Fica claro que o caráter da guerra que os E. U. A. leva ao Vietnam é idêntico ao da guerra levada pela Alemanha nazista à Espanha; isto é, os E. U. A. estão usando suas armas e adotando os métodos dos seus homens para que se pitem em toda a parte do mundo em nome da Liberdade, da Democracia, da Paz, da Propriedade Privada, e que agora fazem no Vietnam, da mesma forma que os nazistas testaram suas armas e acataram seus homens para levarem a guerra à toda a Europa, na Espanha. Por que o Sr. Bertrand Russel só denuncia os norte-americanos? E a omissão da maioria dos povos e governos diante do luta que trava o glorioso povo vietnamita? Da mesma forma que Stalin se omitiu na Espanha se omitiram agora os atuais detentores do poder russo com a fração injustificativa de Ho Chi Min não lhes pediu auxílio, utilizou também pelos chineses. Se é toda a Humanidade que está em jogo, por que o povo vietnamita luta sozinho, assumindo a responsabilidade pelos crimes daquela Humanidade? Por que o Sr. Bertrand Russel não convence os homens do mundo para lutarem no Vietnam da mesma forma que os homens foram convocados para lutar na Espanha? Por que também o silêncio, tamanha imobilidade? Não podemos deixar que o nazismo se estende ao mundo, como se estende no Vietnam a partir dos Estados Unidos. O Sr. Bertrand Russel utiliza muito bem as armas da crítica, mas, por enquanto, só quem utiliza a crítica das armas são os vietnamitas e alguns esparsos guerrilheiros na América Latina. E sabemos que a arma da crítica não substitui a crítica das armas. Por que o Sr. Bertrand Russel não convence a sua utilização?

AOS NOVOS COLEGAS

Essa mensagem da União Metropolitana dos Estudantes é dirigida especialmente aos que ingressam nas Universidades da Guanabara neste ano de 1967.

Não é uma mensagem de boas vindas comum. Muito menos se equipara à maneira tradicional de se receber calouros nas universidades. Ao contrário, pretende ser uma crítica muito grande a essa maneira habitual até hoje. Havia, e em alguns lugares, ainda há, uma recepção praticamente fascista aos calouros por parte dos estudantes mais antigos. Tudo era levado na brincadeira, e uma brincadeira geralmente de mau gosto muito típica da classe pequeno-burguesa. Não queremos dizer que isso esteja superado. Queremos dizer que deve haver um esforço para isso. Essa mensagem é sincera, clara e objetiva, por refletir uma realidade complexa e difícil.

Dirige-se a jovens privilegiados por ter acesso a cultura num país de mais de 50% de analfabetos, com uma das maiores taxas de mortalidade infantil, que tem a forma como uma constante da grande maioria da população. Um país hoje, mais do que nunca, entregue, por suas elites dirigentes, aos grandes trustes internacionais. A universidade brasileira nunca teve o que deveria ser sua característica fundamental: fazer cultura. E hoje está submetida à mais séria tentativa de completa integração no espírito entreguista global. Nós, estudantes da Guanabara, queremos estar cada vez mais comprometidos com a transformação desta realidade de opressão, de alienação e de entreguismo. Para isso nos organizamos e convocamos nossos novos colegas para a organização e a luta. Esta é, pois, uma mensagem de luta. Não convidamos os «novos membros» a usufruir das vantagens de um «club» fechado». Convidamos a se integrarem no movimento estudantil da Guanabara e do Brasil, sob a liderança das entidades livres, a UME e a UNE.

A universidade brasileira é fruto da situação sócio-econômica do Brasil. É fruto da realidade de um país subdesenvolvido, o que equivale dizer, de um país dominado que ainda não superou seu «status» co-

lonial. É fruto de um país subjugado aos interesses de grandes grupos internacionais, aliados aos interesses das classes dominantes brasileiras. Assim, a Universidade brasileira nunca atendeu às necessidades da maioria do povo brasileiro.

Antes do golpe militar de março-abril de 64, a União Nacional dos Estudantes encaminhou uma luta pela reformulação da Universidade. Acreditava-se que através de reformas parciais se chegasse a resultados satisfatórios.

O golpe significou o estabelecimento de um regime de força que garantisse a manutenção do «status quo» e o aperfeiçoamento das estruturas vigentes, de forma a garantir sua integração mais íntima com o imperialismo norte-americano. A universidade passa a ter dos dirigentes um tratamento novo. Não só é importante para eles neutralizar as áreas que antes lutavam por uma reformulação da universidade em moldes mais ligados à realidade brasileira, como também é importante colocar os centros culturais dentro da perspectiva entreguista. Assim propõe a «reforma universitária». Mas antes criam instrumentos institucionais que garantem uma ação «reformuladora» sem a participação das forças opositoras. Por isso, logo após o golpe foi assinada a lei Suplicy, que visava a desarticulação do movimento estudantil e de suas entidades de representação. Mas foi justamente na luta contra a lei Suplicy que os estudantes brasileiros liderados pela UNE começaram a se organizar para lutar não simplesmente contra essa lei, mas, numa perspectiva mais global, contra a ditadura que a gerou.

Logo após o MEC assina um convênio com a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional), prevendo a reestruturação do ensino brasileiro de modo a integrá-la mais perfeitamente ao esquema de dominação norte-americano.

A «reforma» proposta visa a formar uma nova mentalidade na juventude universitária, sem possibilitar uma tomada de consciência da realidade brasileira, um aprimoramento técnico apenas voltado para a manutenção e desenvolvimento da estru-

ra vigente, tanto da própria universidade (sempre elitizada), quanto do País (dominado pelo capitalismo internacional).

As tarefas que se colocam diante do movimento estudantil são muitas e muito importantes. Ele progressivamente toma consciência de que não é possível lutar apenas pela melhoria da universidade e a superação de sua estrutura arcaica, desligando essa luta do contexto de luta contra as «causas» reais da situação. Não é possível lutar apenas contra o esmagamento do movimento estudantil por parte da ditadura sem lutar contra a ditadura como um todo. A luta do movimento estudantil, por outro lado, será totalmente ineficaz se permanecer isolada, desligada das necessidades das áreas populares.

Tudo isso levou o movimento estudantil a iniciar durante os anos anteriores e especialmente durante 1966 um processo intenso de luta contra a ditadura. As dificuldades de nossa parte foram agravadas por causa da inexistência de uma entidade centralizadora do movimento estudantil da GB. A luta através de assembleias recebeu como troca a repressão administrativa das diretorias de escolas a serviço da ditadura. A luta estudantil foi para as ruas e recebeu como troca a repressão policial, cada vez mais violenta e sistemática. As formas de luta adquiriam caráter cada vez mais radical (passeatas, afrontamento das proibições da ditadura, massacre da Praia Vermelha) mas seu conteúdo permanecia a um nível baixo (anuidades, problema político mal levantado e num nível apenas estudantil).

Cabe-nos continuar essa luta, a partir da tentativa de superação na prática, de suas falhas. Cabe-nos buscar formas cada vez mais eficazes e conteúdo cada vez mais coerente. Os modos mais imediatos são a realização de seminários, assembleias, encontros, debates e discussões em todas as escolas, de forma a aprofundar o entendimento da luta estudantil e abrir perspectivas de ação que objetivamente fortaleçam as entidades representativas — DAs, DCEs, UME e UNE.

É para este trabalho que convocamos os calouros de 1967.

EXCEDENTES 67

Para que compreendamos o que ocorrem na luta pelo aumento de vagas neste ano de 1967, de resto não muito diferente dos anos anteriores, cumpre examinarmos o orientação tomada por três forças: o conjunto do movimento estudantil, através de sua entidade máxima, a UME; os que permaneceram como excedentes após os exames vestibulares; e o conjunto das classes dominantes, através de seus organismos responsáveis pelas questões de educação, o MEC, as reitorias e as diretorias.

Antes, porém, é preciso que coloquemos a questão dos excedentes em seu devido lugar, sabendo como ocorre e o que significa. Para tanto são muito úteis alguns dados fornecidos pelo Diagnóstico Preliminar da Educação realizado pelo Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). E o que informam esses dados? Que de 10.000 jovens que ingressaram no primário apenas 76 chegaram ao universitário, em 1962. Que de 8.667.792 jovens entre 19 e 25 anos que haviam em 1960, apenas 96.732 foram escolarizados em nível superior, isto é, aproximadamente 1,1%. Tais dados são suficientes para que compreendamos não ser a excedência após os exames vestibulares senão um mecanismo bastante secundário de exclusão da esmagadora maioria da juventude brasileira do ensino superior. A importância fundamental não é das poucas centenas que não conseguiram vagas, mas dos vários milhões que sequer chegaram a disputá-las. Diante disso compreendemos que a luta pelo aproveitamento dos excedentes só tem sentido como um passo tático na luta maior pelo aproveitamento de todo o potencial da juventude brasileira, o que só pode ser conseguido em uma universidade pública e gratuita, em um ensino público e gratuito em todos seus níveis. Esta é a verdadeira questão, no tocante à educação. Porém o passo tático de aproveitamento dos excedentes foi péssimamente dado.

Foi péssimamente dado, antes de mais nada, pela União Metropolitana dos Estudantes. Em nenhum momento, em nenhuma concentração nas portas das faculdades ou do MEC, em nenhuma reunião para discussão do assunto, nenhum esclarecimento, nenhuma orientação política no sentido de aclarar as verdadeiras questões, trouxe a UME aos companheiros que enfrentavam aquela batalha parcial pelo aproveitamento

dos excedentes. E, muito mais importante que a ausência da UME, a ausência de parcela importante dos colegas já matriculados, não só os do primeiro ano, como, mais ainda, os dos anos posteriores. Quanto a UME: desligada dos D.A.s. seu apoio fundamental, tendo de enfrentar as mais sérias dificuldades para se organizar de forma tal que passe a poder estar presente na menor manifestação na menor faculdade, livrando o conhecimento do que ocorre no conjunto do movimento estudantil; baseada na estreiteza da luta pelo aumento de vagas, subestimando sua importância, terminou por omitir-se inteiramente. Quanto aos colegas já matriculados, céticos diante de uma universidade absolutamente inoperante, incapaz de fornecer a formação mínima em qualquer um de seus ramos, afogada em trâmites burocráticos que conduzem à única coisa que tal universidade oferece de interessante: o diploma, atestado do direito à ascensão social que presume ter a pequena burguesia, muitos deles realizadores da mesmíssima luta em anos anteriores e decepcionados diante da minguada vitória que é conseguir a matrícula, também omitiram-se.

Foi péssimamente dado, em segundo lugar, pelos próprios excedentes. Sem orientação da UME ou dos colegas mais velhos, sem informações a respeito do significado político de sua situação, otimistas como qualquer escolar em seu primeiro dia de aula, iludidos a respeito da universidade, muitos chegavam mesmo a declarar não desejar a assistência da UME ou de colegas mais velhos mesmo que fosse oferecida. Terminavam por afogar-se na ilusão de classe de que seria possível resolver alguma coisa através de missas, viagens à Brasília, consultas à redentora Sra. Costa e Silva ou a ministros vários. Formavam, portanto, uma visão imediatista, superficial, completamente desvinculada da realidade global do problema. Desenvolviam, portanto, uma atuação que, na verdade, não contribuía para resolver coisa alguma, além de formar uma falsa consciência da situação do estudante, em geral, e da sua própria, em particular.

Foi péssimamente dado, enfim, pelos próprios organismos responsáveis, seja, pelo MEC e pelas várias reitorias e diretorias. Como a realização do vestibular não é a

principal maneira de excluir das universidades a maior parcela da juventude brasileira, como a formação de uma excedência ao vestibular é ainda mais secundária, na verdade, não custa as classes dominantes permitir uma vitória mínima e tão sem importância à pequena burguesia. Sabem que se oferecem algumas centenas de vagas a mais estarão elidindo o problema dos milhões que não chegam a disputá-las e, oferecendo-as, sem correr risco algum, passam de liberais. Pode a diretoria da FNEF da UFRJ aproveitar todos os excedentes sem que estes chegassem mesmo a se movimentar muito, por exemplo.

Poderíamos, assim, dizer que não foi um passo péssimamente dado pelas classes dominantes. Que pelo contrário, foi um passo excelentemente dado, uma vez que, como vimos, a questão da excedência não é para elas uma questão principal e, resolvendo-a, podem escamotear as questões principais. Mas, insistimos em que também por elas foi um passo mal dado. Se os que obtiveram suas humildes vagas não formaram consciência alguma, os que a cada ano atingem a idade universitária sem poder concorrer àquelas vagas (1 milhão, aproximadamente) estão, eles sim, formando sua consciência. Cada vez que o verdadeiro problema é escamoteado a um, torna-se um pouco mais claro a outros. Cada vez que as classes dominantes escamoteiam tais problemas, oferecem também alguns elementos a mais para a colocação dos problemas que elas jamais gostariam de ver colocados, ou seja, os referentes à sua própria dominação. Classes dominantes esclerosadas, emaranhadas em suas próprias contradições, não conseguem sequer ter a clareza para defender seus próprios interesses.

Cumpra a UME se organizar de forma que possa superar esse primeiro passo tático, contribuindo para a elevação do nível político da consciência do estudantado em seu conjunto. Cumpra aos estudantes mais velhos não permitir o esmorecimento da luta através do ceticismo, mas receber com esclarecimentos a respeito da luta global e estímulos para sua realização os que agora, após uma luta solitária e desorientada, ingressam na universidade, obtendo tão escassa vitória, redimida mais ainda pela ausência da UME e dos companheiros mais velhos.

Aug. Imprensa

o metropolitano

ÓRGÃO OFICIAL DA U.M.E. — CB — JUNHO 67 — N.º 3 — GESTÃO 66/67

EDIÇÃO ESPECIAL



**IMPERIALISMO, MEC-USAID,
ENSINO: TESES DA U.M.E.**

TESES DA U.M.E. INFILTRAÇÃO IMPERIALISTA NO ENSINO

INTRODUÇÃO

a) Situação do movimento estudantil na Guanabara.

No início de 1967 o movimento estudantil na Guanabara estava bastante desorganizado. O grande esforço realizado em 1966, no combate à «Lei Suplicy» e à cobrança de anuidades, principalmente, seguido da repressão violenta que culminou com a Massacre da Praia Vermelha, quando os estudantes foram encurralados e espancados na Faculdade de Medicina da UFRJ, tiveram como consequência a exaustão das forças do movimento estudantil. Tal exaustão se revelava com mais nitidez na situação de algumas entidades de representação estudantil. Entidades como o D.A. da Filosofia, de Arquitetura, da Engenharia e o CACO, como o DCE — livre da UFRJ, devido à forte repressão policial (prisões, ameaças) e administrativa (suspensões, expulsões) sobre os representantes eleitos do movimento estudantil, encontravam-se com sua capacidade de trabalho diminuída. A própria UME sem uma longa experiência anterior, necessitava desdobrar-se para atender a todos os problemas que surgiam. Assim, uma das principais características do movimento estudantil, em início de 1967, era a desorganização. Essa característica foi já superada. As recentes eleições para o D.A. da Filosofia e para o D.A. da Engenharia, a reorganização do DCE-livre da UFRJ e do DCE da UEG, o acúmulo de uma experiência crescente, cada vez mais rica, pela U.M.E., tudo isso, atesta como foi convenientemente superada aquela característica.

b) Característica mais importante

Entretanto, ela não era única. Observava-se, também, que o movimento estudantil não tinha um caráter permanente, cotidiano, mas um caráter explosivo, esporádico. Em outras palavras: que se entendia por participação no movimento estudantil o comparecimento a passeatas e concentrações, a contribuição do «grande momento», não a participação constante, através do estudo e da

discussão permanente dos problemas não só da Universidade, mas de toda a sociedade brasileira. Essa má compreensão levava a que muitos estudantes comparecessem às manifestações públicas sem compreender exatamente porque, sem estar fundamentados para participar no movimento estudantil até as últimas consequências. Isso levava a que, após cada manifestação, todos se sentissem com a «missão cumprida», sem compreender que apenas um pequenino passo havia sido dado. Assim o movimento estudantil andava «um passo à frente e dois atrás». Essa é outra característica. Que começa a ser superada agora, de forma que o movimento estudantil passe a andar apenas para a frente.

c) Formas de superação

A União Metropolitana dos Estudantes, entidade máxima de representação estudantil na Guanabara, traz a público, agora, o que o MEC nunca se atreveu a fazer, não só o acórdão MEC-USAID em suas várias versões, mas também um estudo crítico e analítico sobre o Acórdão, ligando a política educacional da Ditadura à sua política geral, de tal forma que se abra caminho para o estudo do MEC-USAID, imediatamente, e de demais aspectos da realidade brasileira, a longo prazo.

Devem os estudantes se organizar em grupos permanentes dentro de cada turma, dentro de cada Faculdade. Devem programar o estudo e a discussão do MEC-USAID, agora, o estudo e a discussão sobre o domínio do imperialismo norte-americano na economia brasileira, sobre a falência do capitalismo no Brasil, sobre as formas de provocar transformações radicais na sociedade brasileira, sobre a nova sociedade que se criará. Devem, agora, realizar novas críticas e análises em relação ao MEC-USAID, devem realizar assembleias de turmas e preparar as críticas de cada turma, devem realizar assembleias gerais e preparar as críticas de cada Faculdade. Cada Diretório, então, apresentará tais críticas em um Seminário, orientado pela U.N.E.,

entidade máxima de representação estudantil no Brasil, onde participará a Guanabara, o Estado do Rio e o Espírito Santo.

d) Caráter nacional da luta contra o MEC-USAID

Após a realização desse Seminário, concomitante com outros, em todo o Brasil, se realizará um Seminário Nacional sobre o MEC-USAID e estarão os estudantes de todo o Brasil com conhecimento suficiente para travar uma luta consequente e com real participação, contra o MEC-USAID; luta que desembocará em passeatas mais fortes, em concentrações mais fortes. Nessa luta os estudantes da Guanabara têm importante contribuição a dar. Organizemo-nos para isso.

1ª Parte: O Acórdão MEC-USAID

Apresentamos abaixo o primeiro e o segundo textos integrais do Acórdão MEC-USAID. Quanto a isso é preciso observar dois aspectos:

1º — o Acórdão MEC-USAID está inserido, como núcleo, no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, setor Educação, elaborado pelo Ministério do Planejamento;

2º — o Acórdão MEC-USAID é, ele mesmo, aparentemente inofensivo. Só se compreende seu verdadeiro caráter ao relacioná-lo com os aspectos mais gerais da política brasileira, da situação social do País. Só aí o Acórdão se revela como extremamente nefasto para o conjunto do povo brasileiro.

Quanto ao primeiro aspecto, queremos revelar a Introdução ao Diagnóstico Preliminar para a Educação do Plano Decenal. Este primeiro volume procura atender às necessidades de Planejamento Geral, dando à educação um tratamento nitidamente econômico, encarando-a primordialmente como indústria de prestação de serviços, de modo a propiciar, de forma esquemática, a análise dos dados indispensáveis ao enfoque macroeconômico do setor.

de serviços, de modo a propiciar, de forma esquemática, a análise dos dados indispensáveis ao enfoque macroeconômico do setor.

Esse tipo de tratamento não deriva, obviamente, da pretensão de hierarquizar-se, no processo educacional, o seu conteúdo econômico sobre as esferas política e social.

Disso decorre para nós, estudantes, a necessidade de compreender, basicamente, a situação econômica do País e depois a situação política e social decorrentes daquela primeira, para que possamos compreender o que visa o Plano Decenal para a Educação e por extensão o Acórdão MEC-USAID.

Quanto ao segundo aspecto, devemos estar bastante atentos a cada item do Acórdão, pois será de cada item, apoiado nêles, que sairão os demais acórdãos, toda a teia que se constituirá, por fim, no plano de penetração imperialista na educação brasileira.

Vamos, antes de mais nada, aos textos integrais.

«São partes do presente convênio o MEC, atuando através da Diretoria do Ensino Superior, o representante do Governo brasileiro para Cooperação Técnica e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID-Brasil), com a participação do Conselho Federal de Educação.

I — Situação atual

Dados informativos disponíveis revelam a existência de uma série de problemas no sistema de ensino superior no Brasil. Incluem-se entre esses problemas:

a) baixo índice de matrículas — apenas 2% da faixa etária de 18 a 24 anos acham-se matriculados em instituições de ensino superior;

b) o baixo rendimento — apenas cerca de 22 000 (vinte e dois mil) estudantes graduam-se em cursos de formação universitária;

c) requisitos rigorosos de admissão — normalmente mais da metade dos candidatos que aspiram ingressar nas universidades não estão em condições de satisfazer às exigências estabelecidas, embora ocorra, concomitantemente, considerável número de vagas nas classes correspondentes ao primeiro ano (doze mil, em 1963);

d) um currículo pouco flexível constituído, de áreas disciplinares sensivelmente fragmentadas e com frequência, parcialmente coincidentes;

e) ausência de um sistema de testes

e serviços de orientação e informação de estudantes;

f) corpos docente e discente funcionando em regime de tempo parcial, — o que conduz a um ensino deficiente, um aproveitamento limitado e a poucas atividades de pesquisa;

g) insuficiência de espaço e de equipamento particularmente no que tange a requisitos especiais como aparelhamento de laboratório e auxílios audiovisuais;

h) livros e textos e materiais de consulta limitada;

i) concentração de alunos em cursos que não se relacionam à demanda de mão-de-obra no Brasil — exemplo, existem mais alunos matriculados em cursos de Direito do que em quaisquer outros cursos, quando o Brasil já dispõe de um número elevado de advogados; de outra parte, cursos com o Agronomia, Engenharia, Geologia, Matemática, Física, Química e Ciências Sociais, setores em que se verifica sensível demanda de profissionais de nível superior, contam com um reduzido número de matrículas;

j) estruturas obsoletas de organização e processos administrativos ineficientes, o que não permite ao ensino superior produzir o impacto de seu potencial máximo sobre o desenvolvimento geral do País;

l) ausência de um planejamento global de longo alcance que norteie a futura expansão e o aperfeiçoamento interno do sistema de ensino superior no Brasil.

II Finalidades

A finalidade do presente convênio é o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental sistema de ensino brasileiro mediante:

1) a elaboração de uma série inicial de planos executáveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior, abrangendo os próximos cinco anos;

2) criação de um mecanismo para desenvolver planos a curto e a longo prazo;

3) criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, cujo treinamento e experiência os capacite a levar a frente, para o Ministério, esse planejamento em bases contínuas e progressivamente mais adiantadas.

III — Responsabilidades

O Ministério, por este instrumen-

to, defere à Diretoria a atribuição de executar em termos do presente convênio e concorda em:

1) designar pelo menos cinco educadores brasileiros de alto nível para formar um grupo de planejamento permanente que funcionará em regime de tempo integral e junto ao Ministério, em colaboração com os assessores da USAID, na execução dos objetivos deste projeto;

2) custear os salários, viagens, em território brasileiro e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses profissionais brasileiros;

3) cooperar com os assessores da USAID na formulação e execução de um plano detalhado para a consecução das finalidades deste projeto;

4) Fornecer instalações adequadas de escritório e secretárias bilíngues e outras formas de assistência complementar aos assessores da USAID;

5) assegurar a manutenção dos salários de bolsistas, selecionados de comum acordo, que venham a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países, que não o Brasil, para receber treinamento.

A USAID-BRASIL, por este instrumento, defere ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar os termos deste convênio e concorda em:

1) fornecer custeio dos serviços de assessores da USAID, conforme se indica no Bloco 8 da primeira folha do presente convênio;

2) promover um contrato com instituições técnicas competentes dos Estados Unidos, com vistas a obter os serviços profissionais de cinco assessores educacionais para trabalhar com o grupo de educadores brasileiros, durante um período de 24 meses, e outros consultores em regime de curta duração, conforme necessário;

3) custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual, referentes aos serviços desses assessores, ressalvas as disposições do item III A-4 acima;

4) proporcionar orientação geral e normativa aos assessores da USAID; e

5) complementarmente às verbas comprometidas nos termos do Convênio presente e dependendo da disponibilidade de verbas e da existência de candidatos habilitados, fornecer recursos adicionais para custeio de treinamento de bolsistas que se te-

nam candidatado e sido selecionados de comum acordo.

IV — Disposições gerais

A equipe de assessores norte-americanos e equipe de técnicos em planejamento que deverão servir junto ao Ministério constituirão reunidas à equipe de Planejamento do ensino brasileiro superior; envolvendo os seguintes setores:

2) determinação do que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil;

3) confronto dessas características ideais com as necessidades admitidas, de forma a chegar a um plano de longo alcance para desenvolvimento do sistema;

4) planejamento das medidas necessárias à execução do plano mediante a efetivação, por etapas, de reformas desejáveis do sistema;

5) o esforço planejador será orientado no sentido de garantir um equilíbrio essencial de análise e ação, de forma que a fixação analítica de metas adequadas ao ensino superior seja acompanhada de perto pela ação executiva que a sua efetivação exige. Metas específicas serão fixadas em termos de:

1) necessidades globais de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, que se refletem na demanda de elementos, qualificados, de formação universitária, nos diversos setores culturais e profissionais;

2) necessidades globais de desenvolvimento dos sistemas universitários que refletem os números, tipos, portes, localizações geográficas e especialidades funcionais de instruções reclamadas pelo sistema para atender melhor às necessidades do desenvolvimento do Brasil;

3) tipos de currículos didáticos, programas de pesquisas e serviços de orientação e informação de estudantes, que permite o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária;

4) Tipos de estruturas de organização e de procedimentos administrativos que se fazem necessários para garantir o máximo de eficiência no funcionamento das instituições brasileiras de ensino superior;

análise em profundidade do

atual sistema de ensino brasileiro superior;

5) totais projetados e formas de provimento dos quadros de pessoal inclusive dos quadros administrativos, corpos docentes, equipes de quadros burocráticos para o cumprimento dos programas universitários nos termos de estrutura de organização recomendada;

6) instalações necessárias, inclusive provisões globais de espaço indispensável, e equipamento, bibliotecas, laboratórios e demais instalações par ao estudo e pesquisa, indispensáveis à adequada execução dos programas universitários preconizados;

7) requisitos financeiros, tanto em termos de capital, quando de operação, inclusive prioridades recomendadas, montantes e fontes, para financiamento adequado de todo o sistema de ensino superior; necessária à realização das reformas didáticas e administrativas que se exigem e facilitam a criação de um sistema de ensino superior eficaz e coordenado, plenamente em condições de atender aos reclamos do rápido desenvolvimento do País.

A Equipe de Planejamento do Ensino Superior recomendará nomeação de comissões e comitês constituídos por elementos dos quadros administrativos universitários, corpos docentes, e discentes, grupos de líderes de comunidades e outras entidades e órgãos que a equipe julgar necessários ao conveniente estudo de áreas-problemas, sistematização de planos propostos e consecução das metas visadas. Em cada área-problema o objetivo visado será o de colaborar com o grupo de brasileiros que terá a seu cargo a responsabilidade última de promover implantação das reformas necessárias, de sorte a assegurar a sua efetiva participação no processo do estudo e na formulação de planos executáveis para atingir as metas colimadas. Destarte o produto final do esforço planejador deverá constituir-se não apenas numa série de planos de grande amplitude como também de uma equipe permanente de técnicos de planejamento habilitados, dentro do Ministério, como também de um eficaz mecanismo de execução nos comitês e comissões militantes que funcionam dentro do próprio sistema de ensino superior.

NOVO CONVENIO MEC-USAID
Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior

São partes do presente Convênio o Ministério da Educação e Cultura (o Ministério), atuando através da Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), o Representante do Governo Brasileiro para a Cooperação Técnica (o Representante), e o Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (a USAID-BRASIL), com a participação do Conselho Federal de Educação (o Conselho).

I — ORIGEM DO CONVÊNIO

De acordo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Este, pelo governo brasileiro, como um dos membros da Aliança para o Progresso, o Ministério pretende realizar planejamentos a curto e a longo prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor.

Levando em conta essa política e aqueles objetivos, o Ministério através de sua Diretoria, visando aproveitar a experiência de outros centros educacionais, resolve obter, através da USAID-BRASIL, assessoria de uma instituição educacional norte-americana de alto nível para atingir os objetivos dessa iniciativa brasileira.

II — FINALIDADE

A finalidade deste Convênio é a de assessorar o trabalho da Diretoria nos seus esforços para atingir a expansão e aperfeiçoamento, a curto e a longo prazo, do sistema do ensino superior brasileiro através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor.

III — RESPONSABILIDADES

A) O Ministério, por este instrumento delega à Diretoria atribuições de exercer o presente Convênio e concorda em:

1 — Designar pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível para constituir grupo permanente de Planejamento junto à Diretoria, em regime de tempo integral, assessorados pelos educadores previstos neste Convênio, enquanto vigorar o mesmo.

2 — Custear salários, viagens em território nacional e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses educadores brasileiros.

3 — Assumir a responsabilidade pela preparação de um plano de trabalho detalhado para a execução das atividades previstas neste Convênio.

4 — Fornecer instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilingües e demais assistência com-sário ao funcionamento efetivo do complementar, inclusive pessoal necessário Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessores.

5 — Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados que venham a ser enviados ao exterior para os fins deste Convênio.

B) A USAID-Brasil, por este instrumento, delega ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar o presente Convênio, no que lhe competir, concordando em:

1 — Fornecer por período máximo de quatro anos, dependendo da disponibilidade de recursos, através de contrato com instituição educacional de alto nível, sujeito à aprovação prévia da Diretoria, os serviços de pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessores em regime de contrato de curta duração, caso seja necessário.

2 — Que os recursos para o funcionamento de contratos por um período inicial de aproximadamente 18 (dezoito) meses continuam comprometidos no total indicado na folha anexa com as especificações financeiras.

3 — Custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual referentes aos serviços desses assessores, ressalvadas as disposições do item III-A-4 acima.

4 — Custear o treinamento de bolsistas, dependendo das disponibilidades de recursos, em complemento às verbas empenhadas nos termos do presente Convênio.

IV — DISPOSIÇÕES GERAIS

A) Os educadores de que trata o item III-A-1 constituirão a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior. Esta Equipe colaborará, em regime de tempo integral, na implantação de processo dinâmico de planejamento, visando a finalidade deste Convênio, cabendo sempre às autoridades brasileiras competentes a responsabilidade de determinar a política e as normas de Educação, bem como de aprovar ou não todos os planos elaborados. Os

planos quando aprovados serão postos em execução pelas autoridades brasileiras.

B) A Diretoria poderá também designar comissões constituídas por elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos.

C) Este Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior reformula, amplia e substitui o Convênio MEC-USAID assinado pelas partes em 23 de junho de 1965.

D) A regulamentação deste Convênio será elaborada, aprovada e homologada pelas autoridades competentes, passando a integrar este Convênio.

E) O presente Convênio entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá vigência até 30 de junho de 1968, podendo ser cancelado pela Diretoria ou pela USAID-Brasil mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 30 dias, bem como prorrogado ou modificado de comum acordo.

V — CLAUSULAS ESPECIFICAS ADITIVAS

A) O Ministério, através da Diretoria, concorda em dar publicidade adequada, pelos meios de comunicação apropriados, sobre o andamento e execução deste Convênio, considerando-o como uma das cooperações dentro da Aliança para o Progresso.

B) As Disposições Normativas (Anexo B), alteradas pelo Memorando de Entendimento sobre Auditoria entre a AID e o Ministério do Planejamento, datado de 22 de abril de 1963, ficam, incorporadas e integradas no presente Convênio.

2a. Parte: Caráter do Acordo MEC-USAID

A — A Universidade e o Desenvolvimento

A Universidade não existe no ar, com seus fundamentos nas idéias, brilhantes ou não, de alguns homens sobre o que deve ser a cultura.

A Universidade existe no concreto, relacionado à sociedade da qual ela faz parte, futo e semente, em parte, dessa sociedade. A cultura, ela mesma, é a consequência do estabele-

cimento de relações sociais entre os homens, relações sociais que visam, sobre tudo, a sobrevivência do homem, isto é, a organização e a produção cotidiana do homem. Antes do homem se dedicar à cultura, precisa comer, vestir-se, ter um teto.

É possível estudar os principais traços da Universidade em cada sistema social existente na História. Para o que interessa aqui, porém, basta estudar a Universidade no sistema capitalista, porque é em um sistema capitalista bastante amadurecido este em que vivemos. Para compreendermos, portanto, nossa Universidade em seus aspectos mais gerais e em seus aspectos mais particulares precisamos relacioná-la com os aspectos mais particulares do capitalismo.

O aspecto mais geral do capitalismo, aquele que constitui mesmo seu centro motor, é o fato de ser um sistema social baseado na busca do lucro individual, um sistema social no qual o lucro gera a necessidade de maior lucro. A Universidade, organização do homem para a aprendizagem, deve, nesse sistema social, atender essa necessidade. A Universidade deve preparar os homens capazes de fazer com que o lucro possa trazer um lucro maior. A Universidade transforma-se em órgão encarregado do aprimoramento tecnológico do sistema social.

Os aspectos mais particulares do sistema capitalista, no caso, devem ser aqueles relacionados com o capitalismo brasileiro, bem como os aspectos mais particulares da Universidade, no caso, devem ser aqueles relacionados com a Universidade brasileira.

Nesse sentido vemos que a criação de um parque industrial no Brasil influencia imediatamente a Universidade. Se, de finais do século passado até as três ou quatro primeiras décadas deste século todo o ensino no Brasil era orientado para a manutenção do aparelho estatal (Faculdades de Direito), para a satisfação de necessidades sociais, (Faculdades de Medicina), ou para a manutenção do próprio sistema de ensino (Faculdade de Filosofia), a partir de certa época, com o crescimento industrial, adquirirão grande importância as Faculdades de caráter mais técnico, como as de Engenharia e Economia. Vemos mais ainda: vemos que o processo de industrialização, permitindo o ascenso (melhores níveis de salários) e a diversificação (maiores possibilidades de emprego das classes médias, vemos que a industrialização alarga as portas da Universidade, fazendo

com que aumente o número de estabelecimentos de ensino, com que aumente o número de vagas. A Universidade será, assim, um novo trampolim para a ascensão social, para que o filho tenha perspectivas de receber maiores salários que o pai. Desta forma, quando o estudante escolhe determinada profissão, está fazendo uma opção social.

As características especiais do capitalismo brasileiro, o fato de ser orientado e organizado pelo capital norte-americano, o fato decorrente de todas as distorções na sociedade brasileira, levam a características especiais na Universidade. O Capitalismo brasileiro, sendo orientado pelo norte-americano, dele importa sua tecnologia. Assim, a Universidade brasileira não se aprimorará em um ritmo tão rápido quanto o da formação do parque industrial. No seu conjunto permanecerá bastante marginalizada em relação à indústria, pelo fato desta ser gerada nos Estados Unidos da América.

A Universidade brasileira negará, desta forma, o que seriam duas características essenciais da relação entre o ensino e o sistema social. Primeiro, não terá como objetivo a satisfação das necessidades desse sistema e do povo brasileiro, considerando que as necessidades do povo brasileiro entram em conflito com do sistema capitalista mesmo. Segundo, não oferecerá aos estudantes uma rampa convergente de ascensão social, pois a distância existente entre a Universidade e o sistema social faz com que a Universidade forme muito mais profissionais do que o sistema é capaz de absorver. O estudante, uma vez for-

	Despesas com Educação (1)	Despesas com Forças Armadas e Seg. Nacional (2)
1964	116.500,0	389.313,0
1965	339.419,0	874.625,7
1966	422.041,9	1.014.133,8
1967	604.644,2	1.437.765,9

Obs. nas despesas com forças armadas não estão contidos os gastos do SNI (Serviço Nacional de Informação) nem tão pouco os créditos especiais que não fazem parte do Orçamento da União.

Salta à vista a imensa participação do item (2) no total da despesa, o que é realmente um paradoxo. O Brasil, um País subdesenvolvido apresentando imensos «deficit» em setores sociais (deficiência educacio-

mado, freqüentemente se encontrará diante da incapacidade de encontrar trabalho no setor em que é especializado. Os critérios de selecionamento dos profissionais não se darão segundo a capacidade de cada um, mas segundo as relações sociais, segundo a situação social da família de cada um.

Todos esses aspectos, ou seja, os gerais e os particulares, do capitalismo brasileiro da Universidade brasileira, passarão a ser desenvolvidos no decurso desse trabalho.

VERBAS EMPREGADAS PELO GOVERNO EM EDUCAÇÃO

Para esse levantamento foram consultados os projetos orçamentários contidos no Diário Oficial a partir de 1956.

ANO	Despesas com educação (1)	Despesa (2)	% de em (2)
1956	3.947	108.488	3,6
1957	6.433	132.906	4,8
1958	9.519	158.437	6,0
1959	13.787	221.547	6,2
1960	19.520	317.364	6,1
1961	28.517	499.842	5,7
1962	52.073	877.963	5,9
1963	73.192	618.108	11,8

(em NCr\$ 1,00)

Obs. a alta taxa de participação ocorrida em 1963 deve-se ao Plano Nacional de Alfabetização. A partir de 1964 devido a obtenção de dados considerou-se interessante uma comparação entre as despesas com a educação e as com as forças armadas, o que pode ser visto no quadro abaixo.

	Total de Despesas (3)	% de em (1) em (3)	% de em (2) em (3)
1964	2.770.714,4	5,8	14,1
1965	3.775.138,5	8,9	23,2
1966	4.678.907,2	9,0	21,7
1967	6.943.197,5	8,7	20,1

utilizar cerca de 21,0% do seu orçamento anual com despesas militares, ou seja, o próprio povo pagando para ser explorado. É a prova evidente da demagogia da Ditadura.

O que é a USAID?

O aparecimento da USAID está ligado a toda uma orientação da política-norte-americana, após a Revolução Cubana, visando diminuir as tensões sociais na América Latina, ou seja o programa «Aliança para o Pro-

gresso» (ALPRO), Ela decorreu do «Foreign Assistance Act of 1961 (F. A. Act.), que estabelecia, em sua seção 622 que a responsabilidade pela «continua supervisão e direção geral dos programas de assistência autorizados pelo F.A. Act. caberia ao Departamento de Estado sob a «direção do presidente».

Em 3 de novembro de 1961, o Presidente Kennedy, através da Ordem Executiva n. 10.973, determinou o estabelecimento, no Departamento de Estado, de uma agência a ser denominada «Agency for International Development» (USAID).

O funcionamento do programa ALPRO passaria a se efetuar através de acordos bilaterais, USAID com os respectivos países latino-americanos. Fica então acentuada a relatividade dos organismos multinacionais (OEA, ONU, UNESCO). Concretamente temos: em 1961, na Conferência de Punta del Este, os Estados Unidos empregaram táticas diversas, segundo seus interesses específicos. Assim:

a) tentaram utilizar o organismo multinacional (OEA) para a agressão militar a Cuba. Não o conseguindo, utilizaram para a agressão econômica; o bloqueio;

b) negaram a utilização do mesmo organismo para o programa ALPRO, estabelecido na mesma Conferência, empregando a tática do acordo bilateral, que serve para acentuar mais ainda a diferença entre nação industrializada e país subdesenvolvido, aumentando ainda mais as possibilidades concretas de intervenção em assuntos internos do País subdesenvolvido.

Proveniência dos recursos a serem utilizados pela USAID

No período Kennedy foram acentuadas as vantagens da utilização da ajuda pública, que melhor se adapta às necessidades de planificação. Já no período Johnson, a situação modificou-se, com a preferência aos investimentos privados em detrimento da ajuda política.

AJUDA NORTE-AMERICANA (em milhões de dólares)

	1956	1963	1964
Investimentos Privados	1.230	737	1.315
Investimentos Públicos	2.006	3.842	3.534

Os recursos provenientes dos investimentos públicos podem ser assim discriminados:

50% — EXIMBANK (Export and Import Bank), que corresponde a empréstimos feitos a investidores nacionais para a aquisição de bens de capital «de fabricação norte-americana».

Obs.: Operações dessa natureza não constituem, na realidade, nenhum favor, pois tais empréstimos são liquidados em dólares, rendendo juros normais e proporcionando lucros àquela entidade de crédito.

35% — correspondem ao produto da venda de excedentes agrícolas norte-americanos em moeda nacional. Essa venda e a utilização dos recursos dela oriundos estão estabelecidos na PUBLIC LAW 480 (P.L. 480), que constitui a principal fonte de autoridade no que diz respeito à utilização, por parte do governo dos Estados Unidos, dos excedentes agrícolas.

A P. L. 480 apresenta-se, explicitamente, como medida tomada «Para incrementar o consumo dos produtos agrícolas dos Estados Unidos e em países estrangeiros, para melhorar as relações externas e para outras finalidades». Consta essencialmente de quatro títulos:

Título I — prevê a venda de excedentes agrícolas em moeda estrangeira (foreign currency);

Títulos II e III — autorizam a doação de excedentes para atenuar as condições de subnutrição;

Título IV — dispõe sobre a venda de excedentes para pagamento em dólares a longo prazo.

A venda de excedentes para pagamento em cruzeiros tem assegurado a maior parte dos recursos disponíveis «para aplicação através da USAID». De acordo com o Título I da P.L. 480, os recursos em moeda local poderão ser usados para as seguintes finalidades:

a) desenvolvimento de novos mercados para os produtos agrícolas norte-americanos;

b) compra de materiais considerados estratégicos pelos EE.UU.;

c) aquisição de equipamentos, materiais, instalações e serviços para a defesa comum;

d) pagamento de compromissos dos EE.UU. no exterior;

e) assistência à expansão ou operação de entidades educacionais no estrangeiro, fundadas ou patrocinadas por cidadãos dos EE.UU.

«As vendas em moeda estrangeira (cruzeiros, no caso) são, com mais uma política comercial, e não de uma propriedade, colocadas no contexto de política para o desenvolvimento econômico.»

Conclui-se, pois, que a pretensa ajuda pode ser afastada de todo um processo publicitário de mistificação e colocada em seus devidos termos.

B — Análise da Política Educacional

A análise das proposições contidas no Plano Decenal - Setor Educação deve ser feita após a constatação da subordinação da política educacional à opção econômica, o que é bastante ressaltado nos «Grandes objetivos da Educação Brasileira» (EPEA Plan Decenal): «a educação ganha significado de investimento quando o fluxo de atendimento escolar está relacionado com o processo de absorção de mão-de obra na vida produtiva nacional».

Para que se consiga dentro dessa colocação apreender o sentido da penetração imperialista, faz-se necessário uma esquematização em termos bastante gerais da tendência dominante na atual estrutura econômica:

I — o impasse atual da economia capitalista no Brasil:

a) diminuição da taxa de crescimento econômico — 1966, 2,5%
 mento de mão-de-obra (qualificada ou não) pelo mercado de trabalho — decorrente de a).

Mercado de Trabalho para Profissionais de Nível Universitário (Recife)

b) impossibilidade de aproveitamento de colocação no mercado de trabalho

Arquitetos	30
Economistas	20
Eng. Químicos	35
Eng. Mecânicos	20
Eng. Eletricistas	20
Eng. de Minas	90

(formaram-se somente 10

Eng. Civis	80
Geólogos	70
Técnicos em administração	12

c) diminuição os salários reais-contração do consumo;

2 — a integração do débil processo capitalista nacional em o capitalismo

monopolista norte-americano em sua fase de monopolismo tecnológico;

a) na parte relativa ao setor privado da economia (cerca de 50%) a pequena e média empresa nacional devido à utilização de uma tecnologia inferior que eleva os custos de produção, não tem condição de concorrência com a grande empresa monopolista estrangeira, ocorre então um processo de concentração industrial (formação de monopólios) ou então a saída do mercado no período 1964-1966, cerca de 5.000 indústrias média e pequena fecharam só em São Paulo.

b) na parte do setor estatal podemos observar a grande ênfase que é dada no momento a desestatização.

Relativamente à política educacional podemos situá-la como a tentativa de adaptar uma estrutura educacional cujo desenvolvimento histórico processou-se de uma maneira diversa, a este processo de integração da economia nacional com o capitalismo monopolista.

A integração com o monopolismo tecnológico no campo da economia irá significar a implantação de uma «tecnologia importada» sobre a qual vai ser efetuado um processo de «aprendizagem e treinamento» e nunca de criação. Fica colocada fora de cogitação a expansão e mesmo em alguns casos a manutenção de uma estrutura que vise um processo de criação tecnológica (o estancamento da Universidade e Brasília podem ser tomados como um exemplo elucidativo desta afirmação).

Chegamos pois, ao que a política educacional da ditadura tem de essencial, senão vejamos: dentro da estrutura educacional o processo de criação tecnológica localiza-se em um estágio superior — a Universidade — na medida mesmo em que este processo não irá ocorrer, a Universidade deixa de ser «Universidade», perde sua função, transforma-se num obstáculo ao desenvolvimento. Com isso queremos afirmar que a reforma educacional vias adaptar toda a estrutura a um processo de «aprendizado e treinamento», processo este que será efetuado no «ensino médio», a ser convenientemente reestruturado a fim de que perca suas características de encaminhamento para o estágio superior, a «Universidade», e se transforme em um fim em si.

Aparece uma nova orientação na política educacional.

A reforma administrativa do MEC nos coloca diante deste fato concre-

to, assim contrariando a Lei de Diretrizes e Bases e a reforma confere ao MEC novamente o papel executivo em toda a estrutura educacional e a União é suficientemente competente para fixar normas de operação das Universidades e estabelecer um plano nacional de educação, deve ser ela também a autoridade mais competente para fixar normas básicas de operação dos sistemas de ensino primário e médio» (EPEA-Plano Decenal).

Como exemplo bastante elucidativo da aplicação desta tática temos *

ESTADO	PERNAMBUCO	GUANABARA
GOVERNADOR	MIGUEL ARRAES	LACERDA
ATITUDE	ANTI-IMPERIALISTA	PRÓ-IMPERIALISTA
VERBAS APLICADAS PELA ALIANÇA NO ESTADO	US\$ 2.500.000.	US\$ 71.400.000

FONTE. Aliança para o Progresso. Inquérito.

Agora de posse do aparelho de estado-MEC ocorre uma ação centralizada já não há mais necessidade de infiltração estadual, os ACORDOS MEC-USAID de aplicação nos três níveis de ensino, nos mostra claramente a extensão do raio de ação imperialista.

Ficam colocadas as bases para uma compreensão clara e justa da problemática proposta. Podemos então passar a analisar sistematicamente a política educacional da ditadura nos três níveis em que ela se apresenta.

1) — ENSINO PRIMÁRIO

A reestruturação no nível primário leva em conta duas realidades: a cidade e o campo.

Se atentarmos para o fato de que o processo de urbanização crescente, não acompanhado de industrialização e conseqüentemente de crescente marginalização de amplos setores urbanos, vamos observar que:

a) — a reestruturação do ensino primário no meio urbano, como pretende o plano decenal vai depender de duas variáveis.

- 1) — controle de natalidade
- 2) — estancamento do êxodo rural
- b) — o processo de capitalização

O que vemos ocorrer é a própria mudança da tática de infiltração imperialista. No período anterior a 1964 a tática era a infiltração imperialista. No período anterior a 1964 a tática era a infiltração no nível estadual (a lei de Diretrizes e Bases colocava os sistemas médio e primário sob a orientação das secretarias de educação estaduais). Como exemplo bastante elucidativo da aplicação desta tática temos.

crecente de amplas áreas rurais (eradicação da cultura cafeeira, racionalização da cana no nordeste) provoca uma liberação de mão-de-obra que não pode ser absorvida pela incipiente industrialização.

A constatação desses fatos e um simples confronto com a política educacional nos mostra o verdadeiro caráter desta. Assim temos.

a) — no meio urbano com o controle das duas variáveis acima citadas e somente com isso uma racionalização e integração do ensino primário com o médio.

b) — no meio rural a reestruturação deve ser elaborada através de programas de treinamento e fixação de mão-de-obra. Para isso foi constituído sob os auspícios da USAID o PLANO PARA PREPARO OCUPACIONAL DA JUVENTUDE RURICOLA BRASILEIRA (Min. da Agricultura — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário).

Que se propõe a prepara 200.000 jovens do sexo masculino anualmente provenientes das regiões da liberação de mão-de-obra de início o programa vai ser efetuado na Zona da Mata pernambucana.

Programas deste tipo são utilizados com o auxílio da mesma USAID em várias partes do mundo (Vietnam, Birmânia, Jamaica e Quênia).

2 — ENSINO MÉDIO

A reformulação do ensino médio leva em conta as observações feitas

para o ensino primário. O objetivo como já foi colocado é preparar o ensino médio para um processo de aprendizado e treinamento de uma tecnologia importada (processos de produção importados), fazendo também como que perca as suas características atuais de estágio preparatório à Universidade. A antiga distinção entre ensino médio acadêmico e não acadêmico será reformulada, já que o ensino acadêmico visava essencialmente à Universidade. Os investimentos se concentrarão nas escolas técnicas comerciais e industriais. Isto visa ao encaminhamento rápido da mão de obra ao mercado de trabalho.

Obs. — A grande beneficiária da reformulação do ensino médio será a empresa privada, já que esta reforma traria técnicos especializados de nível médio (formados em escolas técnicas) à níveis salariais mais baixos que técnicos de formação universitária (exemplo — a nova estrutura possibilitaria a formação de técnicos de nível médio em Química provocando a dispensa ou a contração do mercado de trabalho para os engenheiros químicos de formação universitária).

3. ENSINO SUPERIOR

Para a análise do ensino superior faz-se necessário a colocação de algumas premissas fundamentais:

a) A Universidade, devido ao processo de integração da economia nacional com o capitalismo monopolista, perdeu sua função principal — criação de tecnologia.

b) Depois da lei de Diretrizes e Bases os recursos previstos em Orçamento Nacional para serem aplicados pelo MEC em educação, grande parte destinava-se ao ensino superior.

c) Em virtude da reformulação é necessário ao Governo Federal investir no ensino médio. Como as verbas para educação são uma parcela diminuta no Orçamento Federal, é preciso desviar verbas da Universidade para o ensino médio. Castelo Branco, Universidade de Sta. Maria: «Um estudante universitário deverá pagar por dois secundários.»

d) Para que se mantenha a atual estrutura universitária e se desvie recursos ao ensino médio, é preciso: 1o que parte dos recursos a serem aplicados no ensino superior sejam cobertos pelas anuidades. Assim: «Como complementação dos recursos privados de que se deverá dispor, considerou-se as contribuições dos estudantes universitários, a serem cobradas sistematicamente a partir de 1968. Supos-se que tais contribui-

ções cobrirão 20% dos dispêndios correntes do ensino superior em 1968, proporção essa que crescerá até 25%, sendo mantida neste nível a partir de 1974. (EPEA, Plano Decenal).

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Ano	Anuidades	TOTAL, EM Cr\$ bilhões de 1966
1968		51
1959		59
1970		64
1971		66
1972		76
1973		85
1974		94
1975		100
1976		107

FONTE: Estrutura de recursos para Educação — 1968-76 (EPEA-Pl. Decenal — 1967).

2o — O valor das anuidades a serem pagas pelos estudantes universitários seria calculado a partir do custo médio anual do estudante universitário, que em 1966 foi de 3 mil cruzeiros novos. Do total do custo médio, 30% é consumo e investimento e 70% manutenção. Segundo estudos que estão sendo efetuados no MEC cabe ao estudante universitário cobrir com a anuidade a parte referente a consumo e investimento isto é 30% do valor do custo médio. Isto em termos de 1966 significaria que a anuidade seria de 900 cruzeiros novos.

Levando-se em conta que mesmo o ensino superior sendo gratuito, a percentagem de estudantes provenientes da classe operária é mínima. Podemos concluir que a cobrança de anuidade viria a fechar a universidade não só a classe operária mas também a amplos setores da classe que em virtude do impasse da economia vêm seus salários reais decrescerem de uma maneira acelerada.

Como um dado final que comprova uma vez mais a subordinação da reforma educacional da ditadura aos interesses do imperialismo coloca-se a estruturação da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO, com papel de assessoria do Ministro da Educação, esta fundação é integrada pelas

- Fundação Esso
- Fundação Shell
- Fundação Antunes (grupo Icomi)
- BNDE
- EPEA

Reproduzimos abaixo o decreto que dá origem a essa fundação.

ESBOÇO PRELIMINAR DE PLANEJAMENTO

Para a instalação de uma Fundação da Ed. p/ o Desenv. (E.D.E.)

O Congresso Nacional Decreta: Art. 1o — Fica o Poder executivo autorizado a instituir sob a denominação de Fundação de Educação para o Desenvolvimento E. D. E. um órgão com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da GB.

Art. 2o — A Fundação de Ed. para o Desenvolvimento (E.D.E.) terá autonomia administrativa e adquirirá personalidade jurídica própria a partir da inscrição no Registro de Pessoas Jurídicas, de seu ato constitutivo com o qual serão apresentados os Estatutos e o Decreto que o aprovar.

Art. 3o — A Fundação de Educação para o Desenvolvimento (E. D. E.) terá por finalidade acelerar por processos modernos e equipamento audiovisuais a Educação Brasileira para acompanhar o Desenvolvimento econômico e social do Brasil. Assim administrará e aplicará o Fundo E. D. E. no estímulo e aplicação:

- a) Da campanha do Comando Geral da Educação do Analfabeto.
- b) Na instalação da Educação Assistemática.
- c) Na aquisição de Equipamento Audiovisuais para o ensino Moderno.
- d) Na oferta de materiais para o trabalho em ginásio orientados.
- e) Na instalação e manutenção de cursos destinados a exame de maturidade.
- f) No preparo e impressão de documentos para a educação cívico-democrática.
- g) Na construção de Centro Audio Visuais para preparo de Professores e Instrutores.
- h) Em equipamento e instalação de laboratório para Escolas Institutos e Universidades.
- i) Em serviços e equipamentos técnicos para trabalho de pesquisa, experimentação, assistemática científica.
- j) Financiamento de construção ligado ao Ensino Assistemático Técnico científico e Cultural.
- k) No desenvolvimento da formação tecnológico-científica e das pesquisas tecnológicas.
- l) Na instalação da Universidade do Trabalho.

Art. 4o — Constituirão recursos da Fundação de Educação para o Desenvolvimento E. D. E. sem prejuízo dos auxílios e subvenções conferidos em lei:

- 1) 2% da renda tributária da União.
- 2) 3% sobre o valor a venda de todo e qualquer equipamento ou produto estrangeiro considerado e qua-

lificado como luxuoso e supérfluo. 3) 3% sobre a remessa de Royalties e Assistência técnica estrangeira. 4) 2% sobre o Fundo de Garantia de tempo de serviço. 5) 2% sobre o Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas (desconto).

6) 5% sobre o recebimento de todo e qualquer auxílio ou subvenção.

7) 50% sobre o Imposto de Renda e seus adicionais recolhidos pela Loteria Federal e do fundo especial da Loteria e Jôquei Clube.

8) 0,10% sobre toda a transação de investimento e financiamento nacional ou estrangeiro.

Constituirão o Capital fixa para a Instituição de um Fundo rotativo o seguinte:

1) a totalidade da arrecadação proveniente da Lei 4.400 de 27-10-64 que instituiu o Salário-Educação.

2) a aplicação de 50% do Imposto de Renda de pessoas jurídicas que desejarem (Projeto Sidney Latini).

3) a totalidade dos Saldos não aplicados do Fundo Nacional de Ensino Primário e Médio.

4) os saldos de contas bancárias abandonados e não movimentados por 5 anos.

5) os valores de depósitos judiciais e fiscais considerados vencidos

6) os depósitos menores interdita pela União.

7) a importância correspondente a 25% dos recursos reservados para o Norte e Nordeste e não aplicados, para terem aplicação nestas zonas obrigatoriamente no setor educacional.

8) a importância total de um empréstimo compulsório de 5% sobre o Imposto de Renda devido por um período de 5 anos (restituível) a ser criado.

9) Doações de Fundações e entidades Nacionais e Estrangeiras.

10) O depósito para posterior entrega aos beneficiados de todos os auxílios e subvenções. Não pretendemos de modo algum esgotar o tema proposto-estrutura educacional e infiltração imperialista, mas apenas colocar alguns elementos que podem e devem ser aproveitados.

O QUE É O IMPERIALISMO?

O Imperialismo é a etapa mais avançada do capitalismo, gerando-se pelo aguçamento das próprias contradições internas do sistema. A concentração do capital em grandes monopólios, que vem substituir a livre concorrência (etapa do capitalismo, vigente até o fim do século XIX), ao sentir que a taxa de

lucro diminuía como decorrência da limitação do poder aquisitivo das massas, adota a solução de empregar esse capital acumulado em regiões menos desenvolvidas.

Esse expediente traz benefícios imediatos ao capitalista. Isso se dá da seguinte forma:

a) a mão de obra farta e barata, a matéria prima abundante e a ausência de concorrência nessas regiões menos desenvolvidas, possibilitam um lucro maior.

b) diminui a pressão para o emprego de capitais no país exportador de capital, permitindo a elevação da taxa de lucro.

c) a diminuição da pressão no mercado de capitais do país exportador, possibilita a manutenção de uma mão-de-obra inativa (desemprego), condição indispensável para impedir o aumento dos salários da classe operária (maior oferta de mão-de-obra do que a procura).

A DOMINAÇÃO IMPERIALISTA

Como vimos anteriormente, o imperialismo não é uma simples manifestação externa do capitalismo e sim uma etapa do próprio sistema.

O mecanismo de dominação imperialista impulsionado pelos grandes monopólios, exige a aliança com as classes dominantes dos países menos desenvolvidos (burguesia local). É assim que se explica a penetração imperialista em todos os setores da vida desses países. Desde o setor econômico até no setor de Ensino.

Torna-se importante compreender o papel de convivência da burguesia local com o imperialismo, sem o qual dificilmente sobreviveria como classe dominante.

Dai o seu comportamento histórico de criação a mudanças sociais que possam abalar a estrutura do sistema e o seu condomínio do poder.

ESTRATEGIA GLOBAL DO IMPERIALISMO

A política de coexistência pacífica entre os sistemas capitalista e socialista, verificando-se uma delimitação relativa de zonas de influência para evitar a guerra nuclear, acentua a agressividade do imperialismo em termos de guerra convencional.

A Revolução Cubana e o crescimento das lutas de libertação nacional em todo o mundo subdesenvolvido levam a uma intervenção militar direta do imperialismo norte-americano (Rep. Dominicana, Vietnam, etc.)

Em casos menos agudos, a dominação institucionalizada em conjunto com a burguesia local e o latifúndio, basta para assegurar a continuidade do domínio imperial.

IMPERIALISMO E CAPITAL NACIONAL

O Desenvolvimento do capitalismo no Brasil está diretamente ligado ao processo mais global de afirmação do capitalismo monopolista mundial.

Durante a transformação da economia agrária de exportação para a produção industrial, os capitais imperialistas penetraram e dominaram profundamente a economia brasileira, que passou a ser integrada no capitalismo internacional.

Em 1960, segundo o relatório Banas, o imperialismo controlava:

Indústria automobilística	90%
Indústria de eletricidade	82%
Máquinas	70%
Química	50%
Plásticos	45%

A burguesia brasileira foi obrigada a se incorporar ao processo de concentração de capitais, consequência da penetração imperialista. Essa monopolização da economia aguçou uma série de contradições, provocando, entre outras consequências, uma readaptação do ensino superior para atender às necessidades tecnológicas desse processo.

A absorção e dependência da burguesia nacional frente ao imperialismo não a qualificam a desempenhar um papel progressista no desenvolvimento econômico da sociedade brasileira.

Isso pelos seguintes motivos:

a) A burguesia está ligada a formas de produção cada vez mais centralizadas, cada vez mais afastadas das necessidades de consumo das massas. Essas são crescentemente excluídas dos produtos do desenvolvimento.

b) Os interesses da burguesia nacional são muito secundariamente diferentes do imperialismo. O que interessa a um, interessa a outro.

Na impossibilidade da burguesia brasileira levar adiante um desenvolvimento autônomo, ficam esgotadas as suas possibilidades de contribuir para o progresso. Enquanto parte integrante do sistema imperialista, qualquer luta que vise transformar a atual estrutura chocar-se-á com ela.

BURGUESIA E DEMOCRACIA

O golpe de abril de 1964 e a consequente institucionalização da ditadura de classe no Brasil, marca a integração do país na estratégia global do imperialismo. Mesmo com a possibilidade de uma retomada do desenvolvimento, assegurando uma alta taxa de crescimento econômico, será impossível ao imperialismo e à bur-

guesia brasileira, abrir mão da institucionalização de sua ditadura. Isto, por si só, impede a concepção de um retorno do regime aos moldes anteriores (redemocratização), impondo-se, agora, aos setores revolucionários da população, uma alternativa radical para a luta anti-imperialista.

A CLASSE MÉDIA
A classe média é uma classe de caráter intermediário e acessório ao sistema produtivo.

Consequentemente ela não tem condições de realizar uma trajetória histórica própria, a partir de seus interesses de classe. Sua opção será sempre no sentido de se unir aos polos dinâmicos da sociedade-burguesia e proletariado. Daí o caráter oscilante de seu comportamento político.

Nas etapas mais aceleradas do desenvolvimento de uma sociedade, sucedem-se oportunidades de ascensão social. O lucro fácil e a acumulação desenfreada de capitais, podem levar a classe média a ficar ao lado da burguesia. No entanto, essa classe é extramamente sensível às crises econômicas. Quando vê ameaçado seu padrão de vida, pode adotar soluções bastante radicais para a crise.

ESTUDANTE E CLASSE

O estudante não é uma categoria desligada do conceito de classe. De um lado, é um portador dos condicionamentos e visão do mundo assimilados no ambiente familiar, trazendo para a Universidade os componentes ideológicos de sua formação. Lembra Merton: «os familiares operam como elemento de transmissão dos valores e objetivos do grupo a que pertencem, sobretudo da classe a que pertencem ou da classe com que se identificam».

Por outro lado, a Universidade, na atual estrutura, é uma aspiração restrita a setores diminutos da sociedade. Ela não é um horizonte totalmente novo na vida do jovem, porém o prolongamento e o aprimoramento de horizontes já formulados, ou seja: a preservação de posições já conquistadas (no caso da burguesia e da classe média ascendente) e da euforia da ascensão social (no caso das camadas mais baixas da classe média). Em linhas gerais, quando o jovem opta pela situação de estudante universitário não faz uma opção abstratamente intelectual mas sim concretamente social. Opta por uma profissão, dando continuidade a uma situação que lhe foi imposta e oferecida pela sua origem de classe.

Não somente as suas origens, mas também o próprio caráter da opção, conferem ao estudante um comportamento de proximidade com o sistema produtivo. Ao entrar para

a Universidade o estudante toma sentes e futuros e aprende a submeter-se a eles no confronto com esse mesmo sistema.

Composição social da Faculdade

Segundo dados fornecidos por Marialice Foracchi (O Estudante e a transformação da Sociedade Brasileira) 71% da população universitária se compõe de estudantes da classe média. Os restantes 29% são atribuídos à burguesia. Considerando a transferência por parte do estudante de sua valorização social originária para o âmbito da universidade, é necessário analisar as alternativas políticas da classe média como um todo para poder traçar os possíveis caminhos do movimento estudantil.

A Situação atual

a) O GOLPE

Em 1964, delineava-se claramente a estagnação do sistema. A teoria da deflação (congelamento salarial para restabelecer a taxa de lucro, etc) e o punha à solução janguista das mudanças estruturais. As facções da burguesia que apoiavam Jango, abandonaram-na depois da frustrada tentativa de Estado de Sítio. Enquanto a base social de Jango se estreitava, outras lideranças burguesas (Lacerda, Ademar, Magalhães) preparava o Golpe. No entanto, um golpe, por mais militar que seja, necessita de um apoio de massa. Nesse sentido os setores mais alienados da classe média foram mobilizados através de bandeiras como o combate à inflação, a corrupção e a subversão, a preservação da sociedade cristã (Marcha da Família com Deus pela Liberdade). Além disso, a crescente pressão do operariado, permitiu uma elevação relativa do seu salário real. Enquanto um funcionário letrado «E» passou de índice 61 (1959) para o 56 (1960), o operário comum teve uma elevação de 10% (1959) para 135 (1960). Isso ajuda a explicar a fácil aceitação da propaganda burguesa pela classe média.

SITUAÇÃO DEPOIS DO GOLPE

1) A solução da crise do capitalismo brasileiro empreendida pelos mentores do Golpe, se caracterizava não só pela tentativa de superar a estagnação, mas também de reorientar o sistema sob novas bases. A entrada maciça do capital estrangeiro de conteúdo monopolista, imprimiu uma nova tendência à concentração e à centralização da produção. O crédito fácil do período desenvolvimentista favoreceu as tendências da pequena concentração da produção.

Para superar essa pulverização das poupanças, fez-se uma política de centralização da produção, sob os aus-

plícios do imperialismo. «Surtem os sinais de novo ciclo promissor: a fusão de empresas sem poder competitivo num mercado sem condições de assegurar-lhes prosperidade é a etapa em que ingressaremos sob o signo da prosperidade». («Novo Cielo» — Editorial do JB, novembro de 1966).

2) Para facilitar essa política de concentração, restringem-se os créditos bancários governamentais, sob o pretexto de conter a inflação. A pequena e média empresa ou se associa a capitais estrangeiros ou ia à falência.

3) A contenção salarial recai também sobre a classe média, com possibilidades de ascensão muito reduzidas, devido à tendência à monopolização da economia.

ALTERNATIVAS POLITICAS DA CLASSE MÉDIA

1 — A crise do sistema pode levar a classe média a um comportamento de «oposição» à Ditadura. Apoiando partidos oposicionistas «consentidos» como o MDB, ela se oporá ao regime, sob as bandeiras da redemocratização e da retomada do desenvolvimento. No entanto, só poderia alcançar essas metas, solucionando as contradições básicas do sistema. E isto, está claro, fica fora das possibilidades de sua ação política, enquanto política própria de classe média. Daí a inconsequência dessa posição.

2 — Por outro lado, a permanência das dificuldades que a classe média encontra na sociedade, acaba fazendo com que ela acolha saídas mais radicais para a crise.

A impossibilidade de subir socialmente, a desvalorização de seus salários, que resultam da centralização dos capitais, impõem aos poucos uma visão mais clara da realidade. Os interesses da classe média chocam-se com os interesses da burguesia e do imperialismo e ela se dá conta de que só os poderá satisfazer lutando contra o imperialismo. Esse fator vai possibilitar sua aliança com o operariado, classe que por sua formação histórica e por seus interesses, tem possibilidades de liderar e levar até as últimas consequências essa luta.

Portanto, os estudantes, considerados enquanto elementos da classe média tem todo o interesse em se integrar a luta radical contra o imperialismo. Gozando de uma educação superior e de melhores condições de mobilização, podem assimilar uma teoria e uma prática de vanguarda, auxiliando na luta radical contra o imperialismo. As garras do imperialismo se fazem sentir, inclusive, nos

seus próprios locais de estudo. O Acórdão Mec/USAID, cobrança de anuidades, a repressão contra os seus movimentos, tornam bem claro a presença de forças que visam frustrar seus interesses. A ligação entre as más condições que o estudante encontra na Universidade, e as frustrações que encontra pela frente ao tentar se estabelecer profissionalmente, bem como a impossibilidade de resolver suas dificuldades financeiras, possibilitam ao estudante adotar uma posição crítica diante da estrutura atual. Essa visão crítica irá se traduzir na prática.

PAPEL DO ESTUDANTE NA LUTA ANTI-IMPERIALISTA

Se por um lado, não devemos ter ilusões quanto ao fato de o estudante poder se lançar como um todo a luta anti-imperialista, por ser a classe média uma classe heterogênea, que na medida em que se aguçam a luta contra o imperialismo, vai se dividir, sendo, provável, portanto a adesão de a burguesia, fazendo uma opção a favor da atual estrutura, como melhor maneira de satisfazer seus interesses.

Por outro lado, mostramos como o estudante, a partir de sua condição de membro da classe média, e, também, a partir de sua condição específica de estudo, possui potencialidade de lutar contra a penetração do imperialismo no Ensino e nos outros setores da sociedade.

Procuramos mostrar com se dá essa penetração do imperialismo, tanto em âmbito mais geral, como também no setor do ensino, e suas consequências adversas para o operariado e parte da classe média — o povo brasileiro.

Os estudantes, como parte avançada da classe média, devem desenvolver formas de luta cada vez mais eficientes ao lado do operário e camponês, contra o imperialismo e o capital nacional seu aliado. Sua tarefa de força auxiliar, de força de denúncia, obrigam-no a um estudo cada vez mais aprofundado do inimigo e a formas cada vez mais eficientes de organização.

O Acórdão MEC/USIAD é apenas um pequeno passo no processo geral de dominação imperialista. Precisamos denunciar e lutar contra todas e quaisquer outras investidas do imperialismo. O Seminário Regional da UNE é uma pequena etapa dentro do caminho de nossa luta, que, bem cumprida, nos dará condições de prosseguir com passos mais largos.

(União Metropolitana dos Estudantes.)



PAINEL

A F.O.L.E. (Frente de Organização e Luta Estudantil), que agrupa a esquerda da Faculdade de Engenharia da UB, prepara-se para participar, junto com a Faculdade de Arquitetura, do Seminário (Fundão) sobre política educacional do governo, iniciativa da UME. Para isso já organizou três comissões: teses, organização e propaganda. Além disso trabalha no momento para lançar o seu jornal, pretendendo desenvolver intensa luta contra as anuidades. Ao lado disso o D.A. da Engenharia publica uma nota no JB, declarando que a UNE não é representativa da maioria dos estudantes. O D.A. se caracteriza em geral como enquadrado na linha nacionalista anti-popular de Lacerda. Deduz-se daí a importância do crescimento e do fortalecimento da FOLE, tanto para o movimento estudantil da UB, quanto para a Faculdade de Engenharia, ora entregue a um D.A. lacerdistas.

se integrando progressivamente nas lutas do movimento estudantil, sob a coordenação da UME. Do ponto de vista das forças — progressistas, isso significa um reforço importante da luta geral do movimento estudantil.

O DCE-LIVRE decidiu realizar eleições diretas para eleger a sua Executiva. Pretende com isso reforçar o seu caráter de entidade de massa.

A Frente de Cultura Popular (FCP) da UME pretende realizar próximo o «D da FCP», com programação de cinema, teatro, debates, etc. O Setor de teatro da FCP está organizando um Seminário Aberto de Cultura e Teatro Popular — com a participação de vários intelectuais, além dos estudantes. O Setor de Cinema tem também uma programação intensa, pretendendo inclusive organizar conferências e um concurso universitário de roteiros. O roteirista vencedor será aproveitado para um filme que a FCP pretende rodar.

IMPRENSA

O extinto Jornal do Brasil, expressando os interesses da extrema direita, que por sua vez é controlada pelo extinto imperialismo, insiste desahadamente em caracterizar a União Nacional dos Estudantes e a União Metropolitana dos Estudantes como entidades não existentes, já que colocadas na ilegalidade. As repetidas afirmações — gestista UNE e extinta UME — que só são reais na subjetividade dos irresponsáveis do JB, cobrem de ridículo o prestígio informativo da Condesa. E o caso de perguntarem ao João q. que foram fazer os 400 estudantes em São Paulo, na época do 29.º Congresso Nacional, e se o João não souber que apõem para o extinto SNI.

Comenta-se com estranheza nos meios universitários, a cobertura paternal que a valerosa «Última Hora» tem dado a «Funerária dos Progressistas (FUP)». Os universitários fazem um apelo venenoso a essa folha para que empregue a sua tradicional coragem para fazer propaganda de entidades zumbis (mortas-vivas). Que dêem para as entidades vivas (UNE, UME) o mesmo espaço de que dispõe a zumbi FUP.

Em um fato, confirmado por todos os observadores, que a imensa maioria dos pretos nos Estados Unidos não possui consciência ideológica nenhuma. É um mal. Mas isso não será remediado. Por quem? Pela própria luta, que cria a ideologia da luta. Os acontecimentos de Detroit etc. confirmam, a esse respeito as teorias de Régis Debray sobre a Revolução dentro da Revolução.

Essas «lições de coisas» afirmar-se-ão, a alguma, muito radicalmente. Haverá quem diga, em voz baixa: «linha chinesa...» Mas não é isso. Quase ao contrário. Pois os acontecimentos nos Estados Unidos parecem até desmentir as teorias de Lin Pio. A revolta não estourou no Sul, onde os pretos constituem a massa das populações rurais, mas nas grandes cidades do Norte: é uma revolução urbana.

Sabe-se, de experiência amarga, que no século XX a revolução urbana é muito mais difícil que a guerrilha nos campos e que as probabilidades de seu sucesso são muito menores. Mas não pensa em sucessos imediatos quem aprendeu a pensar dialeticamente. O primeiro grande resultado da revolta dos pretos nos Estados Unidos já está obtido: o regime em vigor está desmoralizado. E isto não seria, porventura, bom e útil e digno de ser assiduamente estudado?

A Universidade Rural está

LIÇÃO DOS PRÊTOS

O Pentágono e o secretário de Defesa dos Estados Unidos, continuam emitindo boletins sobre vitoriosas operações de guerra: cidades ocupadas, áreas limpezadas, inimigos mortos, entradas triunfais — Onde? No Vietnam? Não, Nos Estados Unidos.

E dentro do próprio país que os Estados Unidos travam a guerra: ocupando cidades norte-americanas, limpando áreas norte-americanas, matando inimigos que são cidadãos norte-americanos. É a guerra dos Estados Unidos contra os pretos em revolta.

Só isto lhes faltava. E grande nossa satisfação. Esperamos, para maior satisfação, detalhes suplementares e eles não tardarão: aos tanques em Detroit se juntarão os helicópteros em Louisville e o Na-palm em Harlem e — quem sabe? — amanhã será necessário lançar sobre os bairros dos pretos em Chicago umas bombas de hidrogênio.

O mundo já tira a primeira lição do acontecimento: está desmoralizada a mentira propagandística da «affluent society». Pode ser verdade que tantos e tantos operários americanos, anacostados pelas vulgaridades da TV e pelas ilusões pré-fabricadas em Hollywood, deasistem de sua libertação, trocando-a pela felicidade de dirigir nos «weekends» a lata velha de um «Ford» usado. Mas essa prosperidade de uma parcela da nação baseia-se na miséria de 150 grande parte da nação excluída dos benefícios do progresso técnico: morando em slums piores que as nossas favelas e passando fome como os habitantes das aldeias na Índia; grandes massas proletárias nos bairros italianos e judeus de Nova York, os operários das minas de carvão na West Virginia, os escravos de Anaconda Copper em Colorado e Montana, os trabalhadores rurais na Califórnia, os itinerantes jornalistas mexicanos no Texas, os milhares de portorriquenhos nas cidades da costa atlântica, os milhões de

velhos que recebem pensões irrisórias — e os pretos, sobretudo os pretos.

A verdade é que os Estados Unidos são, em grande parte, um país subdesenvolvido, sobretudo mentalmente. A verdade é que os Estados Unidos precisam de uma Aliança para o Progresso. A verdade é que os Estados Unidos poderiam bem aproveitar uma USAID e a verdade é que gostariam de enviar-lhes dádivas, inclusive os nossos mestres de «know how». Eugênio Gudin e Roberto Campos e Glycon de Paiva; e se verificar análogo subdesenvolvimento nas universidades, e na imprensa dos Estados Unidos, colocaremos à disposição desses pobrezinhos nossos mestres Flávio Supley de Lacerda, Tarso Dutra e Roberto Marinho. Nos outros, já não precisamos deles, vamos exportá-los. «Go home, amei!» O Brasil e a América Latina inteira ficarão melhor sem eles. Os tanques nas ruas de Detroit são nossas esperanças.

Mas como? É difícil responder. Recuso-me a tirar dos acontecimentos nos Estados Unidos lições práticas, porque uma lei vigente no Brasil, a Lei de Segurança Nacional, o proíbe; e respeito as leis do meu País, mesmo quando não são leis, mas «ukases» de caçar. Mas a Constituição em vigor, embora fascista, garante teoricamente a liberdade de manifestação do pensamento. Aproveitando esse buraco, vou tirar, dos acontecimentos, lições puramente teóricas.

A revolta dos pretos nos Estados Unidos demante uma teoria que é exata mas cujo valor e alcance foram exagerados: sobre a necessidade de uma organização bem estruturada para a luta revolucionária. Tenho estudado, um pouco, essa questão dos negros nos Estados Unidos. As organizações de sua defesa são lideradas e em parte até constituídas por brancos, generosos, mas limitados. Em todo caso, o número de pretos associados nessas entidades é in-

OTTO MARIA CARPEAUX

...mas que o número dos revoltados de Detroit, Chicago, Nova York e Memphis. Nesse caso presente, não é a organização que prepara a luta; é a luta que cria a organização.

É uma lição para aqueles, no Brasil, que se preocupam com a deficiência das organizações d esquerda.

Essa deficiência é, aliás, em grande parte causada pelo fracasso em grupos: grupos dominados por ideologias incompatíveis. A esse respeito, a revolta dos pretos nos Estados Unidos dá mais uma lição.

É um fato, confirmado por todos os observadores, que a imensa maioria dos pretos nos Estados Unidos não possui consciência ideológica nenhuma. É um mal. Mas isso não será remediado. Por quem? Pela própria luta, que cria a ideologia da luta. Os acontecimentos de Detroit etc. confirmam, a esse respeito as teorias de Régis Debray sobre a Revolução dentro da Revolução.

Essas «lições de coisas» afirmar-se-ão, a alguma, muito radicalmente. Haverá quem diga, em voz baixa: «linha chinesa...» Mas não é isso. Quase ao contrário. Pois os acontecimentos nos Estados Unidos parecem até desmentir as teorias de Lin Pio. A revolta não estourou no Sul, onde os pretos constituem a massa das populações rurais, mas nas grandes cidades do Norte: é uma revolução urbana.

Sabe-se, de experiência amarga, que no século XX a revolução urbana é muito mais difícil que a guerrilha nos campos e que as probabilidades de seu sucesso são muito menores. Mas não pensa em sucessos imediatos quem aprendeu a pensar dialeticamente. O primeiro grande resultado da revolta dos pretos nos Estados Unidos já está obtido: o regime em vigor está desmoralizado. E isto não seria, porventura, bom e útil e digno de ser assiduamente estudado?

A Frente Unida Dos Estudantes do Calabouço

A luta empreendida pelo conjunto dos estudantes do Calabouço, está a merecer cuidadoso estudo por parte dos universitários, pelas forças que encerra, embora sabemos que não se pode aplicar mecânicamente ao movimento universitário aquilo que foi realizado com sucesso, no restaurante de calabouço, porque este oferece algumas características distintas das que se fazem notar nas universidades.

Desde a época do golpe, os 6.000 estudantes do calabouço estavam como que aliados do conjunto do movimento estudantil. A tarefa de reorganização a que se propôs o movimento estudantil, após o golpe, e perseguido pelas forças de repressão mobilizadas pela ditadura, que pretendia evitar essa reorganização, absorveu os universitários, principalmente, a ponto de terem se esquecido do calabouço, que sempre tinha sido, nas vigas básicas de sustentação da ME, no período anterior ao golpe.

A ligação entre Movimento Universitário, em particular, o Movimento Estudantil em geral, com o calabouço se traduzia em visitas eventuais das lideranças nos momentos de maior mobilização.

Tal situação foi quebrada neste primeiro semestre. E o movimento estudantil encontrava-se aparelhado para ajudar o calabouço e ser ajudado por ele. Não só em termos de permuta de experiências, mas também em termos de apoio ativo às lutas específicas.

Os contactos começaram a ser mais frequentes a partir do momento em que o governo do Estado resolveu destruir um viaduto para cuja execução tornava-se necessária a derrubada do restaurante. Diga-se de passagem que tal viaduto se tornava necessário (palavras textuais do representante da SURSAN) para embolsar o lugar, de vez que o Fundo Monetário Internacional iria se reunir em setembro próximo, dia 26, e os seus delegados não suportariam passar seus burgueses olhares por tão angustiosa paisagem. Evidentemente em um momento posterior, procurou-se fazer crer que o viaduto teria que ser construído para facilitar o escoamento do trânsito. O que é a verdade parcial. A outra parte da verdade reside no porque da pressa em construir tal obra. E essa pressa encontra explicação na necessidade de satisfazer os delegados do FMI.

O fato é que os estudantes do calabouço não estavam dispostos a aceitar a destruição do restaurante sem a garantia de um novo. Não estavam dispostos a passar a levar essa disposição à prática.

Desde o início contaram com a colaboração da UME e de várias DAs. Não uma solidariedade passiva, de notas oficiais, mas uma solidariedade ativa, de participação.

No transcorrer da luta, a organização do calabouço foi se estruturando. E o governo estadual, servo da ditadura, que de início duvidava da capacidade de resistência dos comensais do calabouço, começou a recuar. Passeatas, concentrações, comícios, uma das maiores mobilizações jamais verificadas no ME da Guanabara teve início. A pressão social favorável à luta dos estudantes aumentava progressivamente. Mais do uma vez o calabouço afirmou um princípio fundamental da luta reivindicatória do que é o de nunca ceder: que a luta só pode ser ganha através da pressão realizada pelo conjunto das estudantes. O contato com as autoridades da ditadura em nenhum momento deixou de ser feito. Mas nunca foi um contato de súplica, um conchavo. Mas sim a afirmação de uma exigência. E a demonstração de que por essa exigência (numa às últimas consequências) os estudantes do Calabouço, do mesmo modo, a denúncia política em realizada abertamente. Tinha clareza o estudante do calabouço de que o desprezo pelas interesses dos estudantes revelava um desprezo pelos interesses do povo. E tinha a clareza de que não poderia ser de outro modo, na medida em que vivemos sob uma ditadura das classes que existem em função da exploração deste povo. Assim, as discussões políticas nunca deixaram de ser realizadas. Nunca se procurou limitar a luta reivindicatória aos marcos desenhados pelo governo.

Neste processo, criou-se a FUEC, cuja diretoria se elegeram por 425 votos, contra 10 em branco.

A primeira vitória foi conseguida: o governo recuou e passou a construir o novo restaurante. Foi uma vitória dos novos princípios da luta do ME: levar a reivindicação às últimas consequências, procurar resolvê-las sempre que for possível, exigindo todas as possibilidades, a não ser que, evidentemente, a ditadura caia a concessão de princípios políticos passivos. Em segundo lugar, prosseguir a luta política, a denúncia política, sem nunca cair no erro

da reivindicação pela reivindicação. Em terceiro lugar, sempre conduzir a luta acompanhada da pressão do conjunto dos estudantes, negando, na prática o conchavo.

O governo verificou o fortalecimento da organização estudantil e passou a temê-la. Tentou algumas investidas, sendo derrotada em todas elas: tentou arular a concessão de carteiras de mais de 1.500 comensais, tentou negar o acesso de dezentas de universitários ao calabouço, mesmo sabendo que esses universitários não teriam onde comer, porque estavam nas férias, quando os restaurantes universitários são fechados; tentou perseguir a FUEC. Em todas essas investidas encontrou a sólida resistência dos estudantes que se negaram a se agachar perante a ditadura e que, diante delas, desrespeitaram-na. A força da FUEC fez, em diversas oportunidades além dessas já citadas, as autoridades recuarem.

Do ponto de vista da ação comum com o ME em geral, o calabouço não só participou de passeatas com as faculdades, como também em várias oportunidades (Seminário MEC-USAID), protesto pela presença da diplomacia do imperialismo — Nixon) agiu em conjunto com as universidades apoiando e sendo apoiado.

No dia atual o calabouço vive momentos difíceis. Tem garantido o seu restaurante novo, mas até o dia 20 não lhe foi concedido um lugar provisório. Por este lugar, os estudantes do calabouço e a FUEC estão dispostos a lutar. Com o mesmo espírito de luta com que lutaram em épocas anteriores. Este é um momento difícil para os comensais do calabouço. É um momento que exige a participação dos universitários na solidariedade ativa que se requer. Participação que fortalecerá aqueles estudantes, do mesmo modo que, certamente, eles nos fortalecerão, quando isso for necessário. Não se trata de caridade recíproca. Mas compreensão profunda de que é imprescindível o fortalecimento dos que lutam contra a ditadura e o imperialismo norte-americanos, inimigos irreconciliáveis do nosso povo, de cuja destruição nosso povo necessita para sua libertação e seu desenvolvimento.



DCE-UEG

A Diretoria do DCE: Foi formada quanto ao da UB, já se sabe de traços gerais: a Diretoria do DCE UEG. Ela é de uma linha que primou pelos erros, isto é, sem nenhuma vinculação com a massa (já chegou, segue a ser uma vinculação estreita com os DCEs que a dirigem). O Conselho de Representantes praticamente inexistente. Entretanto, a Diretoria eleito movimentava-se, porém muito mais no sentido do apoio ao Movimento Estudantil da UB, o que fez sempre, quer na campanha do Voto Nulo, quer na luta contra as anuidades, do que no sentido de uma organização sólida e frutífera permanente ao Movimento da UEG. Sob a orientação da UME, então, ganhou novo corpo. O Conselho de Representantes passou a reunir-se regularmente, o que deu melhores condições à Diretoria do DCE em examinar as lutas que a UME orientava.

Ciências Médicas e Engenharia: Constituíram-se, mesmo nos pilares do Movimento Estudantil da UEG na luta por melhores condições de ensino, e no caso das dependências para os estudantes do ano passado.

Em Ciências Médicas e Engenharia dos laboratórios de pesquisas na Engenharia. Chegaram a mobilizar milhares de estudantes da UEG em duas ocasiões: a Assembleia Geral da UEG onde verdadeira batalha campal provocada pela reação ocorreu, e a concentração na porta da Rectoria. Foram dois passos da maior importância para a união do movimento da UB e UEG, o que ocorreu concretamente, no patto do MEC.

No restante o Movimento Estudantil da UEG não apresentou grandes momentos. Exceto talvez a luta que a Engenharia conduziu praticamente, sobria e sem orientação alguma — nem UME, nem DCE estavam lá constituídos como vanguarda da UEG — contra as precárias condições de prédio da Faculdade. Na Filosofia em relação ao Movimento de Vanguarda, e em Direito, feita uma assistência mais permanente, uma orientação mais segura, tanto do DCE quanto da UME. No geral podemos dizer que, tanto quanto à UB, o Movimento Estudantil na UEG renasce dos escombros dos últimos escombros do ano passado.

o metropolitano

ÓRGÃO OFICIAL DA UME — AGOSTO DE 1967 — N.º 4 — GB

A partir do ponto alto de organização que representou o 29.º Congresso da UNE, impõe-se ao movimento estudantil uma série de lutas imediatas, intimamente ligadas ao seu papel de combater pelas reivindicações dos estudantes junto com a denúncia política do sistema, junto com a luta radical contra o imperialismo, força hegemônica desse mesmo sistema.

A subida ao poder de Costa e Silva, apesar das promessas de «abertura», frente aos setores do povo mais esmagados e explorados pelo esquema de dominação intensificado à partir de Abril de 64, não constituiu nenhuma alteração fundamental na correlação das forças da sociedade. De um lado, continua o imperialismo entrelaçado à burguesia brasileira, detendo todos os meios de pro-

Política Educacional

dessa classe. Além dessas contradições definidas que o estudante, por pertencer a determinada classe, mantém com o sistema, seu acesso à cultura faz com que possa conceber formas de transformar radicalmente a sociedade. Entretanto, por ser de uma classe intermediária, que não constitui um polo básica do desenvolvimento social, terá ele de subordinar o seu projeto ao movimento dos trabalhadores e dos camponeses que, pela sua posição dentro da sociedade, são classes capazes de levar adiante essa tarefa e de organizar a produção e o poder político, conforme seus interesses.

O govãrno, com já vimos, representa

teresses, deve-se lançar resolutamente contra a política que os traduz.

O que urge realizar no momento, com o nível relativamente alto de organização e consciência de que dispomos (como a demonstra a realização do 29.º Congresso Nacional dos Estudantes), é uma campanha tenaz e aprofundada contra as concretizações da política educacional, traduzidas pela cobrança de anuidades, pelo decreto Aragão, que aprofunda os aspectos repressivos da lei Supplico; pelo decreto que pretende militarizar farmacêuticos, médicos, dentistas e veterinários pela total desprezo à autonomia universitária, pela exclusão dos estudantes dos órgãos deliberativos das Faculdades. Além disso, as inúmeras deficiências decorrentes da estrutura do ensino que o Govãrno mantém de pé, por não



dução, a máquina do estado, a máquina de repressão, a máquina da cultura. Do outro lado, encontram-se os trabalhadores da cidade e do campo, os camponeses e a classe média empobrecida, cada vez mais explorados pela ditadura. Frente ao impulso das lutas de libertação nacional, na África e América Latina, o imperialismo desenvolve táticas de luta cada vez mais agressivas estimulando a aliança político-militar dos governos que controla, integrando-os em blocos continentais.

Dessa realidade geral, despreendem-se dois fatos sumamente importantes para o Brasil, ou seja: 1) a impossibilidade do movimento revolucionário chegar ao poder através de alianças com a burguesia, ou mesmo com setores dela que atualmente apresentam interesses conflitantes com o imperialismo; 2) Deve-se estar preparando para utilizar todas as formas de lutas contra o imperialismo.

Como se insere a participação dos estudantes nesse processo? Em primeiro lugar, a luta dos estudantes repousa sobre o fato de pertencermos, em sua grande maioria (70%), à classe média que sofre as tendências do sistema no sentido de rebaixar o seu nível de vida, de não oferecer condições de trabalho e de estudo aceitáveis para a maioria

os interesses do imperialismo que, na presente etapa do desenvolvimento da sociedade brasileira, não podem mais ser separados dos interesses majoritários da burguesia. Obedecendo à estratégia e tática atual do imperialismo, ele tende a promover o planejamento para os diversos setores da economia, com o fim de melhor atender a seus interesses econômicos (aumento do lucro) e de seus interesses políticos (manutenção do povo desorganizado para a luta, através da repressão sistemática aos seus movimentos próprios de libertação).

Dentro desse contexto é que devemos compreender o conteúdo imperialista e reacionário da política educacional do govãrno objeto imediato da nossa luta. Visa essa política adaptar a estrutura do ensino à atual realidade econômica, ou seja, o processo de monopolização dirigido pelo imperialismo norte-americano. Compreendendo o valor econômico da educação, como também o seu valor político, o Govãrno, a partir de sua política educacional, pretende atender a esses interesses das forças que o sustentam. Por essa razão é que quando o movimento estudantil, dentro do ambiente em que desenvolve as suas atividades, sofre as pressões desses in-

contrariar seus interesses, nos abrigam a lutar pelas seguintes objetivos: Colégio Universitário — para acabar com a exploração dos cursinhos pré-vestibulares; restaurantes gratuitos; federalização das universidades particulares; hospitais de clínicas, etc.

Quanto à maioria dessas lutas, a que não podemos em momento algum esquecer e o seu alcance político, no contexto da luta anti-imperialista. Algumas, como anuidades, decreto Aragão, FMV (militarização), que decorrem diretamente do planejamento atual do Govãrno para o ensino, encerram maior conteúdo político. As outras, entretanto, na medida em que evidenciam conflitos entre os interesses imediatos dos estudantes e uma estrutura deficiente de ensino que lhes é imposta lançam as bases para uma maior compreensão e participação na luta global contra o sistema. Para a maior consistência dessas lutas, devemos ter em mente que impedindo a execução de medidas tais como a cobrança de anuidades, o decreto Aragão, estaremos dificultando a consecução dos interesses do imperialismo no ensino, e denunciando os seus objetivos nos outros setores da sociedade. Com isso estaremos contribuindo para a transformação radical do sistema.

A Frente Universitária Progressista Existe?

O QUE É A FUP?

FUP, Frente Universitária Progressista, partido estudantil em nível nacional. Os estudantes dela tomaram conhecimento através de notas salidas em jornais, notadamente na «Última Hora» que há algum tempo, vem se caracterizando pelas brincadeiras de mau gosto, que realiza com o Movimento Estudantil, dando cobertura a toda e qualquer entidade ou grupelho espúrio que se apresente como representante de alguma coisa, mas negando cobertura às entidades realmente representativas como a UNE e a UNE. Principalmente atacando a UNE.

Quem constitui a FUP?

Segunda e Última Hora, D.A.'s de todo o país, bem como DCE's. Na Guanabara, 24 D.A.'s e um DCE. Isso é verdade? Não. Isso é grossa mentira. Nenhuma D.A. de qualquer da UB, nenhum D.A. da UEG, nenhum dos DA's ligados a Executiva do Conselho de Representantes do DCESI e na FUC, não a Sociologia. De onde saíram, então, esses 24 DA's? Saíram da reação? Talvez. Parece que o Diretório da UNE apoiou a FUP. Mas, fora isso, a reação não detém 24 diretórios na Guanabara. Então, de onde saíram? Simplesmente, não saíram. esses DA's não existem. São fruto da imaginação dos espíritos divisionistas do Movimento Estudantil que, furtivos, organizam a FUP. São frutos da imaginação da «Última Hora». Por exemplo, «Última Hora» e FUP declararam que o DCE da UEG nela participa. Isso é verdade? Não. O Conselho de Representantes da UEG nunca tomou conhecimento da FUP. A diretoria do DCE nunca tomou conhecimento da FUP. Então como a «Última Hora» e a FUP declararam que o DCE-UEG participam nessa Frente, nem universitária, nem popular? Para lançar a confusão entre os estudantes da Guanabara, para dividir o Movimento Estudantil da Guanabara. Sem dúvida, subestimam os estudantes da Guanabara.

E em nível nacional? A UEG de São Paulo e de Minas Gerais negaram que qualquer DA desses Estados apoiou a FUP. O DCE da Federal, no Rio Grande do Sul, idem. A UEG do Estado do Rio e a de Pernambuco, idem. Então, quem apoiou a FUP? Talvez a Bahia. Mas, lá, muitos DA's com os quais a UNE pôde entrar em contato negam conhecer a FUP. Então, quem apoiou a FUP? Ninguém. Ela é um fruto da imaginação de furtivos e espíritos divisionistas do M.E.

Ela é um fruto da imaginação da «Última Hora». «Última Hora» que nos perdoa, mas não devia permitir que reformistas convicidos e empedernidos tivessem acolhida em suas páginas. Que inimiga do Movimento Estudantil e, por decorrência, do povo brasileiro, selecionassem

as notícias sobre o Movimento Estudantil.

Quais os objetivos políticos da FUP, essa abstração?

Antes de mais, a FUP pretende organizar o Movimento Estudantil. Mas o Movimento Estudantil já está solidamente organizado em torno às UEE's e em torno à UNE, em níveis estaduais e nacional, em torno aos DCE's e DA's, em níveis locais particulares.

Depois, a FUP quer a existência legal da UNE e o livre exercício das atividades definidas na Constituição daquela entidade, quer a reconquista dos direitos da UNE

Ditadura de classe, dos ricos duando e orientando a luta dos estudantes, desafiando a Ditadura, sem necessitar de sede ou patrimônio, sem necessitar de reconhecimento da Ditadura, necessitando apenas do apoio dos estudantes e da combatividade revolucionária.

Observemos que a UNE é uma entidade revolucionária, que nega a Ditadura pela raiz, isto é, que não a nega em seus aspectos superficiais, qual seja o de ser uma Ditadura militar, mas em seus aspectos radicais, quais sejam de referentes a ser ela uma ditadura sobre os pobres, dos explorados.

tra da luta dessas reivindicações para reivindicações formais, como assim sejam as de reconhecimento oficial, sede e patrimônio, é capitular importantes, é desproteger o Movimento Estudantil diante da crescente penetração do imperialismo norte-americano, é permitir essa penetração. E é isso, pois, que na prática a FUP faz ao propor o deslocamento do centro da luta. A UNE entende que sede e patrimônio são dispensáveis, que indispensável é o combate revolucionário. Entende que o reconhecimento da ditadura militar, aspecto formal da ditadura de classes,

Suplicy, saberão destruí-la. FUP como destruíram a DCE. Os estudantes reacionários saberão apoiar a FUP, como apoiaram a Lei Suplicy, saberão construir a FUP como construiram a UNE. A luta entre a UNE e a FUP, entre as DCE's e a FUP será a luta contra mais um dos instrumentos da ditadura de classes que aí está.

A FUP EXISTE?

Por enquanto, não. Na época de um projeto na cabeça dos reformistas mais pacifistas. E um projeto navimado, pois a FUP se prepara para repetir os mesmos erros legalistas, formais, que deturpavam as mesmas desproteções e despreparadas os mesmos erros, enfim, dos esquecidos de antes de 1964.

Que foram erros a Ditadura e comprovou a FUP se recusa a aproveitar a experiência histórica do povo brasileiro, se recusa a transformar radicalmente as posições da época de Jango, até o pé, é empedernida, esclerosada, reformista. Acredita que as transformações de que o povo brasileiro necessita possam vir de concessões de cúpula, de benesses das classes dominantes. Não vêem que essas classes, para manterem seus domínios, a medida que as contradições se acirram na sociedade, a medida que os problemas se acumulam, que cresce a insatisfação do povo, devem endurecer seu poder, diminuir as concessões que fazem. Nada disso a FUP vê.

A FUP não existe, mas é uma ameaça. Admitir a FUP é admitir os erros antigos.

Admitir a FUP é capitular. Ela se identifica com a reação quando propõe o apoliticismo como forma de união dos estudantes, quando recusa o estudo e a discussão dos problemas do povo brasileiro, das raízes desse problema, dos problemas dos estudantes brasileiros, das raízes desses problemas. Deve-se lutar pela união dos estudantes, mas uma união formada a partir do estudo e da tomada de posições diante daqueles problemas, uma união forjada a duras penas, não uma união cega, política, fácil, sacro de gatos.

A FUP é uma ameaça e, como tal, deve ser combatida. Não combater a FUP é não combater o imperialismo norte-americano omitir-se diante da reação. Ela certamente foi destruída no Congresso Nacional dos Estudantes. Mas é preciso que cada estudante esteja alerta para a possibilidade de seu ressurgimento.

Ou do ressurgimento das posições que ela defende, das posições reformistas. Deve nos unir-nos em torno à UNE, criticando os erros que ela eventualmente tenha, mas apoiando, na prática, sua perspectiva revolucionária geral. Devemos unir-nos no combate à FUP e ao reformismo.

Ditadura de classe, dos ricos



Alguns congressistas foram disfarçados para SP.

como representação oficial, quer a restituição à UNE de sua sede e de seu patrimônio, quer a integração ao Movimento Estudantil de todos os DA's e DCE's que reconheçam a UNE como entidade máxima de representação dos estudantes.

Primeiro, observamos, como é confusa a FUP. Se quer tudo isso, como o diretório da UNE de reação, que não reconhece a UNE, pode participar nessa estranha Frente? Ou será que a FUP deseja que a UNE desça o nível de sua luta até se identificar com os DA's da reação? Essa hipótese parece mais provável.

Depois, observamos que a UNE é uma entidade de fato, representativa do Movimento Estudantil. Que nela já estão integrados a imensa maioria dos DA's, DCE's e UEE's do Brasil. Que é perseguida e proibida pela Ditadura, desde 1964 e entretanto continua aí, firme, con-

dos, sobre os explorados, e que o Exército é apenas o instrumento de opressão das classes dominantes. Observemos que a UNE luta pela transformação radical da sociedade brasileira, isto é, pela modificação das relações de produção em nosso País em direção as relações de produção socialista, pelo poder constituído por aquelas classes exploradas, pelos pobres.

Ora, se a UNE é uma entidade assim revolucionária, como quer a FUP que as classes dominantes, que a ditadura militar, a reconheça? E, além disso, que lhe devolva sua sede e seu patrimônio? A UNE entende que lutar por isso é necessário, mas é secundário diante de lutas muito mais urgentes, qual seja a luta contra o domínio do imperialismo norte-americano sobre o ensino, em particular, e a sociedade brasileira, em geral, diante da luta contra o Acordo MEC-USAID, contra as anuidades. Destacar o cen-

é dispensável, que indispensável é o reconhecimento dos estudantes. Que a luta pelo reconhecimento interessa enquanto obriga a Ditadura a desvendar mais e mais seu caráter, mas que é secundária, enquanto não existe organização suficiente para conduzir a luta principal, contra o Acordo MEC-USAID, contra as anuidades, contra o domínio do imperialismo norte-americano. Que sua existência se manifesta na prática, de fato, e não na Constituição brasileira, de direito. A FUP, ao distrair a atenção dos estudantes desses pontos importantes para concentrá-la em aspectos formais, está preparando o terreno para a maior penetração do imperialismo norte-americano, para a solidificação da ditadura de classes. O FUP é um instrumento dessas classes, na prática. Os estudantes revolucionários da Guanabara e do Brasil saberão repudiar a FUP como repudiaram a Lei

AS ELEIÇÕES DE AGOSTO

As eleições que se aproximam em vários DA's são de especial importância para o Movimento Estudantil. Nelas há de se definir o nível de crescimento e maturidade alcançada pelo conjunto do estudante na prática que desenvolveu nos últimos três anos, de negação da atual organização da sociedade brasileira de negação da Ditadura. Por isto, seria interessante observar o quadro em que se desenvolverão as eleições caracterizando as perspectivas políticas das várias correntes de pensamento existentes entre os estudantes.

AS ESQUERDAS

A Esquerda, atualmente, divide-se em dois grandes grupos: a esquerda revolucionária e a esquerda reformista. Radical é diferente de sectário. Radical significa: que toma as coisas pela raiz. Sectário significa: que toma as coisas pela superfície, distorcendo um dos aspectos: é a esquerda reformista por isso mesmo, sectária. Vejamos por que uma esquerda é revolucionária e por que outra é reformista, qual o significado do termo "revolucionário" e qual o significado do termo "reformista".

A Esquerda Revolucionária: A Esquerda Revolucionária compreende que o Brasil é um país capitalista, situado em um sistema capitalista de relações de produção, de relações internacionais. Que é um país onde o capitalismo norte-americano que, para ser obtido, teve de se valer da exploração imperialista, isto é, da exploração dos países capitalistas mais fracos. O capitalismo norte-americano, para cumprir seus objetivos de exploração, teve de instalar no Brasil, de tomar conta de nossas indústrias de base, de tomar conta de nosso minério, de dominar nossa economia. Para fazer isso, teve de tomar conta dos instrumentos de poder, do aparelho de estado, de nomear funcionários, como o foi Castelo Branco e como é Costa e Silva e seus capangas. Teve de tomar conta do nosso Exército, providenciando-o com armas para o massacre ao povo. A Esquerda Revolucionária entende que, se o Brasil é um país capitalista controlado pelo imperialismo norte-americano, o Brasil é um país dividido em classes, em classes ricas e classes pobres, em classes exploradoras e classes exploradas, em opressoras e oprimidas. Que a única maneira de acabar com a pobreza, de acabar com a exploração, de acabar com a opressão, é expulsar o imperialismo norte-americano e acabar com seu controle sobre nossa economia, sobre nossas indústrias, sobre nosso minério, sobre nosso país. Que não pode haver re-democratização, porque nunca

houve uma democracia efetiva e poder estando nas mãos de uma minoria oligárquica. Que a luta anti-imperialista, em seu desenvolvimento, será também uma luta anti-capitalista, que terminará por entregar o poder ao povo, por reorganizar nossa economia e nossa sociedade em função dos interesses de imensa maioria. Que essa luta não será uma luta pacífica, mas uma luta longa e dolorosa. Os imperialistas não estarão dispostos a permitir que o povo brasileiro tome conta do poder, como não estão dispostos a permitir que o povo norte-americano tome conta do poder. A guerra do Vietnam é a repressão selvagem aos que lutam por uma sociedade melhor nos E.U.A., a repressão fascista aos estudantes no Brasil, tudo isso bem atesta que a luta não será pacífica.

A Esquerda Revolucionária entende que a missão dos estudantes alertar a sociedade para os graves problemas que a envolvem, para as verdadeiras soluções para esses problemas. Que a única forma que tem os estudantes de alertar o conjunto da sociedade é através da luta contra a política educacional da Ditadura, da luta nas ruas, em passeatas, comícios, concentrações, assembleias gerais. Que essa luta tem dois aspectos: um aspecto político, o principal, e um aspecto reivindicatório, mas não menos importante. Que o aspecto político é principal na medida em que os objetivos mais profundos e mais amplos dos estudantes só podem ser alcançados com a modificação da sociedade brasileira. Que o aspecto reivindicatório é importante porque representa os interesses mais imediatos e mais concretos dos estudantes. Que a luta será falha e errônea se não desenvolver bem esses dois aspectos, pois eles estão intimamente ligados. O aspecto político é o mais geral da luta reivindicatória. O aspecto reivindicatório, em certa medida, é o mais concreto da luta política. Lutando os estudantes desmoralizam as classes dominantes, exemplificam de como é possível se organizar e lutar, crescem enquanto uma parcela revolucionária da sociedade brasileira. Assim nasce a Esquerda Revolucionária.

Como pensa a Esquerda Reformista? A Esquerda Reformista, pensa também, que o Brasil é um país capitalista, mas não acha que o imperialismo norte-americano se instalou e domina completamente nossa economia e nosso país. Também acha que o Brasil é um país onde o sistema capitalista não se desenvolveu inteiramente mas acredita que isso não aconteceu por que no campo brasileiro ainda persiste o feudalismo. Este sim, ligado ao imperialismo através de eleições e conchavos de cúpula de manobras entre as classes dominantes. Que é possível a

"remodelação" do país. A Esquerda Reformista entende que, cada vez que os estudantes saem as ruas, estão enfrentando os setores industriais das classes dominantes em sua luta de cúpulas e conchavos. Que assim, os estudantes devem encontrar os aspectos políticos da luta, não ir às ruas de suas reivindicações, e se restringir aos aspectos superficiais da luta reivindicatória, sem nunca sair as ruas, quando muito lutando em assembleias gerais, uma greve já será um escândalo, um passo avançado demais. A Esquerda Reformista entende que a luta não será dolorosa, mas lenta e amena, através de modificações jurídicas e formais. Entende que a única missão dos estudantes é lutar pelo aprimoramento do sistema de ensino, sem se preocupar com as raízes das distorções aí existentes. A Esquerda Reformista é apolítica em sua grande maioria. Foge a discussão política. Propõe que ela não seja travada.

CONFRONTO DAS ESQUERDAS

Existem então divergências entre as esquerdas? Existem. A Esquerda Reformista, comete os mesmos erros das esquerdas da época de Jango. Quando se recusam a discutir politicamente estão enfraquecendo os estudantes, em particular, e o povo brasileiro, em geral. Estão despreparando-se para as lutas que devem enfrentar e, assim fazendo, estão, na prática, fortalecendo as classes dominantes. Estão, na prática, permitindo a continuidade da pobreza, da exploração e da miséria. As Esquerdas Reformistas chegam, em certo sentido e em alguns momentos a se descharacterizarem enquanto esquerdas, isto é, a comporem objetivamente com a Reação. Em seu desvario político podem conduzir os estudantes e o povo brasileiro ao fascismo. Ou, pelo menos, a permitirem, na prática o fazê-lo.

As divergências não são teóricas, como propagandistas os reformistas, pensa também, que o Brasil é um país capitalista, mas não acha que o imperialismo norte-americano se instalou e domina completamente nossa economia e nosso país. Também acha que o Brasil é um país onde o sistema capitalista não se desenvolveu inteiramente mas acredita que isso não aconteceu por que no campo brasileiro ainda persiste o feudalismo. Este sim, ligado ao imperialismo através de eleições e conchavos de cúpula de manobras entre as classes dominantes. Que é possível a

Reformistas podem ser encontrados no artigo sobre a PUP).

E A REAÇÃO?

A Reação também se encontra dividida. Existe a Re-

dicatória, popular ou estudiantil. "Os estudantes são um grupo para a PUP." (Suplicy de Lacerda). Que se prepara concretamente, importando armas e adestrando homens para essa repressão. Por vezes essa Reação modifica sua tática. Sorri e faz promessas, guar-

da não faz contra o imperialismo e contra a Ditadura além de conchavar e manobrar nas cúpulas. Exatamente como os Reformistas. E' com essa Reação que os Reformistas, pois, se identificam e compõem. Como no caso do DA da ENE, mas isso já é do outro assunto. (Aqui também coloca-se a necessidade da leitura do artigo sobre a PUP).

Encontram agora, o Brasil muito rapidamente explodirá. A Reação que tem medo de que o Brasil exploda, que é contra a exploração mesmo, que é contra a violência atual da repressão, da opressão mas não contra a opressão mesmo, que é contra o grau atual da

Reação que tem medo de que o Brasil exploda, que é contra a exploração mesmo, que é contra a violência atual da repressão, da opressão mas não contra a opressão mesmo, que é contra o grau atual da nada faz contra o imperialismo e contra a Ditadura além de conchavar e manobrar nas cúpulas. Exatamente como os Reformistas. E' com essa Reação que os Reformistas, pois, se identificam e compõem. Como no caso do DA da ENE, mas isso já é do outro assunto. (Aqui também coloca-se a necessidade da leitura do artigo sobre a PUP).

mente, por que foi sectária, não sabendo conduzir a luta reivindicatória, restringindo-se aos aspectos políticos da luta. Tais erros devem ser extirpados a ferro e fogo. Se a sua correção pode permitir o fortalecimento e o crescimento das Esquerdas Revolucionárias. Como aconteceu na Filosofia. Lá as Esquerdas Revolucionárias em momento algum deixaram de conduzir a luta reivindicatória, em momento nenhum deixaram transparecer uma unidade fictícia com os Reformistas. Assim, na Convenção, os Reformistas foram vencidos. Tanto quanto na Engenharia, na Filosofia o centro da luta era a Reação. A luta contra os Reformistas só era condutida a medida em que se fizesse necessária para o desdobramento da luta contra a Reação. Tanto na Engenharia quanto na Filosofia os Reformistas foram seriamente derrotados. Na Filosofia a Reação se encontra amesquada por 900 estudantes. E na Engenharia? Esperamos ainda que os Reformistas da Arquitetura se distingam da Reação. Que reafirmem suas posições e na prática da luta, contra o MEC-

USAID, contra as anuidades, contra a Ditadura e o imperialismo, se transformem em Esquerdas Revolucionárias. Isso não é impossível. Apesar os Reformistas declaram almejar transformações substanciais na sociedade brasileira, o que não deseja a Reação. Isso não é impossível e é o nosso desejo. Sempre que for possível, sempre que os Reformistas não estiverem boicotando a luta do Movimento Estudantil, os Revolucionários devem procurar discutir, devem procurar ganhá-los, devem procurar fazer com que cresçam o inimigo principal e a Reação, embora os Reformistas achem que o inimigo principal sejam os Revolucionários e a Reação extrema, fascista. Os Reformistas são inimigos secundários que serão destruídos pelas lutas estudantes e pelo povo brasileiro no processo mesmo da luta pela libertação de nosso país, pelo ensino livre e gratuito em todos os níveis, sempre que os Revolucionários totem claros na formulação de suas posições. Sempre que os Revolucionários forem efetivamente revolucionários.

O Episódio Helio Fernandes

Vem causando celeuma em alguns setores da população e na imprensa, em particular, o confinamento do jornalista Hélio Fernandes.

A causa próxima desse ato de força teria sido um artigo do diretor da Tribuna da Imprensa criticando o governo anterior, publicado no dia do enterro do ex-ditador Castelo Branco. Mas isso por si só não explica o ato de força. O clima emotivo criado com a morte do ex-ditador serviu como pretexto. A Ditadura não fez mais do que aproveitá-lo, contribuindo, como se outros atos já não bastassem, para desmanchar as ilusões "redemocratizantes" dos que ainda se mantêm.

Por que o confinamento? Acaso o jornalista denunciava publicamente a exploração capitalista sobre a classe operária? Não. Acaso o jornalista defendia o socialismo? Positivamente, não.

O diretor da Tribuna representa uma facção descontente da classe dominante. É aquela que, a curto prazo, fica prejudicada pela monopolização da economia pela dominação crescente do imperialismo.

Não nos iludamos porém, com o caráter dessa contradição no interior da classe dominante. Ela é secundária face a outra contradição; a que representa o verdadeiro e principal antagonismo da sociedade brasileira: operariado urbano e agrícola versus burguesia brasileira e imperialismo.



ção que já compreendeu que a única salvação para as classes dominantes no Brasil é a aliança ferrea e submissa com o imperialismo. "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" (Juracy Magalhães). Que a única maneira de manter essa aliança e a repressão violenta e fascista a qualquer manifestação reivin-

do um porrete por trás do sorriso. Paternalista e inc promessas, guardando um chicote por trás da máscara paternal. E ciente a Reação que se decora anti-imperialista que jura querer o fim da pobreza do Brasil que já compreendeu que se a pobreza continuar se a exploração e a opressão continuarem no nível em que se

miséria, mas não contra a miséria mesmo. A Reação que se declara anti-imperialista e anti-ditatorial por que compreende que o povo brasileiro vê na Ditadura e no imperialismo a incarnação das causas de sua miséria, de sua exploração e de sua opressão. Que se declara anti-imperialista e anti-ditatorial mas, na prática,

AS ELEIÇÕES REALIZADAS

Em três faculdades da UB já se realizaram eleições: na Engenharia na Arquitetura e na Filosofia. A da Engenharia, se não teve resultados ideais, teve resultados bons. Mas bons como? Se as Esquerdas Revolucionárias perderam as eleições. Apesar disso, bons, sim.

Na Engenharia, há dez anos, as esquerdas mantinham o D. A. Não se caracterizavam enquanto esquerdas, não definiam suas posições políticas, não conduziam luta alguma, enganavam os estudantes, mas mantinham o D. A., ganhando as eleições por uma margem pequena, de 80 a 100 votos. No momento em que começou a se

Mas a reação que ganhou na Engenharia foi aquela reação que se declara anti-imperialista e anti-ditatorial. Foi aquela reação da qual os reformistas se aproximam. Concretamente, já estão aproximando-se.

As notas e panfletos distribuídos pela chapa que obteve a vitória nas eleições da Arquitetura se aproximavam bastante das notas e panfletos da Reação da Engenharia. Ambas falavam em concentração na luta reivindicatória, ambas se pronunciavam contra manifestações de rua, ambas falavam na necessidade de estudar o MEC-USAID, quando esse estudo já estava em curso, orientado pela UME. Por que então, as Esquerdas Revolucionárias não venceram na Arquitetura. Antes de mais nada, por que não havia uma chapa caracterizada como sendo de Reação, e os estudantes reacionários votaram na chapa Reformista. Depois, porque as Esquerdas Revolucionárias, até o instante das eleições, caíram na esparrela da manutenção da unidade fictícia com as Esquerdas Reformistas e, assim, não caracterizaram suas posições, o que, objetivamente, fortalecia os Reformistas. Final-

XIX Congresso Nacional Dos Estudantes

A realização em São Paulo do Congresso Nacional de estudantes representou um notável avanço do Movimento Estudantil. Cabe, portanto, neste momento, e nos próximos meses, estudar, debater e solidificar as conclusões a que chegaram democraticamente, os 400 delegados reunidos de quase todos os Estados brasileiros. A nova diretoria de UNE já divulgou através dos jornais, a sua carta política, síntese das discussões levadas a efeito pelos congressistas, e o seu programa, pontos centrais do Movimento Estudantil nos próximos dois meses, sendo esperada, para breve, a publicação e distribuição pelas faculdades, não só da carta política e do programa, mas também dos outros documentos e teses aprovadas no XXIX Congresso.

Para o estado das imperias teses e documentos propostos, os congressistas resolveram dividir o plenário em três comissões — a de assuntos internacionais, a de problemas nacionais e a que analisaria o Movimento Estudantil. Posteriormente, a sessão plenária apreciou as conclusões das três comissões, tendo-se verificado, nesta fase, as votações finais. Definidos os três documentos, elaborados pelo estudo das respectivas comissões, discutiu-se e aprovou-se uma carta política, contendo os princípios que irão orientar a ação da nova diretoria e o programa, concretização desses princípios políticos.

A diretoria de UME achou justo, por isso, adiantar aos colegas, através do METROPOLITANO, a essência da análise e as principais conclusões adotadas pelo plenário do Congresso.

A seguir, passamos à exposição do que foi aprovado pelo Congresso.

SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Do ponto de vista da análise do Mov. Estudantil houve grandes progressos no que toca à revisão crítica feita no XXIX Congresso. Ressaltamos o principal, ou seja, o avanço do Mov. Estudantil no 2º semestre do ano passado, tanto em seu nível de organização e consciência.

PRINCIPAIS VITÓRIAS

Caracterizam-se como principais vitórias: 1) O fato de o

Mov. Estudantil ter partido para uma denúncia direta e global da ditadura e do imperialismo; 2) O fato de o Mov. Estudantil ter feito essa denúncia não só nas universidades, mas também nas ruas, levando a outros setores sociais a realidade do atual sistema e as maneiras consequentes de transformá-lo; 3) A campanha do voto nulo, com a alternativa da organização independente de povo, que obteve a aceitação de ponderáveis parcelas da população brasileira; 4) A luta contra anuidades que mobilizou vários Estados e que obteve vitórias parciais importantes, como isenção para milhares de estudante e manutenção da taxa atual; 5) Os seminários sobre a política educacional da ditadura — momento importante de discussão e aprofundamento da visão do Mov. Estudantil.

ORGANIZAÇÃO

Do ponto de vista da organização, registraram-se como vitória — 1) O fato de a diretoria de UNE ter estado presente em todos os momentos difíceis e significativos, em vários Estados, liderando e coordenando a luta do Mov. Estudantil; 2) A montagem de UREs em quase todos os Estados; 3) A criação de entidades livres nos momentos em que a Ditadura tentou impedir a nossa luta fechando os diretórios acadêmicos; 4) A organização dos grupos de trabalho ou de estudos nas faculdades — que possibilitaram a mobilização rápida do ME; 5) O cada vez maior nível de organização em todas as manifestações de ruas; 6) E, evidentemente, ponto alto da organização — a realização do XXIX Congresso.

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA

Do ponto de vista da elevação do nível de consciência, que foi gerado pela luta constante e aberta do ME contra a ditadura e a aparelhada no transcorrer das discussões políticas travadas nos seminários regionais. Duas vitórias significativas foram registradas: 1) A adoção de uma visão consequente da luta anti-imperialista radical, que se traduziu e se traduz: a) pela denúncia da ditadura, não como um gru-

po encaixado no poder, mas como uma ditadura de classes; b) pela compreensão de que o capital estrangeiro, principalmente o norte-americano, instalou-se no Brasil e controla, agora, os setores mais importantes do parque industrial e da produção agrícola, não sendo mais possível, portanto, contar com o auxílio das grandes empresas brasileiras numa luta anti-imperialista radical, na medida em que elas, corporificação da "burguesia nacional", estão integradas e as-

so, de deixar completamente despreparadas as classes exploradas diante do golpe de abril. Tais teses corroboradas na sigla fantasma FUP, foram derrotadas no Congresso por 360 votos contra 30, sendo que a bancada da Guanabara se destacou pelo repúdio total à pregação reformista.

AUTO-CRÍTICA

No contexto desse avanço procedeu-se a uma auto-crítica

de lutas de caráter profissional, ou seja, aquelas lutas que dizem respeito por exemplo, a colocação no mercado de trabalho, à concessão de estágios remunerados, etc. Lutas essas capazes de unir as faculdades do mesmo ramo profissional (uma das concretizações mais claras disso é a luta contra a militarização dos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, decretada no primeiro semestre deste ano). Neste tema, abordou-se a Reforma Universitária do



Que é a nossa passagem para o 2º Congresso da UNE....

so, de deixar completamente despreparadas as classes exploradas diante do golpe de abril. Tais teses corroboradas na sigla fantasma FUP, foram derrotadas no Congresso por 360 votos contra 30, sendo que a bancada da Guanabara se destacou pelo repúdio total à pregação reformista.

LUTA CONTRA O REFORMISMO

A segunda vitória ocorreu no processo de aplicação dessa concepção global da realidade brasileira em que foram progressivamente abandonadas e esmagadas pelos setores mais importantes e consequentes do ME as teses reformistas, que previam e pregam a volta à política adotada pelas forças progressistas no período ante-

rior a 64, que deixou completamente despreparadas as classes exploradas diante do golpe de abril. Tais teses corroboradas na sigla fantasma FUP, foram derrotadas no Congresso por 360 votos contra 30, sendo que a bancada da Guanabara se destacou pelo repúdio total à pregação reformista.

so, de deixar completamente despreparadas as classes exploradas diante do golpe de abril. Tais teses corroboradas na sigla fantasma FUP, foram derrotadas no Congresso por 360 votos contra 30, sendo que a bancada da Guanabara se destacou pelo repúdio total à pregação reformista.

e que tem um significado de vitória parcial.

A LUTA REIVINDICATÓRIA

Frisou-se, e foi mesmo um ponto central das discussões, a necessidade imperiosa de se encaminharem as reivindicações dos estudantes e, na medida em que elas clarearem um choque de interesses políticos, concluiu-se que é imprescindível a denúncia do interesse político da ditadura em manter aquilo cuja abolição é pedido, denunciando as causas que geram as universidades, anti-povo existentes. Concretamente, na luta contra anuidades, é necessário, de um lado, procurar a sua revogação ou dependendo do momento, a isenção total. De outro lado, denunciar porque a política educacional quer, agora, anuidades e, como esta política educacional está refletindo a defesa dos interesses das classes que compõem o poder. E mais: como e quais as forças capazes de destruir esse poder, instituindo um governo popular capaz de conseguir uma universidade voltada para os interesses do povo. Esta a visão revolucionária da luta reivindicatória, que não exclui o seu encaminhamento, mas que resulta e discute o seu conteúdo político.

ALFABETIZAÇÃO E SAÚDE

Decidiu-se também renovar planos de alfabetização e de saúde preventiva (a ser realizado por estudantes de Medicina), como instrumentos de aproximação com outros setores e como meio de fornecer aos estudantes uma visão mais global que ultrapasse os limites do movimento estudantil, além de organizar e emprestar um caráter positivo ao Movimento Estudantil.

SITUAÇÃO NACIONAL

No que se refere à análise da situação nacional, de acordo com o que já foi esboçado em alguns itens da revisão crítica do Mov. Estudantil, o Congresso aprovou, no essencial, o seguinte: 1) O golpe representou a única alternativa política das classes dominantes para a superação da crise econômica que lavrava no país; a necessidade de superar a crise às custas dos trabalhadores exigiu um endurecimento político para conter as classes exploradas; as forças armadas cumpriram o

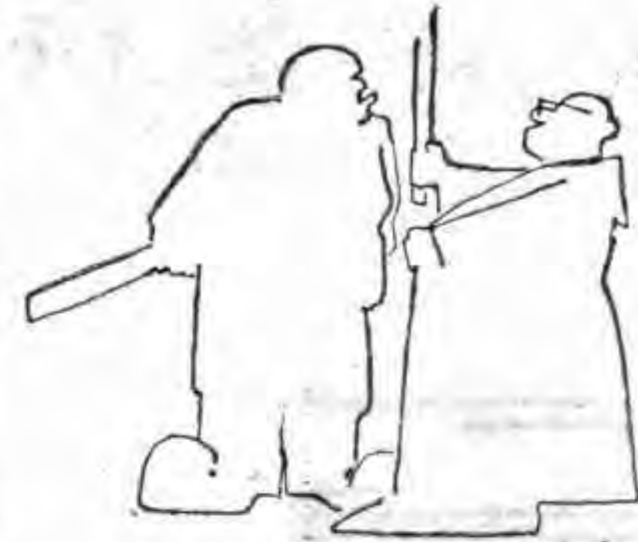
seu papel, enquanto a instituição criada para defender o poder vigente; 2) Uma das principais lições da liderança popular foi querer atribuir aos capitais nacionais e estrangeiros a possibilidade de uma luta radical entre eles; 3) As classes exploradas — operários, camponeses e assalariados empobrecidos — só podem contar com elas mesmas para a construção do poder do povo — e isso só poderá acontecer com a destruição do atual sistema e com a expulsão e eliminação de sua força principal — o imperialismo norte-americano; 4) Não interessa ao povo a derrubada de homens e governos apenas, mas sim a destruição do poder das classes das quais este governo é mera expressão; 5) Cabe ao ME um papel importante nesta fase — o principal é a luta anti-imperialista radical no seu próprio meio, combinando a luta nas faculdades e nas ruas, procurando integrar nela setores cada vez mais numerosos da classe média, principalmente o Movimento Estudantil deve também, apoiar todas as lutas dos operários e camponeses e contribuir, como força auxiliar, através de propaganda e de participação ativa na luta desses setores, para o aprofundamento da visão anti-imperialista radical.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Do ponto de vista da situação internacional, o Congresso aprovou o apoio ostensivo do ME às lutas de libertação nacional travadas contra o imperialismo em várias regiões do mundo, principalmente, no Vietnã e na Bolívia, mais recentemente, com a realização de seminários e debates sobre a problemática internacional. Quanto à participação em Congressos Internacionais, ressaltou-se a necessidade de a UNE procurar uma maior aproximação com entidades nacionais da América Latina, em particular visando o fortalecimento do OCLAE, órgão máximo dos estudantes da América Latina.

Esta, em síntese, e no essencial, as conclusões a que chegou o XXIX Congresso de Estudantes. Como dissemos no início, cabe a sua discussão e a sua aplicação na prática.

ESTUDEM E DEBATAM A POLÍTICA EDUCACIONAL NOS SEMINÁRIOS DA UME



Bençãosou...padre Deus te....bençoe

DCE da UB Volta à Ação

A situação da executiva do DCE já é, mais ou menos, conhecida por todos. Eleita em finais do ano passado travou consequente e combativamente a luta contra a cobrança de anuidades, instrumento central na política educacional da Ditadura, e contra a perspectiva reformista de modificação do poder através da participação em eleições "conchavadas" e não representativas, isto é, a luta pelo voto nulo, com a abertura da perspectiva de que a única possibilidade concreta de modificação do poder é a organização popular.

Justamente por ter travado consequentemente estas lutas foi a executiva eleita do DCE severamente reprimida, tanto no nível das administrações das faculdades a que pertenciam os estudantes que a compunham. Tão severamente que foi desmantelada, tendo chegado mesmo a inexistir durante longo período. Os D.A.'s da UB, orientados e organizados pela UME, entregaram-se então ao trabalho de reconstruir o DCE, o que só agora, no final do semestre passado começa a render alguns frutos. O DCE já começa a percorrer os D.A.'s, organizando-os e orientando-os politicamente; já começa a preparar um Boletim Informativo que leve ao conjunto dos estudantes da UB todo o desenvolvimento do Movimento Estudantil. Com isso a UME tem um dos objetivos centrais da atual gestão realizado, ou seja, a reorganização do DCE na UB, através da reorganização do DCE.

Esta reorganização refletiu-se em diversos níveis, a saber: Na Faculdade Nacional de Medicina, orientados e coordenados ainda pela UME, os estudantes conseguiram uma importante vitória no capítulo das anuidades ao obterem, através do D.A., isenção de pagamento para um grande número de alunos. A luta contra o PMDV (lei do serviço militar obrigatório para médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários), bem como a luta pela construção do Hospital das Clínicas, concomitante ao acabamento da Cidade Universitária, essas lutas, entretanto, não foram convenientemente orientadas pela UME. Em parte por se realizarem no final do semestre, quando a luta dos camponeses e o Calabouço apresentava-se em seu momento crítico, em parte pela proximidade das férias. Apesar de não orientar, porém, aquelas lutas da FNM, tanto a UME quanto o DCE nela participaram ativamente, estando presentes em todas as manifestações públicas e grande parte das assembleias gerais, discutindo com o Centro Acadêmico Carlos Chagas os rumos a serem tomados pela luta e a maneira de corrigir os erros existentes.

Na Faculdade Nacional de Odontologia, onde o movimento estudantil se apresentava fraco e desorganizado, sobearam a UME e o DCE orientar a criação de um Centro de Estudos que passasse a estimular e discutir as ocorrências com o corpo docente daquela Faculdade.

Na Faculdade Nacional de Economia, ainda sob a orientação da UME e do DCE, realizou-se o seminário sobre o Acórdão MEC-USAID que, apesar de não contar com participação maciça dos estudantes daquela faculdade, devido ao início das férias, teve grande significado, no sentido de definir a posição dos estudantes de Economia diante do Acórdão.

Na Faculdade Nacional de Filosofia o DCE orientou e coordenou a organização de

litos e veterinários), bem como a luta pela construção do Hospital das Clínicas, concomitante ao acabamento da Cidade Universitária, essas lutas, entretanto, não foram convenientemente orientadas pela UME. Em parte por se realizarem no final do semestre, quando a luta dos camponeses e o Calabouço apresentava-se em seu momento crítico, em parte pela proximidade das férias. Apesar de não orientar, porém, aquelas lutas da FNM, tanto a UME quanto o DCE nela participaram ativamente, estando presentes em todas as manifestações públicas e grande parte das assembleias gerais, discutindo com o Centro Acadêmico Carlos Chagas os rumos a serem tomados pela luta e a maneira de corrigir os erros existentes.

Na Faculdade Nacional de Direito o DCE e as lideranças internas tiveram árduo trabalho a enfrentar, qual foi o da reorganização do M.F., após a violentíssima repressão sofrida com a suspensão por um ano de toda a liderança local. Mesmo assim iniciaram-se os trabalhos para a criação do Seminário MEC-USAID, a ser realizado em agosto, com discussões nas turmas e reuniões de grupos de estudo.

Na Engenharia Operacional, onde os representantes da Ditadura no setor educacional pretendiam cobrar a abstração anuidade de mais de 200 contos, o Centro Acadêmico, o DCE e a UME sobearam conduzir os estudantes para a vitória que foi o relaxamento das anuidades para 23 contos.

Os acontecimentos da Escola Nacional de Engenharia e da Faculdade Nacional de Arquitetura serão melhor observados no artigo "Sobre as eleições de agosto,

D.A. eleito que, inclusive, já conta com duas expressivas vitórias: a primeira, com obtenção da sede própria para o D.A.; a segunda, com a promessa liberação das verbas há tanto tempo devidas ao D.A. pela Diretoria da Faculdade.

Na Faculdade Nacional de Engenharia Operacional, onde os representantes da Ditadura no setor educacional pretendiam cobrar a abstração anuidade de mais de 200 contos, o Centro Acadêmico, o DCE e a UME sobearam conduzir os estudantes para a vitória que foi o relaxamento das anuidades para 23 contos.

Os acontecimentos da Escola Nacional de Engenharia e da Faculdade Nacional de Arquitetura serão melhor observados no artigo "Sobre as eleições de agosto,

Na Faculdade Nacional de Filosofia o DCE orientou e coordenou a organização de

Na Faculdade Nacional de Filosofia o DCE orientou e coordenou a organização de

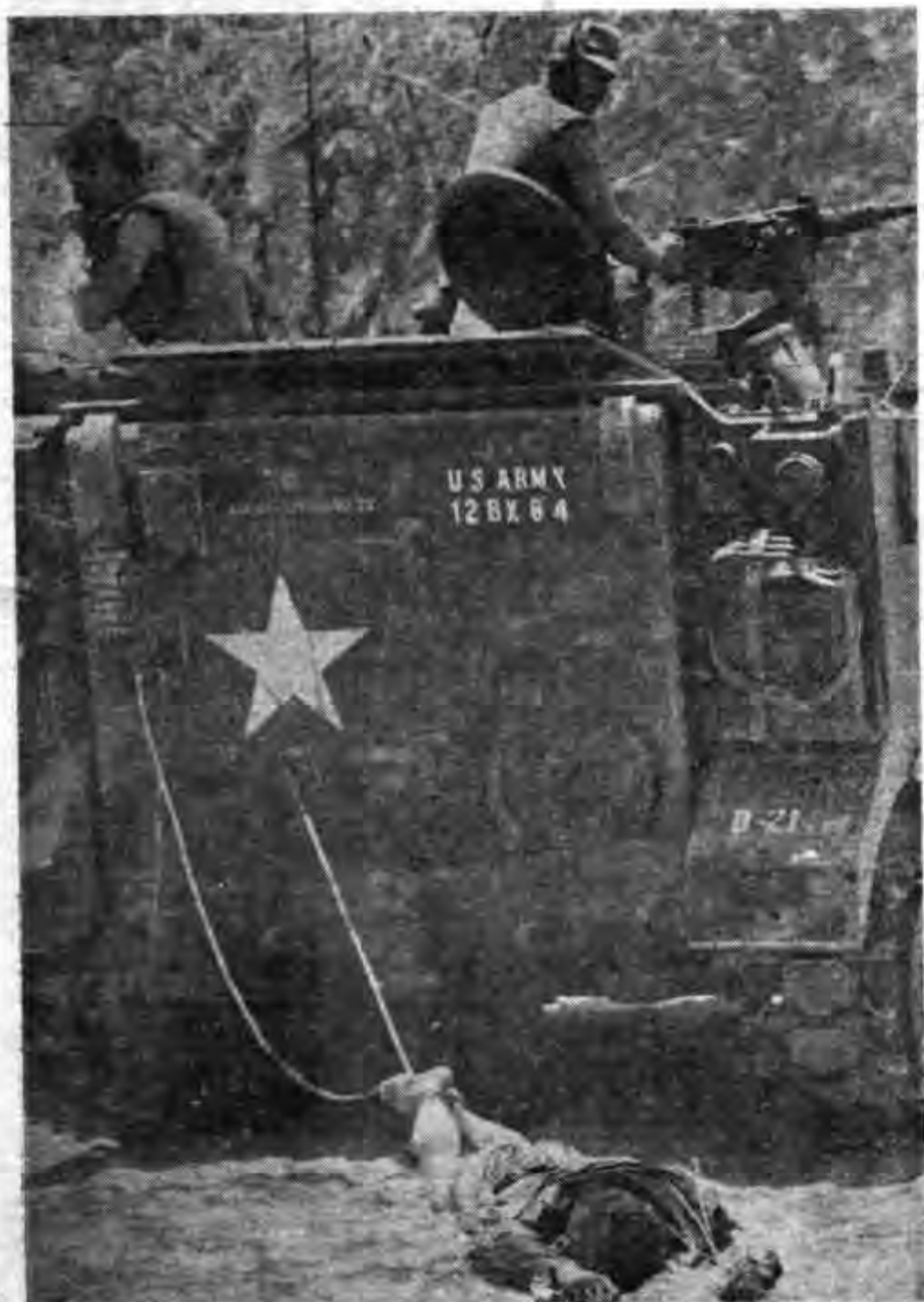
o metropolitano

ORGÃO OFICIAL DA UME — SETEMBRO DE 1967 — Nº 5 — GB

15
Diretor-Responsável: — JOAO A. FERNANDES

NA REUNIÃO DA GRANDE SOCIEDADE ANÔNIMA INTERNACIONAL:

BRASIL SERVE DE PANO DE FUNDO



Fundo Monetário Internacional arrasta os povos explorados

VIETNÃ — Depois do começo de 1967, a situação piora para os americanos no Vietnã do Sul. Hanói, submetida depois de fevereiro de 1965 a bombardeios cada vez mais trágicos, afirma que novas divisões americanas serão submersas «pelos oceanos da guerra popular». Em julho de 1966, o presidente Ho Chi Minh afirma: «Johnson e sua classe deveriam se dar conta disso: de que podem trazer mais

meio milhão, um milhão ou mais soldados para reforçar a sua guerra de agressão, mas nunca poderão quebrar a vontade de aço do nosso heróico povo. (Páginas 6 e 7).

CACO — Nas eleições para o CACO, o processo democrático não andou muito bom das pernas. No dia da eleição, três choques de Polícia garantiam, a poucos metros da urna (?), as arbitrariedades que o Professor Gondin efetuava.

Uma semana e meia depois, uma bomba VADIA explodida naquela Faculdade. A reação teima em negar a autoria do ATENTADO mas o certo é que para a esquerda, não teria a menor validade. O sufrágio de suas posições se verifica nas assembleias, sua representatividade teve prova concreta pela quantidade de votos anulados nas pseudo-eleições. (Na página 3).

As vésperas da reunião do Fundo Monetário Internacional, a imprensa do Rio insiste em divulgar o caráter internacional e eminentemente técnico do FMI. Nada mais falso, pois, desde a sua criação, o Fund agiu como instrumento da grande finança norte-americana.

Diz-se que o seu papel é fazer adiantamentos a todo Estado membro que sofrer desequilíbrios em sua balança de pagamentos. E é justamente aí que se manifesta o caráter de instrumento do capital monopolista. Na concessão desses adiantamentos (créditos), o FMI faz imposições: a mais importante delas é a de uma política rígida que mantenha a estabilidade monetária (e social, conseqüentemente) a todo custo.

Os estudantes da GB e de todo o País têm cada vez mais clareza do que ocorre com a nossa economia — sua inserção no contexto do capitalismo mundial sob a hegemonia americana — e das suas conseqüências em termos de miséria, fome, desemprego e exploração do povo brasileiro. Também tem clareza de que, além do controle da economia, o capital monopolista norte-americano pretende o controle do resto da vida nacional — instituições políticas, educação, hábitos sociais, volume da população —, exatamente para poderem fazê-la render o máximo em seu benefício.

Mas os estudantes compreendem o seu papel junto ao movimento popular e por isso denunciam, lutam, protestam. Os estudantes sabem que o seu papel é o de levar aos setores mais combativos da população, aos operários e aos camponeses, a necessidade de também eles se organizarem, mobilizarem e lutarem por um poder seu, por um poder do povo. Então não haverá mais MEC-USAID, nem FMI. (Nas páginas 4 e 5 publicamos uma pesquisa sobre o FMI).

UME REALIZA SEU XXIV CONGRESSO

Mais de trinta e cinco faculdades — das Universidades Federal do Rio de Janeiro, do Estado da Guanabara, Rural, Católica e independentes — se fizeram representar, juntamente com os seus DCEs (exceto o da PUC), e ainda a FUEC e a UNE, num total de mais de 120 delegados.

Não há como colocar em dúvida a representatividade do Congresso. O total de escolas representadas e o número de delegados presentes apesar da impressão, demonstrada, na prática, que a UME existe, que a UME atua e que ela cumpre com o seu papel.

15

CRÍTICA LITERÁRIA

Já se tornou comum, entre nós, a prática de ler nas manifestações culturais as mais diversas. Este ato nada tem de estranho, a vez que é na própria língua em que se manifesta a atualidade da época. Assim ficam desafiadas, como em uma arquitetura organizada com a obstinada perfeição das máquinas eletrônicas, todas as experiências que emergiram no curso de nossa história. A presença da vida, da questão da pergunta, da assinalação de modo inequívoco, na linguagem do Brasil de nossos dias, o transe de uma consciência coletiva que se formula no formato dos problemas, dos mais gerais aos mais específicos, da realidade da realidade humana de que essa mesma consciência é a mais manifesta manifestação. E uma época que se interroga é uma época de mudanças; quando a interrogação se torna global e universal, então a época é de revolução. Revoluções de mundo da mudança, de apenas das estruturas político-econômicas, mas também fundamentais princípios da condições em que existe a consciência de uma dada sociedade. A interrogação no sentido da mudança radical da vida humana, pela consciência que todo homem tem de transformar a realidade em seu próprio sentido. E, então a questão principal — ao nível da linguagem — o transe, que é o País, de uma consciência social merite ou amorteça para uma consciência participante. Entretanto, não é uma questão simples e esquematizável. Nem tem a pretensão de abordá-la. Trata-se apenas de apontar como manifestação de um outro problema que motiva este artigo.

Em nosso transe de edição científica que fazíamos, não fazíamos a colocação da questão — o que é a literatura? — o que é a crítica literária? e por que a literatura? e por que a crítica literária? as questões que, infelizmente, ocupam a inteligência da época de nossa crítica. Mesmo de um sentido, ou melhor, não possuem sentido, deslocadas do contexto amplo e científico. São abstrações para o nada. O método é perguntar: "O que é a literatura em 1967?" e qual a crítica da literatura em transe?".

O método porque situa dentro de um contexto. Faz seu uso de uma consciência que formula as questões. Um dado misterioso partido não se esclarecido surgido não se dá. Uma consciência de uma realidade em movimento em termos condições. Uma estrutura total, do que ela complexa das manifestações, então funda.

mental que procuremos idealizar o transe, que procuremos delimitá-lo tanto quanto possível, para o tornarmos inteligível, ou parcialmente inteligível.

Ora, a literatura é um dos meios de que o homem dispõe para questionar a realidade de que ele é parte. O questionamento pode assumir os mais variados aspectos e dimensões, desde a imensa complexidade da cultura humana. A arte é um deles, e a literatura uma das maneiras como a arte interroga o mundo. Basta que seja uma atividade humana para que seja dinâmica, para que se ponha interrogando. E aí aparece o significado maior da preocupação crítica em literatura.

Conhecer a literatura, se é concebível, é ter a possibilidade de apreender um dos aspectos de uma determinada maneira de questionar uma determinada realidade. Conhecer é ainda questionar a, este questionar, um movimento de um novo conhecer mais alto e mais completo. A atividade do conhecimento é um dever, e o homem e sua história. Assim pensada, a literatura ganha um sentido concreto e, talvez, uma dimensão humana maior. E a necessidade de se fazerem estas observações, de modo tão rápido e imprevisível, por si só denuncia — ao nível da linguagem — que nossa época nem sempre compreende a literatura assim. Os modernismos e o esnobismo intelectual, índices ainda do transe em que vivamos, tendem a fazer dela uma arte cabalística que apenas se revelaria a um grupo de iniciados sacerdotais mágicos detentores das chaves deste tipo esotérico de saber. Quer-se a força transformá-la em índice de outras realidades que não as humanas. Quer-se fazer dela a transmissora não do humano, no seu sentido mais amplo, mas do inumano, do inconsciente, de misteriosas componentes determinadoras da atividade do homem. Quer-se castrá-la, enfim.

Será o objetivo desta coluna apreciar a literatura que se faz no Brasil de 1967, ou melhor, tentar expor as componentes que permitem uma melhor apreensão do significado que as obras apresentadas possam ter em relação ao seu tempo e à sua realidade humana geográfica e cultural, mente localizada. Será o objetivo desta coluna contribuir com uma parcela pequena, mas consciente, para a formulação desta consciência coletiva que os artistas e escritores tentam recortar de nossa paisagem humana, no drama de todos os dias.

Esta posição não implica em um primarismo, tampouco na invalidação das pesquisas que se fazem ou se venham a fazer no campo da literatura. Implica, isto sim, na exigência de que tudo seja feito sem que se esqueça de que a atividade cultural só tem sentido, só se torna verdadeiramente humana se tiver como base o homem concreto, sua história e sua cultura.



No tempo dos Cafajestes censura já era lei

O Ôlho (Caolho) da Censura

ruy castro

Blowup, o novo filme de Antonioni, travou uma briga com as tesouras na sala de cortes da Censura (somente agora foi liberado). E, como este, vários outros, quase todos franceses e suecos, a quem os censores aplicam o rótulo de "pornográficos", numa vã tentativa de impingir à massa a sua moral de catecismo, para preservar um suposto conceito de pureza hoje em dia mais que ambíguo em sentido. A Censura do pós-golpe anda castrando a torto e a direito um miríade de títulos importantes. Já superando nesses três anos toda a ação anterior do Serviço, em mais de trinta anos de atividades. E, nessa onda, acabou embarcando Blowup, que é positivamente, o melhor filme de Antonioni (pelo menos, aqueles em que o diretor italiano, sem abdicar de sua constante fundamental, incorpora no seu processo toda uma série de recursos da moderna técnica cinematográfica, bem na linha do novo cinema inglês). A fi-

ta, atualmente, em cartaz em Paris e já exibida aqui para a crítica oficial, tem apenas uma seqüência de maior arrôjo, mas bastou para que o lápis vermelho (rubor?) da Censura entrasse em cena. Enquanto isso, uma série de fitas no estilo Luz del Fuego passava incólume pelas telas dos Cineacs. Essa contradição só vem comprovar que a ação da Censura não é tão gratuita como parece, e os censores usam menos antolhos do que se supõe. Os cortes e proibições têm, isso sim, uma ação programática, que visa justamente escalfar a massa que consome filmes todos aqueles que vagam de verdade os conceitos encebados da moral, reformulando o problema nos termos de liberdade e abertura, princípios de uma civilização industrial. Em troca, os censores liberam homeopaticamente algumas doses de mulher nua, para distrair alguns setores da classe média sem o que fazer, fortalecendo os tabus e alimentando a noção pequeno-burguesa de pecado.

Quanto aos filmes de natureza política, a perseguição que vem sofrendo o cinema nacional, por si só, arranca a máscara da Censura e denuncia o atual regime. A Censura é o primo pobre do governo de abril. Basta citar o exemplo de O Desafio, que dormiu sete meses nas prateleiras antes de conseguir o visto de exibição, e o de Terra em Transe, que conteria uma "mensagem subliminar de marxismo". Outros filmes, de importância capital para o cinema brasileiro, tinham mesmo que entrar na alça de mira dos órgãos oficiais, interessados (e mesmo decididos) a petrificar o nosso cinema nos moldes da chanchada. E devem estar de olho, talvez, no último filme de Alain Resnais, La Guerre est Finie, já que uma das vigas mestras da fita é a guerra pela libertação na Espanha, primeira-irmã, do nosso governo.

A cultura é um purgante enfiado à força pela goela da Censura.

O AMOR DO SOLDADO

PABLO NERUDA

Em plena guerra a vida te levou a ser o amor do soldado. Com teu pobre vestido de seda, tuas unhas de pedra falsa, te coube caminhar pelo fogo. Vem cá, vagabunda, vem beber sobre meu peito orvalho vermelho. Não querias saber por onde andavas, eras a companheira do baile, não tinhas partido nem pátria. E agora a meu lado caminhando vês que vai comigo a vida e que atrás caminha a morte. Já não podes voltar a dançar com teu traje de seda no salão, Vais romper os teus sapatos, mas vais crescer caminhando. Tens que andar sobre os espinhos deixando gotas de sangue. Beija-me de novo, querida. Limpa este fuzil, camarada.

HISTÓRICO

A 1ª. guerra mundial, levando a efeito pela insatisfação das potências com a partilha do mundo consequente da passagem do capitalismo da livre concorrência ao imperialismo, a partir de 1870, foi a mais importante denúncia das crises do sistema até então, pois que desta vez colocava em jogo todos os países que o integravam.

A abundância de capitais, que o próprio surto automobilístico já não mais podia absorver, tomara imprescindível a defesa de suas colônias por suas e a sua redistribuição por outros (Alemanha, Itália, Japão).

A vitória dos aliados deu origem ao aprofundamento da crise nos Estados da po-

tência marginalizadas da partilha, enquanto surgia um sistema antagônico — o socialismo.

A crise de 29, gerada pela superprodução americana, abala todo o mundo. As velhas potências capitalistas da Europa, que haviam empregado grande parte de seus capitais na Bolsa de Nova Iorque naufragam com o desmoronamento do sistema. Os países produtores de matérias-primas, e produtos tropicais agrícolas já não encontram compradores. Generalizam-se medidas protecionistas que acabam por neutralizarem-se mutuamente. Nenhum país pode manter por muito tempo as vantagens que puderem advir desta desvalorização de suas moedas ou do colapso de taxas cambiais múltiplas; o nível mais baixo

que atingiu o comércio mundial foi de US\$ 21,8 bilhões, em 32, 37 e 38.

O «New Deal» é a doutrina de Keynes fortalecendo o Estado e desviando a taxa de reinversão para aplicações ao exército, em programas de assistência e obras públicas, transformaram o capitalismo de crise em capitalismo de organização. A técnica posta a serviço do capitalismo pode prever os mais leves sintomas de crise, que passam a ser controlados com algumas antecipações.

O fascismo alemão e italiano, fortalecendo o Estado e o exército, colocam estes dois países em condições de novamente poderem disputar a redistribuição do mundo.

Esta nova fase de antagonismo vai culminar com a 2ª. guerra mundial. Esta guerra teve apenas uma potência vencedora, os EUA, ao mesmo tempo em que se fortalecia o bloco socialista com a revolução chinesa e dos países do corião sanitário.

Apesar de redistribuir o poder da forma que nenhuma potência capitalista tivesse novamente condições de tentar uma redistribuição do mundo, interessava mantê-la fortemente ligada ao sistema, para impedir novas crises e novas revoluções socialistas.

Este esforço de racionalização do sistema tem como resultado a criação do BRD, FMI, Plano Marshall, e Porto IV.

FUNCIONAMENTO

Os objetivos declarados destes empreendimentos são de natureza geral, suas soluções que também compatíveis as novas bases políticas e sociais com os objetivos de uma harmonia internacional no campo econômico e financeiro. Na prática, evitar que países em crise vissem a adotar medidas restritivas ao comércio externo e desta forma provocar a extensão da crise a todo o sistema. Os programas de ajuda não eram mais do que a institucionalização das inversões de capitais excedentes dos EUA nos países europeus devastados pela guerra e amacados pela ascensão do movimento proletário, acabando por gerar maior integração do imperialismo internacional.

Na Conferência Internacional de Bretton Woods em 1944, o FMI surgiu como uma organização que amalgamava todos estes planos. O Fundo compreende ambas as finalidades visadas pelos seus criadores. Os países que nele ingressam se comprometem a obedecer as regras de um procedimento tal que possibilite a fixidez da manipulação da política monetária e cambial, assim como programas de empréstimos que arrolam esses numa política de comprometimento internacional.

É em Washington a sede do Fundo, o qual compreende um total de 106 países, não havendo a participação dos socialistas. Aos países possuidores do maior número de quotas EUA, Grã-Bretanha, Índia, República Federal da Alemanha e França — cabe nomear um di-

FMI: O QUE É O QUE FAZ

retor cada um. Como se poderá ver, na realidade, os EUA contam com a maioria do conselho, pois a Índia, Grã-Bretanha, e Alemanha representam mais finais do que concorrentes.

Os demais 15 diretores são eleitos por dois anos pelos restantes países membros, e dentre eles; 3 tratam de problemas latino-americanos.

As relações financeiras entre o Fundo e um país membro são determinadas pela sua quota de ações no Fundo, de qual 25% é subscrito em ouro e restante em sua moeda nacional. Quando recebe um pedido de empréstimo, que deverá ser reembolsado num prazo de 3 a 5 anos, deve fazer acompanhar seu pedido de uma descrição das medidas postas em prática ou previstas para corrigir o desequilíbrio de sua balança de pagamentos e tornar viável a devolução do empréstimo no prazo fixado. Neste momento se dá intervenção do FMI na economia do país, pois que antes de permitir a saque já estabeleceu as condições internas para a concessão. Mas não para isso, Vimos que o fundo tem por um de seus objetivos impedir que medidas restritivas à importação sejam adotadas por um determinado país, o que acarretaria um reflexo de sua crise na economia dos países exportadores de produtos manufaturados e bens de produção. Assim, pelo Art. XIV o país devedor deve sujeitar suas taxas cambiais ao visto do Fundo, que ao mesmo tempo verifica se se estão tomando as medidas internas preconizadas no momento da concessão do empréstimo. Há que ver que os saques latino-americanos correspondem a uma quantia menor que o total de suas quotas, e que as mesmas correspondem ao dobro das reservas internacionais dos Bancos Centrais dos países latino-americanos.

Quotas Lat. Americ. — US\$ 1.854 bilhões.
Saques Lat. Americ. — US\$ 1.754 bilhões.

Como se verá no capítulo seguinte, a solução para os países subdesenvolvidos está na adoção de medidas tributárias e congelamento salarial, para fazer face à dívida. É de se notar que o saque corresponde apenas a uma parcela de um dialeto que ele já depositou. Recordemos o fato de que, quan-

do Cuba nacionalizou as empresas americanas em seu território, o FMI confiscou a quota cubana.

As medidas adotadas pelo Fundo têm que se restringir ao setor financeiro, sem tocar na estrutura, pois que a existência de países subdesenvolvidos é a consequência do próprio sistema capitalista. A estrutura de produção destes países inclui setores hipertrofiados estreitamente ligados a alguns mercados estrangeiros; sua economia se desenvolve ou stanca segundo a evolução de tal matéria-prima ou produto agrícola bruto; suportam a carga de pesadas obrigações exteriores (juros, dividendos, royalties pagos a capitalistas estrangeiros), além da constante concorrência de indústrias já estabelecidas e dominadas pelo mesmo grande capital que submete suas riquezas naturais. São portanto países explorados, dominados e com economia deformada. Cálculos da ONU estimam em 8 bilhões de dólares os prejuízos anuais que a queda dos preços de produtos primários vem trazendo aos respectivos países produtores, cifra superior a toda ajuda concedida pelas nações industrializadas — compradoras daqueles produtos — aos mesmos países.

ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA

A apreensão do significado da atual política de estabilização econômica — racionalização do sistema capitalista —, vai decorrer de uma análise histórica do processo de industrialização, o qual, para melhor entendimento, será dividido em três períodos.

- 1º — Getulista (1930-1954);
- 2º — período de aceleração do desenvolvimento ... (1955-1960);
- 3º — período de crise e de golpe.

No primeiro período, a industrialização, impulsionada por uma retração no capitalismo internacional e apoiada internamente pelos excedentes da agricultura, irá concentrar-se no setor de bens de consumo, que não possuía uma dinâmica própria capaz de se lançar no setor de bens de produção.

2ª. Guerra Mundial representará um duplo aspecto, de um lado uma nova retração do capitalismo internacional, de outro saques favoráveis à balança de paga-

mentos. Estes saques serão então utilizados pelo Estado na implantação de um setor de bens de produção — Indústrias de Base — possibilitando o surgimento do capitalismo de Estado.

Nos dois anos imediatamente posteriores à guerra, observa-se uma aceleração da taxa de crescimento econômico.

- 1946 — 6,0%
 - 1947 — 6,5%
- É deste período a implantação da:
- Cia. Siderúrgica Nacional
 - Cia. Nacional de Alcatrão
 - Acesita.

Esta tendência será de crescimento, em virtude da natureza específica do capital acumulado. Fim do período de retração, a liberalização das importações põe fim aos saques favoráveis. Foi a inflação utilizada a partir daí, para expandir e mesmo para manter o nível de industrialização. Temos então e processo inflacionário, compreendido não como um fator isolado, mais sim como uma variável, decorrente do próprio processo de industrialização. Nos anos seguintes, observa-se o fortalecimento do capitalismo de Estado:

- 1 — nacionalização dos transportes (ferroviário e marítimo);
 - 2 — Petrobrás.
- O segundo período compreende o Governo do sr. Juscelino. A taxa média de crescimento econômico é 7,0% ao ano, que será mantida às custas de um aumento na taxa de inflação e de apelo aos capitais estrangeiros.

Observa-se uma concentração de investimentos estrangeiros na indústria mecânica pesada; ind. automobilística, ind. de construção naval, ind. de implementos agrícolas, ind. química pesada. O capitalismo de Estado também se fortalece: siderurgia — Usiminas, Cosipa, Ferro e Aço de Vitória — energia elétrica — Três Marias, Furnas —; química — petroquímica e refinação de petróleo.

Paralelamente a isto, observa-se também uma deterioração dos preços das matérias-primas no mercado internacional. O preço do café, por exemplo, caiu em um terço. No final do período já se observa um decréscimo da taxa de desenvolvi-

mento. No terceiro período agravase essa tendência, acrecida do aumento da taxa de inflação. O déficit orçamentário aumenta rapidamente, até chegar em 1963 a cerca de 30% do meio circulante no ano. «A inflação crescente ocasionou uma pressão sobre a balança de pagamentos, mitigada por desvalorizações periódicas e empréstimos compensatórios. O aumento das dívidas para com o exterior chegou a produzir um ônus tal, por conta de serviços da dívida, que, apesar de uma melhoria substancial no preço do café em 1964, foi necessária uma revisão nos termos da dívida externa».

A deterioração dos preços no mercado internacional se acentua:

Índices de preços de café
1961 — 100
1963 — 145
1964 — 135
1965 — 120
1966 — 110

O salário real tal a índices bastante baixos, apesar de constantes aumentos do salário monetário, trazendo como consequência tensões sociais e pressões sobre a taxa de lucro. Deve-se observar a existência de um contexto de conciliação no Governo do sr. João Goulart entre os interesses da classe operária, que lutava pela ilusão do salário monetário, e os interesses da classe dominante (as burguesias nacional e estrangeiras) que lutava pela manutenção da taxa de lucro. Na tabela abaixo pode-se ter uma idéia bastante clara do processamento da crise:

ÍNDICES CUSTO DE VIDA
ANO
1958 — 100
1960 — 185
1961 — 256
1962 — 390
1963 — 849
1964 — 1560
1965 — 2260
1966 — 3030

Para fazer frente a toda esta problemática surgiu no bojo do próprio desenvolvimento capitalista, o Governo Goulart elabora, sob a égide de Celso Furtado, o Plano Trienal, dentro de toda a orientação do FMI, ou seja, exercendo pressão sobre a taxa de lucro e impondo uma política de estabilização que limitaria severamente a expansão monetária, postergaria ou eliminaria os reajustes salariais, trataria de eliminar o déficit fiscal reduzindo os

gastos e elevando as taxas tributárias e os serviços públicos deficitários, reajustaria o nível do câmbio mediante substancial desvalorização da moeda; e liberaria em toda parte o sistema de controle de preços e de importações que se havia estabelecido. Esperava-se que essas medidas produzissem a estabilização dos preços e um reajuste do salário real, e que, com isto, conjuntamente com uma certa liberalização das importações, estimularia a competição, elevando a eficiência e diminuindo os custos das empresas privadas. Tudo isto provocaria uma entrada substancial de capital privado externo e uma forte expansão das exportações, o que significaria recolocar o processo de desenvolvimento em bases seguras (Oswaldo Sunkel).

Essas esperanças se frustraram totalmente. O golpe representou um rompimento da política de conciliação, em nome da manutenção, pela classe dominante, da taxa de lucro. A partir de então a ação do FMI mostrou-se mais concretamente no entanto, em nada significa uma modificação do Plano Trienal: a política de estabilização continua em pauta e o arrocho salarial se mantém. Neste momento o Governo se nega a conceder o reajuste salarial dos bancários, funcionários públicos, etc. Quais os frutos?

a) «Certamente se conseguiu reduzir o ritmo de crescimento dos preços a taxas mais moderadas, mas somente à base de uma contração muito severa das rendas dos grupos de baixos salários e mediante uma política extremamente liberal de importações de alimentos e manufaturas de consumo» (Oswaldo Sunkel).

b) A taxa de crescimento que o PAEG se propunha alcançar nem de longe foi alcançada:

- Ano 1965 — Taxa do PAEG 6,0% — Taxa alcançada — 3,0%
- Ano 1966 — Taxa do PAEG 6,0% — Taxa alcançada 4,0%

c) Os déficits sociais desse processo de estagnação estalou-se acumulando em termos de maiores necessidades por parte da população e de menores possibilidades de oferta. Os índices de desemprego e de subemprego comprovam este fato.

d) O chamado crescimento para o mercado externo, em termos de exportar é a solução não apresenta uma perspectiva de desenvolvimento, na medida mesmo em que os investimentos carreados para este setor significariam uma pequena absorção de mão-de-obra, e que entra em contradição com a grande quantidade de mão-de-obra que anualmente se dirige para o mercado de trabalho.

Em consequência: «Aquelas que propugnaram uma solução de estabilização propiciando o estancamento, quem mantiveram estancada a economia por um prazo suficientemente longo está convidadas para uma solução revolucionária» (Oswaldo Sunkel).

NUMA REUNIÃO DE CORDEIROS O LÔBO É REI



O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NA REVOLUÇÃO

RÉGIS DEBRAY

rica latina, ganhar a guerra contra o imperialismo exige um gigantesco trabalho teórico, à altura do inimigo, de sua determinação e dos meios de que dispõe. Por que razão então Che Guevara, com tanta insistência, transformou sua experiência pessoal, incomunicável, em regras de um método objetivo, aplicadas em primeiro lugar ao plano da luta insurrecional — teoria do foco — e depois ao plano econômico — teoria do imperialismo e o mercado mundial? Cuba, triunfo da espontaneidade revolucionária, significou também a morte desse espontaneísmo. Hoje, com mais urgência que ontem, pede-se dos revolucionários uma audácia inteligente. Os fatos reclamam deles o abandono dessa linguagem formal, em que os chamados valores morais encobrem a carência de análise compreensiva, para reencontrar a linguagem do conhecimento; conhecimento dos pontos fortes do inimigo e dos nossos pontos fracos, linguagem que com todo direito esperamos do intelectual revolucionário.

O resto é valentia. Corresponde igualmente aos intelectuais desencadear a luta: Fidel, Luis de la Puente, Douglas Bravo e tantos outros «pequeno-burgueses», têm que pagar o alto preço característico dos inícios, em países sem um passado operário, sem organizações sedimentadas pelo tempo. E ao fundir-se com o povo — operários agrícolas, pequenos proprietários, indígenas — ligar-se a suas dores, prestar uma mão e uma arma a suas necessidades mudas. O castrismo reclama muito do intelectual: pede-lhes que saiba aprender uma humildade alerta.

E o artista? e o criador? Seria francês. Não foi encontrado melhor meio de se julgar o homem que o de surpreendê-lo em suas alturas. Que o de segui-lo quando se dirige até elas. Se bem que a arte se tem convertido na Europa em seu próprio objeto, em um indefinido jogo de espelhos, são sem dúvida numerosos os que na Europa esperam das lutas de libertação nacional esses «gritos escritos», que despojam os homens de hoje — nós — de sua máscara de cultura carnavalesca, de sua máscara de homens educados, obscurecidos, que lhes devolverá sua verdadeira voz, sua, na qual talvez poderemos, sem narcisismo, reencontrar-nos, surpreender-nos, com temor. Se os criadores latino-americanos se dedicam a buscar um abrigo nos livros europeus, perderão sua oportunidade irremediável, a oportunidade de uma arte mais dura, mais permanente. Será lamentável, não só para os leitores que não terão, mas também por eles, pelos artistas universais que não chegarão a ser. E as revoluções em marcha farão vir de outros lugares seus testemunhos, seus configuradores, como a Espanha fez vir seus Hemingway, seus Dos Passos, seus Malraux.

Mauraux disse em alguma parte: «Um intelectual não é somente aquele que necessita dos livros, mas sim todo homem a quem uma só idéia, por elementar que esta possa ser, ordena e compromete a vida.» O segredo do valor do intelectual não reside no que este pensa, mas sim na relação entre o que pensa e o que faz. Neste continente quem não pensa — ou melhor, quem não pensa na revolução — tem todas as probabilidades de estar pensando pouco ou mal. E chega um momento, um momento como hoje, em que pensar não basta; em que é necessário aprender, de e na luta revolucionária, a pensar melhor na vida de todos. E já que citamos seus nomes voluntariamente, voltamos a eles: homens nascidos nesta América, como Fidel Castro e Ernesto Guevara não delineam, a verdadeira figura do intelectual, elevada à sua mais alta incandescência?

pontânea do movimento operário, que tende a rechaçar no sentido psicanalista do termo, reside que a teoria marxista tem sido importada desde há muito tempo pelo movimento operário: em que trinta séculos de greves, lutas e barricadas não seriam nunca capazes de engendrar essa imensa e sinuosa obra do sábio, chamada «O CAPITAL» Nada é mais antileninista, nada é mais contra-revolucionário que a linha reta, com todas as suas variantes, a locomotiva da história, a sempre eterna retidão inerente aos impulsos populares, e a pureza das intenções. A política não surge em linha reta da economia, o Partido não é o prolongamento do sindicato e a revolução não se encontra jamais no final do caminho. Para passar de um a outro é necessário dar um salto, de consciência e de vontade. O intelectual revolucionário formula a teoria deste espaço a penetrar — desde que intelectual e sábio, para realizar na prática este salto — como revolucionário. Isto, no que se refere aos princípios, já que são por princípios, vale ao menos a pena enunciar-los.

Os princípios têm uma maneira própria, tristemente humorística, de vir à nossa mente; acreditamos tê-los bem enterrados em nós, e eis que nos surpreendem pela frente, sob formas de urgências práticas, de tempo perdido a recuperar e de vidas a defender. O princípio segundo o qual «sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária, e se a verdade austera que havíamos engavetado, sob o espanto que nos produziram os primeiros anos da revolução cubana, ressurge de pronto do fundo de todas as montanhas da América, onde os homens combatem e morrem. Não importa que morram em vão, que estes sacrifícios sejam inúteis, Guatemala, Venezuela, Colômbia, Peru, amanhã o Brasil e qualquer outro: ali se luta e a luta que ali se trava é cada vez mais dura. Entretanto, uma coisa é fazer a guerra e outra é ganhá-la. Hoje, na Amé-

Esta pergunta, ao mesmo tempo que apolixante, encerra uma trama. Não pode ser respondida por qualquer um, isto é, não corresponde a um intelectual dar-lhe a resposta, mas sim a um companheiro ou a um operário. São eles quem verdadeiramente poderiam dizer-nos se sentem em sua luta a necessidade do intelectual; não deve ser o intelectual quem defendendo sua própria causa. A menos que tenha participado realmente em um combate armado, com os riscos e perigos que o mesmo comporta, toda resposta sua a esta pergunta corre a risco de converter-se em uma comédia do espírito, em um arroubo em vão. A dificuldade reside em que o companheiro ou o operário que falamos não tem direito à palavra; em primeiro lugar porque não lhes foi dado este direito, e, em segundo, porque não sentem nenhuma necessidade de libertar-se, por desconhecer ser explorado e humilhado... É óbvio reconhecer que a consciência de ser povo e de ser um povo é dada a ele pelo intelectual; o notário Babouf, o advogado Robespierre, o elegante Danton, o homem de negócios Engels, o professor Marx, isto citando somente exemplos da Europa.

Que é que distingue as duas violências, a inútil do útil, que é sintoma de um «embora» histórico da que provoca o «parto» histórico? É justamente o fato de que a violência que provoca este parto esteja penetrada de teoria e de que a teoria seja feita pelos teóricos, homens que se relacionam primeiro com os livros antes de fazê-la com os homens ou com a matéria: homens que necessitam da solidão para ler e de uma pena para escrever. Tudo isto diz-se — é bem conhecido. Mas se esquece periodicamente. Quando Lenin o recorda, provoca um escândalo. Entre quem? Entre os operários, os sindicatos, os assalariados, o gente do povo. O fundamento escandaloso do leninismo — já presente na natureza est-

O Congresso da UME

O Congresso da UME foi realizado com absoluto êxito. Mais uma vez a organização do movimento estudantil soube burlar a vigilância policial e estruturar seus objetivos e sua luta independente do que é previsto na legislação ditatorial, que proíbe a existência das entidades estaduais e nacional dos estudantes.

Cabe neste momento recolocar a todos o porquê da realização do Congresso no período e na data fixados. A diretoria que ora encerra seu mandato vinha, desde há muito, afirmando a necessidade do Congresso na 2ª quinzena de setembro, principalmente para evitar o que ocorreu no ano passado ou seja, uma eleição de UME no fim do ano, não dando condições à diretoria escolhida de se vincular ao conjunto dos universitários da forma mais concreta que é a própria condução das lutas estudantis, tal não acontecerá este ano. A nova diretoria liderará a luta dos Universitários contra o FMI, ainda em setembro, e todo o conjunto de lutas. Em outubro (anuidades, 50% nos transportes, seminários de Pol. Educacional do Governo, etc.). Alcançar este objetivo era fundamental. E era fundamental, por esta razão, garantir a realização do Congresso. Foi com a preocupação de garanti-lo e, tendo em vista a grande repressão que se desencadearia, caso o Congresso fosse publicamente anunciado, que a diretoria da UME convocou o Congresso anunciando-o apenas nos DAs e DCEs. Fazendo isso, subestimou o grau de mobilização que o Congresso poderia ter provocado. Embora o fundamental seja a vinculação da nova diretoria ao conjunto dos estudantes, o Congresso representaria também se anunciado publicamente um dado positivo para esta vinculação.

Consideramos porém que a grande representatividade do Congresso (mais de 35 DAs, mais de 130 delegados) e o fato de se ter decidido a realização de eleições diretas são dois fatores que contrabalançam o fato negativo que foi a convocação restrita.

Tendo em vista esse quadro geral, entendemos como justas as críticas ao processo de convocação. Ao mesmo tempo que consideramos a nova diretoria representativa e em condições de se ligar imediatamente ao conjunto dos estudantes, através de um processo de luta importante, como é a luta contra o FMI e a luta contra anuidades. Seu dever residirá numa posição de luta e denúncia das forças e interesses que oprimem o povo brasileiro e os estudantes como parte dele.

<p>FPC</p> <p>A Frente de Cultura Popular é o setor cultural da UME. Como tal, pretende levar adiante uma programação cultural que aglutine os estudantes, tanto para elevar o nível de consciência do seu conjunto, como para ajudar as classes motoras da revolução na compreensão dos problemas que as atingem. A FCP já apresenta algum trabalho: edições e conferências de cinema, várias exposições de teatro. Seus setores de Centro de Estudos e de Propaganda estão sendo dinamizados. A FCP distribuiu sua carta no Congresso da UME, o que deverá servir de base para discussão nas faculdades. Mas somente de discussão não vive a FCP. É necessária uma maior participação em suas iniciativas.</p>	<p>ANUIDADES</p> <p>Uma das medidas do Governo para adaptar a Universidade aos seus interesses — a das grandes empresas, nacionais e estrangeiras — a cobrança das anuidades. Compreendendo isso é que os estudantes boicotam, sob diversas formas, o seu pagamento, além de denunciarem o que se esconde por trás dessa medida, aparentemente inofensiva (o que são 28 contos por ano?). Ultimamente não obtivemos somente vitórias, mas sofrimos também derrotas parciais em algumas faculdades. Isso porque nos lançamos nessa campanha somente à última hora, cada faculdade por si mesma. A anuidade ainda não subiram, devido a nossa pressão. Anuidades deve ser uma campanha de longo prazo.</p>
---	---

Voto é Farsa no CACO



Cada capacete, uma garantia

A situação política no CACO reflete a tendência do Governo para a legalização do movimento estudantil. Ao fazê-lo, esquece que os estudantes, por não confiarem na sua legalidade, criam hoje sua organização própria. O vínculo entre lideranças e bases é independente da chancela oficial.

O QUE HOUVE NO CACO?

No dia da eleição para o Centro Acadêmico, o diretor Helió Gomes anulou a chapa do Movimento de Reforma, partido majoritário que há oito anos seguidamente ganha as eleições na Faculdade de Direito. Diante desta deslealdade, os alunos decidiram boicotar a eleição anulando o voto e impedindo que a ALA, partido minoritário, se autenticasse como representante.

No entanto, o presidente da mesa eleitoral, Prof. Gondim Neto, membro honorário da ALA, recusava que se colocasse na urna a cédula do Movimento de Reforma. Afirmando que a cédula da ALA era a única válida o autor professor dava o bono exemplar.

AS VITIMAS

Durante uma semana a Faculdade permaneceu fechada. A ALA tomou posse e ficou outra semana sem abrir a DA.

colocando na urna as demais votos para a eleição.

A atitude do sr. Gondim — que banli igualmente o voto secreto, pois dispunha cabina indecifrável — motivou revolta. Os membros da Reforma colocaram também dezenas de cédulas de cada vez. Mil, quatrocentos e quarenta e um alunos votaram. Foram apurados 3.000 votos.

No dia que anunciou sua abertura, a Reforma marcou uma assembleia. A Polícia invadiu a Faculdade e proibiu a sessão. A reação jogou suas bombas, tentando passar por vítimas. Duas senhoritas tiveram fariquitos; foram as vítimas.

Diariamente o CACO é invadido. A repressão tem o movimento das bases. Mas é inútil. Os colegas da Faculdade, de fato, não permitirão que a minoria reacionária fale pelos alunos. A maioria não cederá diante das ameaças.

AVAIT

Uma assembleia-geral está marcada. Nela, os colegas do FND repudiarão a ALA e reconhecerão como única representação a chapa do MR.

Este é o CACO representativo. Apesar das bombas, do choro da presença policial, este é o CACO vinculado às bases do CACO do movimento estudantil.

Farsas como as eleições da Faculdade de Direito serão repudiadas. E não adiantará a presença da Polícia. Não nos dependemos do aval da ditadura para contribuir em sua derrubada.

DCEs

O trabalho de organização da UME junto aos DCEs começa a dar frutos. O DCE da UR, por tanto tempo inativo, foi eleito por um Congresso dessa Universidade. Dentro de pouco tempo divulgará sua carta política para discussão nas faculdades. Além disso, o DCE da UB já efetivamente coordena suas faculdades, tendo estado presente às últimas manifestações. O DCE da UEG encontra-se em fase de eleição, sendo para tal esperado um congresso da UEG. As escolas independentes deverão também realizar um congresso para eleger o DCEBSI, livrando-o dos elementos conuladores e inoperantes que o dominaram durante algum tempo.

UME Toma Posse

Às 18,30 ms do dia 26 de setembro, tomou posse a nova diretoria da UME, em ato público defronte ao prédio da UNE, na Praia do Flamengo. Discursando, o presidente da UME, afirmou que aquela fato representava mais um passo vital na organização independente dos estudantes. Também falou o presidente da UNE. Após o ato foi realizado um comício relâmpago contra o FMI, no largo do Machado.

"NAO PERDEREMOS A GUERRA"

Depois do rompimento de 1967, a situação piora para os americanos no Vietnam do Sul. Em julho, McNamara pôde comprová-lo "in loco". Já no verão de 1965, um corpo expedicionário havia desembarcado; em seguida foi necessário aumentá-lo, para fazer frente aos ataques da FVN. É certo que, a não ser que Washington se senta na mesa de conferências, será obrigado a enviar novamente importantes efetivos, menos para vencer do que para resistir ao avanço do Exército de Libertação e das divisões do Norte. As perdas americanas até julho (20) deste ano foram: 5.189 mortos e 36.165 feridos, bem maiores do que durante o ano passado inteiro.

Hará, submetida depois de fevereiro de 1965 a bombardeios cada vez mais intensos, afirma que as novas divisões americanas serão submersas «pelo oceano da guerra popular». Em discurso pronunciado no dia 17 de julho de 1966, o Presidente Ho Chi Minh afirma: «Johnson e sua clique deveriam se dar conta disto: de que podem trazer mais meio milhão, um milhão ou mesmo mais soldados para reforçar sua guerra de agressão no Vietnam do Sul. De que podem lançar milhares de aviões contra o Vietnam do Norte, mas que nunca poderão quebrar a vontade de aço do nosso povo heróico. O agressor só faz agravar os seus crimes. A guerra pode durar cinco, dez, vinte anos, mas o povo vietnamita não se deixa intimidar. Nada é mais precioso do que a independência e a liberdade».

Enquanto isso, aumenta nos Estados Unidos a resistência interna contra a guerra. Segundo índices estatísticos, a população de Johnson decai crescentemente. O líder negro Carmichael declara: «Nós não lutaremos para salvar esta sociedade atual, seja no Vietnam ou em qualquer outra parte».

Diante dessa situação cada vez mais difícil para os americanos, seria interessante rever um artigo de Van Tien Dung, Chefe do Estado-Maior do Exército do Vietnam do Norte, onde ele analisa as implicações políticas e militares da guerra.

Apesar de já antigo, suas análises, em grande maioria, permanecem de pé.

O imperialismo norte-americano sofreu fragorosas derrotas políticas e militares quando utilizou o exército colaboracionista. De acordo com a sua estratégia das «guerras especiais» como força principal da agressão contra o sul do nosso país, a vitória disto, o triunfo do sul obrigou a abandonar em massa as suas próprias tropas no conflito, na esperança de que a in-

americano e os 500 mil do exército colaboracionista. O Pentágono não conseguiu alcançar os objetivos estratégicos que se propusera: reforçar as suas bases, pacificar as regiões ocupadas, atacar as zonas libertadas, aniquilar as tropas regulares das FAL (Forças Armadas de Libertação), reconquistar a iniciativa mudando o curso da guerra. Pior ainda, o pentágono caiu num estado ainda mais grave de passividade. As melhores unidades terrestres do Exército americano e do corpo de marinhas foram lançadas na batalha, todas sofrendo pesadas derrotas. As tropas colaboracionistas continuam a se desagregar, unidade após unidade. Uma percentagem importante das forças vivas americanas e colaboracionistas de mais de 200 mil homens foi aniquilada ou se desagregou durante o ano de 1965. Todas as táticas e as técnicas das tropas americanas foram e serão condenadas à falência, como ocorreu no passado com as tropas francesas.

A LEI COMUM DA GUERRA

As grandes vitórias alcançadas pelo exército e a população do Vietnam do Sul, depois da segunda metade de 1965, mostram que não somente na teoria, mas também na prática, elas estão em condições de aniquilar as unidades mais aguerridas do corpo expedicionário americano, de multiplicar os ataques para esmagar as tropas americanas e colaboracionistas em todos os campos de batalha, nas condições criadas pela presença de milhares de soldados americanos e reconquistar vitórias sempre mais importantes.

Diante de derrotas militares tão graves, Washington

prepara-se para enviar novos reforços e projeta elevar para 400 mil e talvez mais, os efetivos estadunidenses no Vietnam do Sul. Poderão os nossos agressores com o reforço de algumas centenas de milhares de homens, mudar a sorte da guerra e retomar a iniciativa? Poderão o exército e a população do Vietnam do Sul continuar a enfrentar e vencer militarmente o imperialismo americano, o gulo do campo imperialista cuja força econômica e militar é a mais poderosa do mundo capitalista, da mesma forma política?

Para responder a estas perguntas, devemos ter uma justa visão do conjunto das relações de força e das condições objetivas e subjetivas que presidiram o surgimento e condicionaram a evolução da supremacia militar que a população e o exército do Vietnam do Sul conquistaram sobre os agressores americanos.

A lei comum da guerra é que a força triunfa sobre a fraqueza. Nas condições de um conflito em que elas se revelam mais fracas (mais fracas de um ponto-de-vista material e técnico, mas mais fortes do ponto-de-vista político e moral, enquanto o inimigo é mais forte material e tecnicamente, porém mais fraco moral e, politicamente, as tropas e a população do Vietnam do Sul, para poderem triunfar, devem transformar a sua fraqueza em força e criar a seu favor uma supremacia militar nos campos de batalha.

Obrigados pela natureza injusta da guerra que travam e influenciados pelas concepções militares burguesas, os imperialistas americanos só podem apoiar-se nos exercícios profissionais e nas suas armas modernas para tentar estabelecer a sua supremacia militar e esmagar a resistência das tropas e da população do Vietnam do Sul. Mas os fatores da supremacia militar não são somente determinados pelos efetivos das tropas e pela quantidade de armas, mas também pela situação na retaguarda, pela situação política interna e internacional, pela

QUEM TEM A SUPREMACIA?

As vitórias e as derrotas, a iniciativa ou a passividade no terreno de luta estão sempre ligados ao fato de que um dos dois belige-

combatividade das tropas e da população, pela condução subjetiva da guerra, etc. Esta supremacia nasce da interação do conjunto dos fatores políticos e daqueles puramente militares dos fatores objetivos e subjetivos, cada um tomado isoladamente e no conjunto.

Examinando a questão da supremacia militar no teatro de operações do Vietnam do Sul, é necessário colocar no justo quadro histórico o conflito entre o povo do Vietnam do Sul e o imperialismo americano. É necessário levar em consideração o conjunto das condições políticas e militares, assim como as condições relativas ao teatro de operações de cada uma das partes tais como: a natureza da guerra (justa ou injusta), a condução subjetiva da guerra, as forças militares diretamente empenhadas nos campos de batalha, e também a sua eficácia militar, a configuração atual do teatro de operações, a posição de ofensiva, defensiva ou passividade de cada uma das partes. Se se ignoram estas condições históricas concretas, é impossível explicar como a população e o exército do Vietnam do Sul puderam conquistar a supremacia militar sobre os imperialistas americanos e vencê-los.

O imperialismo americano é a força dirigente da imperialismo e o seu potencial econômico e militar é o maior do mundo capitalista. As tropas americanas estão equipadas com numerosas armas modernas, a sua mobilidade é grande, a sua potência de fogo é enorme, sobretudo da Aviação, da Machina e da Artilharia. Atualmente, o Pentágono generalizou o emprego de armas químicas. Com os reforços americanos, as forças americano-colaboracionistas adquiriram

VAN TIEN DUNG

Chefe do Estado-Maior do Exército do Vietnã do Norte



No braço da menina, a brincadeira americana

De braço com as crianças, Ho Chi Minh



(Continua no próximo número — «Os Aliados dos F.A.L.»)

o metropolitano

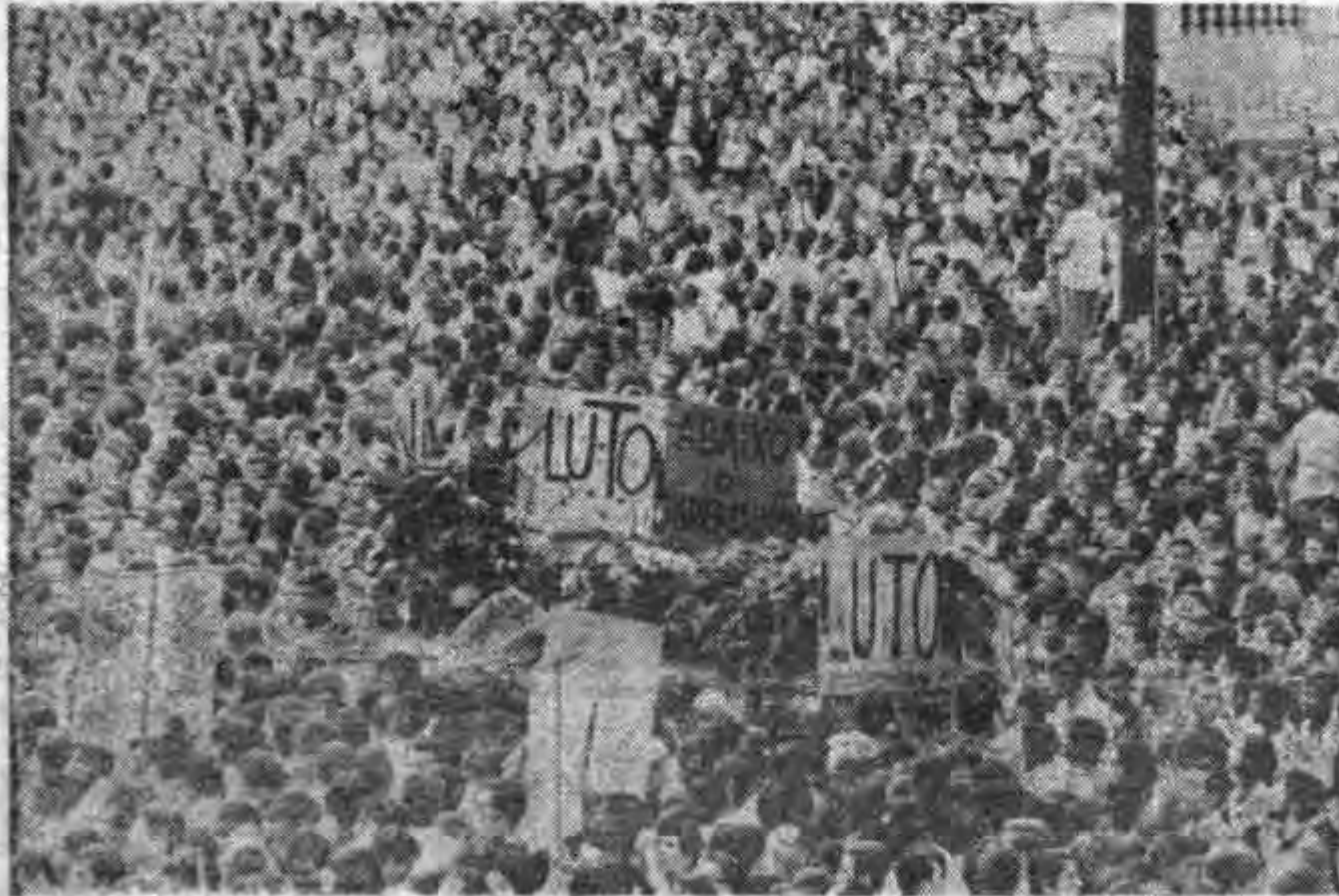
31

ÓRGÃO OFICIAL DA UME — ABRIL DE 1968 — N.º 7 — GB

Director-Responsável — JOÃO A. FERNANDES

POVO AGORA LUTA NAS RUAS

Estamos em luta



As manifestações decorrentes do assassinato do colega Edson Luís trouxeram para o povo um enorme ganho político. A ditadura Costa e Silva desmascarou-se como a do extinto Castelo Branco já o fizera, demonstrando assim que os governos anti-povo não conseguem esconder o seu carácter quando o povo vai às ruas defender seus interesses. Além disso, desta feita, participaram não só estudantes, mas também outras camadas espoliadas da população brasileira, mostrando que o povo está aprendendo que é nas ruas, através da pressão de massas organizadas, que se luta. (Págs. 5, 6, 7 e 8)

EXÉRCITO GARANTE REPRESSÃO

Organização

Uma maior e mais efetiva participação foi a resolução tirada pelos delegados presentes ao Conselho de UME sobre Organização. Discordando de uma das propostas que entendia ser principal, no momento, dar poder de decisão à massa, a maioria dos representantes de quase todas as Faculdades da GB entendeu, entre outras coisas, que poder de decisão a massa já tinha, não a utilizando por uma absoluta falta de interesse — e, conseqüentemente, participação — nas lutas estudantis. Na página 4, você encontrará artigos sobre as

A defesa dos interesses das Classes Dominantes



As gloriosas Forças Armadas brasileiras saíram às ruas no último dia 4 de abril para impedir a realização de uma missa e alguns atos públicos que a Declaração dos Direitos Humanos (o documento obsoleto da ONU), entre outras leis, garante. Saiu às ruas porque não está segura do poder que defende. Saiu às ruas porque o exército nada mais é do que um cão de fila das classes dominantes, um ferrenho defensor das instituições arcaicas, um abnegado guardião dos interesses de uma minoria privilegiada. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica desceram para o centro da cidade para dar o exemplo mais deprimen-

te dos últimos tempos: garantir um ataque selvagem de uns cavalariões "comandados com pulso forte", contra um povo indefeso.

Os "inimigos da Pátria" ficaram proibidos de realizar suas "terribles manifestações, verdadeiros embriões das revoltas populares", mas os militares cumpriram seu papel. Não precisaram os estudantes enfrentar paulada, desta vez, para fazer os que lhes cabe: denunciar a estrutura arcaica de nossa sociedade e a atuação de uma ditadura já agora deslavada e cínica. A ação das Forças Armadas, colocando inclusive seus tanques nas ruas provou isso.

A Desagregação da PM

A passeata de 1.º de abril, segunda-feira terminou exatamente às 18,40 hs. na esquina da Av. Presidente Vargas com Av. Passos. Até ali, o forte aparato policial mobilado para impedir qualquer manifestação estava estático, imóvel: por aqui está tudo normal, disse um guarda do 1.º Batalhão Motorizado da PM que montava guarda na Elnelândia, na passeata parece que está começando agora lá na Pres. Vargas. Pouco depois, um barulho, a princípio pequeno, depois enorme toma conta de toda a cidade. Os guardas ficam agitados. Um impulso animal se apodera deles libertando um dia inteiro passado na chuva, com frio, sem comer e bebendo sem parar nos bares que abriram meia porta especialmente para isso.

A PM está alvoroçada e quer ação. Nas escadarias do Teatro Municipal, um fotógrafo é espancado e tem sua máquina quebrada. Logo abaixo um outro sofre o mesmo tipo de agressão. A violência iniciada na quinta-feira, às 18,20hs. tem seu segundo ato muito mais dramático agora.

Bêbados e excitados os policiais não ouvem mais nenhum grito, a não ser o de zumbido, matafo Rebelados, espancam seu comandante, um tenente-coronel, e sob a liderança de um sargento fazem rápido uma formação de combate. Na frente, os gritadores com seus escudos azuis, na segunda fila os policiais armados de fuzis e baionetas. Depois, o resto.

Divididos em duas hordas, os PMs enfurecidos avançam para o meio da Av. Rio Branco pelos flancos do Teatro Municipal. Um grupo vai pela própria Rio Branco, o outro invade pelo Largo da Carioca e Almirante Baccaro. Brandindo seus casquetes eles avançam berçando palavras e palavrões de ódio. Dessa forma pensavam poder espantar o medo que sentiam e ganhar força para continuar numa luta que sabiam não ser a deles.

E o pau começou. Em diversos pontos do centro e em alguns bairros do Rio a ação policial ostensiva que não prende ladrões nem defende a cidade cumpriu a sua missão de mantenedora de interesses minoritários.

Os grupos armados, sem condições psicológicas e bêbados, invadiam a cidade sem um comando que os controlasse. A Polícia Militar da Guanabara, bêbada e espantada de ódio coube a tarefa de conter os agitadores e impor a ordem à cidade. E o que se viu foi um frotelo unilateral. No largo da Carioca, uma salvaçada de balas varreu os que se metiam no caminho da polícia. Em frente à ABI, apontando para uma fila de ônibus, a PM atirou para valer e ali caiu David Melita, sem vida. No Ministério da Educação, batonetas caladas investiram contra o povo, caído.

A violência policial acabou, em pouco tempo, com a confusão que provocou: res policiais e alguns estu-



A Polícia Militar apresenta inúmeros casos de desequilibrados e psicopatas.

dantes e mais excitados promoviam na cidade. A invasão posterior de tropas do exército foi uma atitude deliberada que só veio se mostrar mais claramente alguns dias depois, na quinta-feira. A única função que o exército cumpriu naquela noite de 1.º de abril foi a de controlar a incontrolável PM que passava a cometer atos de total vandalismo pela cidade.

No saldo geral da noite de violência ficou patente a desagregação e o despreparo da força policial-militar carioca. Nenhum policial saiu baleado. Um acadêmico de medicina que cumpria plantão no Hospital Militar da PM constatou alguns casos de escoriações e fraturas e, enorme quantidade de policiais com diarréias e histeria psico-motora: os PMs baleados só o foram na sua própria cabeça psicológica-

mente arrebatadas. No dia seguinte, completando o quadro, uma nota circulava pelos quartéis denunciando o próprio estado da tropa de repressão da Guanabara. No manifesto distribuído ficava claro o descontentamento geral dos guardas, sua condição de porco quando sem farda, seus baixos salários e a denúncia de uma repressão que escondevam e na qual participavam sem ter nada com o peixe.

A Violência é Necessária?

Na passeata popular de 1.º de abril ocorreu um fato que merece atenção. De repente, sem que se soubesse de onde, um grupo de mais ou menos cinquenta cabeludos saiu correndo pela Esplanada do Castelo dando gritos selvagens e jogando pedras para todos os lados. A muitas pessoas pareceu o início da passeata. Mas não foi. Tão repentinamente quando aparecera, aquela «passeata» se dissolveu.

Só dez minutos depois teve início a verdadeira passeata. Qual o significado dessas duas ocorrências num intervalo de poucos minutos?

O significado se define em aspectos contraditórios. A passeata dos cabeludos era composta de provocadores que visavam confundir os estudantes e criar uma falsa impressão do Movimento Estudantil junto ao povo. Era a passeata dos verdadeiros baderneiros, dos autênticos elementos estranhos à classe estudantil. A outra era a passeata dos autênticos estudantes, a passeata que levava para o povo as palavras de ordem da denúncia da Ditadura e do Imperialismo, a passeata cujos par-

ticipantes não se deixaram enganar pelos policiais provocadores porque estavam altamente organizados; a passeata que pode sair graças a essa organização.

Os elementos que integraram aquela passeata fantasma, são os mesmos que incendiaram um carro oficial em Botafogo, após o enterro do colega Edson, são os mesmos que propuseram a invasão da UNE ou o ataque ao Palácio Guanabara, durante o cortejo, são os mesmos que provocam a polícia quando esta apenas assiste às manifestações.

É a organização dos estudantes que permite desmoralizar todo um esquema repressivo montado, é essa organização que permite aos estudantes enganar a polícia e mesmo resistir a polícia.

Sim: resistir à polícia. Resistir a uma força violenta só com o emprego de outra força violenta em sentido contrário. Os estudantes e o povo em geral condenam a violência desnecessária, a violência indiscriminada, a agressão individual a lojas e propriedades particulares. Os estudantes e o povo não aceitam a violência que não trará

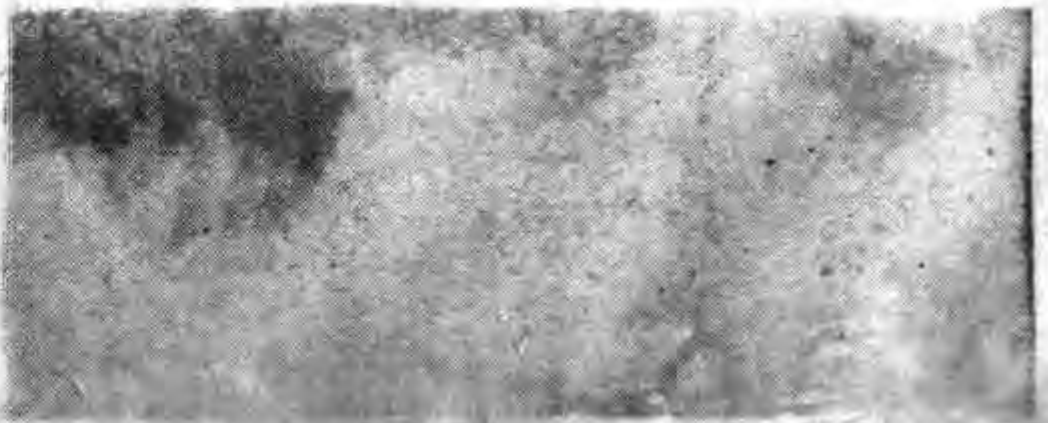
ganhos políticos e não atinge as colunas básicas que sustentam as injustiças. Mas ninguém pode condenar a violência quando ela é empregada em legítima defesa. Ninguém pode condenar a violência da massa quando esta reage a uma agressão violenta por parte do aparelho repressivo.

Há a violência dos provocadores, aquela que visa atingir indivíduos, lojas, propriedades particulares. Ela está sendo desmascarada e coibida pelos próprios estudantes. Mas há a violência

dos estudantes que viram camionetes do DOPS, quando saltam os policiais para bater e prender; a violência que joga pedras na polícia quando ela investe com bombas e casquetes (e agora sabres). Mas, é preciso lembrar que enquanto os estudantes viram carros, a repressão mata estudantes. A diferença ainda é muito grande e devemos fazer tudo que ela diminua, organizadamente, conscientemente.

O governo tem demonstrado, cabalmente, que não está

disposto a ceder aos reclamos populares, garantir o ensino livre e gratuito para todos, elevar os salários dos trabalhadores. Cada vez que uma campanha popular qualquer se mobiliza para reivindicar, a Ditadura joga contra ela a repressão, utiliza contra ela a violência. Com isso nada mais far de que ensinar ao povo essa verdade: o povo só obtém suas reivindicações quando aprender a responder às violências das classes reinantes com a violência das classes exploradas.



A violência de responder com a sua violência

política nacional / QUEM TEM MÊDO DA FRENTE AMPLA?

A Frente Ampla abarca bastante gente. Há nela os que visavam entre o povo e o imperialismo até abril de 64 — quando se decidiram pelo Uruguai. Há os que se desiludiram com o golpe e propõem a revolução, aliados aos que queriam destruir para reconstruir, quatro anos atrás.

Parece impossível que políticos com tais diferenças se unam em torno de uma posição comum. Mas isto acontece porque as objeções da Frente Ampla não significam a destruição de nosso sistema social, mas sua modificação. São objeções limitadas, bem de acordo com o que esses políticos sempre representaram.

A FA propõe a mudança da política econômica, a anulação das eleições livres e diretas. Mas, não se indaga dos motivos de termos esta política econômica, porque casaram uns e outros, porque instituíram a ditadura.

A liberdade política só não é retirada quando pas-

sa a ser uma ameaça para os reducidos mas poderosos grupos econômicos que mandam neste país. Assim foi em abril de 64, quando a política inflacionária já não atendia aos interesses desses grupos e se tornava necessária a política econômica do arcaísmo. Veio o arcaísmo e a ditadura para garantir o golpe de mão-vontade. Devam-no para garantir os lucros.

A política econômica veio para atender aos grandes interesses das minorias dominantes. E veio porque é a forma correta para manter os lucros. Falar em alterar a política econômica sem alterar a estrutura é pensar que se pode prejudicar os monopólios na sociedade em que eles não doam. É alimentar a ilusão de pequenos lavadores e algumas brechas de liberdade, sem que dê ao povo a liberdade que surge do fim da exploração.

As limitações da FA se colocam em seu programa que une muita gente, tal sua insidiosidade. Até o

Embaixador Tuthill, segundo alguns.

A propósito, uma peculiaridade do anti-imperialismo da FA. Este anti-imperialismo não passa de uma mistificação que coloca um bom capital estrangeiro e um mau capital estrangeiro, além de desconhecer a evidência da integração entre capitais estrangeiros e nacionais.

Qualquer capital investido aqui não vem nunca para nos ajudar, mas para atender mais lucros para fora. Esta separação entre bom e mau capital só nos leva a crer que a FA representa o bom capital, isto é, que ela já nasceu comprometida com o próprio imperialismo.

A FA se perde assim num nacionalismo cego, em vez de lutar por liberdades políticas e na ambição de poder de outros, procurando lutar a revolta popular, orientando-a para soluções que mantêm a mesma situação, trocando de formas de nomes e de verbos.

Cada vez mais se faz necessária neste país, a

criação de uma frente anti-imperialista radical que se proponha a transformações estruturais, que altere o atual poder político e elimine os monopólios.

A FA não se coloca assim como alternativa para nós. Precisamos não de uma reedição das antigas alianças liberais, mas de uma frente radical que não desdote suas forças em pressões à ditadura, mas que a destrua. Esta frente radical será ampla bastante para conter a grande maioria do povo brasileiro, mas não tão ampla que possibilite a entrada dos inimigos, que hoje nos sorriem para amanhã nos eliminar, com a mesma tranquilidade com que agora se colocam contra Costa e Silva e gritam contra o imperialismo, de um lado, e de outro, pisam o chão para o mesmo imperialismo.

Porque foi cassada

É inegável que o governo instituído pelo golpe de abril, passado um primeiro instante de euforia, perdeu toda e qualquer populari-

dade, devido à sua política econômica de arcaísmo que afetou também a classe média, às suas medidas repressivas, aos institucionais, lei de imprensa, etc. Com as medidas tomadas pelos órgãos armados durante os acontecimentos da semana passada, a impopularidade da ditadura tornou-se clara. No entanto, o povo não está ainda suficientemente organizado para trazer maiores problemas ao regime. Muito menos o partido dito de oposição, MDB, preocupa. Assim, o único movimento capaz de criar problemas para a ditadura seria a FA, pois capitalizaria os anseios da classe média de mudanças conjunturais no governo.

Sentindo isto como uma ameaça, a ditadura tapou a FA. No entanto, não eliminou o seu antagonismo com o povo, que irá destruí-la e a seus mantenedores, independente de movimentos originários de rugas na própria classe dominante, como o era a Frente Ampla.

política internacional / TEMPO QUENTE NA PRIMAVERA DOS EUA

Violentos conflitos voltam a combater o panorama interno dos EUA. A cada ano, o problema da segregação racial cresce em gravidade. Esperava-se para este verão uma série de grandes perturbações. Porém, este ano, a crise chegou mais cedo do que se supunha. O assassinato do líder negro Martin Luther King, fez abalar as manifestações de revolta dos negros norte-americanos. Desta vez, os tumultos afetaram os principais centros urbanos: Washington, Nova York, Detroit, Chicago, Pittsburgh. Os incidentes destruíram e mortes atingiram dimensões nacionais e chocaram mesmo a perturbar a estabilidade interna do governo federal. Temendo por sua segurança, a Casa Branca interveio de forma decisiva: Envia Nacional, militares, pára-quedistas. O governo sente que a medida em que a rebelião se expande, ela muda a sua qualidade. Os conflitos localizados se transformam em revolta generalizada, e sentimento anti-branco se transforma em sentimento anti-sociedade.

A realidade que gerou os primeiros conflitos continua a mesma: desemprego acentuado entre os negros (46% em Chicago), nível de renda baixíssimo, índices de mortalidade infantil três vezes maior do que entre os brancos, condições de vida humilhantes. Na realidade, a inexistência de mobilidade vertical para os negros na escola, na indústria e no comércio sempre se ditou a realidade, uma maneira de tal ordem teri-

necessariamente, de provocar perturbações sociais violentas. Os negros exigem da Grande Democracia Igualdade de oportunidades, a fim de conseguir uma vida digna, exigem condições para a melhor qualificação de sua mão-de-obra, exigem sua absorção pelo mercado de trabalho. É isso o motor da luta racial: a sua essência tem pouco a haver com a raça. É social e econômico.

Em contraposição à violência da injustiça social, os negros lutam, de forma igualmente violenta, destruir as barreiras que impedem a sua integração. A sua força destrutiva se dirige, num primeiro momento, contra toda propriedade a que eles não têm acesso. É difícil para um movimento ainda desorganizado, sinalizar as verdadeiras forças que impedem a integração. As conquistas legais obtidas em 1964 e 1966 trouxeram alguma esperança para a massa de negros. Luther King teve um importante papel nesta fase da luta. No entanto, a Lei dos Direitos Cíveis se demonstrou, na prática, insatisfatória. King foi perdendo terreno para os líderes que negavam validade às manifestações pacíficas, iam a solução violenta. O slogan se difundiu: «Burn, baby, burn!». De fato, a morte violenta de Luther King vem invalidar em boa parte as leis por ele defendidas. Os jovens negros tendem a aceitar as posições mais radicais do Poder Negro, da CORE, da SNCC, «Nos dias de hoje de Watts, o ano passado, dos 1.000 presos, 38%



tinham menos de 18 anos. O Los Angeles Times registra: «Um esolar escreve que a quebra de janelas e outros objetos em, realmente, um apelo encorajador e o som de vidro quebrando parecia o câmbio dos objetos. O seu objetivo era a destruição dos aspectos físicos da sociedade que os aprisiona dentro dos guetos; eles estavam destruindo não só aquilo que não era deles, mas aquilo que representava tantos milhões quanto sofrimento».

No lado do lado não radical e são defendidas, se

desvios aparecem com frequência. Soluções as mais estranhas são apresentadas: criação de um Estado negro no interior dos EUA, viagem coletiva dos negros para a África, etc. Aos poucos, porém, o movimento vai adquirindo certa consequência, e os desvios são sendo corrigidos. Stokely Carmichael, líder que sempre se aproximou de posições radicais, do ponto de vista negro, mostra corrigir: «... quando clamamos pela união dos negros em questões de política, se nos referimos à verdadeira po-

lítica pertence aos brancos ao não reconhecerem a responsabilidade de serem governo e não conseguirem fazer funcionar o processo democrático».

Quando mais se agrava a situação, mais se generaliza o problema, afetando todos os setores pobres dos EUA, e fazendo aflorar as contradições da sociedade norte-americana. A luta por melhores condições de vida para os negros é a luta contra as condições sociais existentes na própria democracia americana.

Ciências Médicas Ganha a Luta Pelos Vestiários

Os alunos da Faculdade de Ciências Médicas, adotando novas formas de luta, obtiveram nos últimos dias, o atendimento de uma antiga reivindicação da escola, a construção de novos vestiários, onde os alunos pudessem trocar suas roupas pelo jaleco branco, de uso obrigatório nas dependências da Faculdade.

Em vez de proceder como nos anos anteriores, quando entrava em greves que terminavam por desmobilizá-la, a FCM utilizou-se da pressão constante sobre a direção da escola, através da mobilização de seus alunos em assembleias e concentrações.

HISTÓRICO

Não é de hoje a luta por novos vestiários. Desde que a Ciências Médicas mudou-se para o Hospital Pedro Ernesto, em 1965, que os alunos reivindicam dependências razoáveis para trocarem sua roupa comum pelo jaleco branco. Os vestiários até agora utilizados ficavam em casas extremamente velhas, sendo muito apertados e cheios de goteiras, o que mo-

tivava alagamentos e umidade.

No ano seguinte à mudança para o Hospital de Clínicas Pedro Ernesto, deu-se a primeira movimentação dos alunos por novos vestiários, pois havia se tornado patente que a direção da FCM não iria resolver nada sem estar sob a pressão estudantil. Decretou-se uma greve que durou 15 dias, mas que, desmobilizando a escola, retirou a força do movimento.

1967 assistiu a duas greves pelas mesmas razões. A primeira durou 10 dias e a segunda quase um mês, o que forçou as autoridades a iniciarem a construção dos novos vestiários.

Entretanto, as obras não foram concluídas no prazo previsto. Em dezembro de 67, a reitoria da UEG rescindiu o contrato com a firma construtora, por julgá-la de idoneidade duvidosa. Os alunos sentiram que em 1968 ainda não teriam os vestiários, e não ser que exercessem uma enorme pressão sobre as autoridades.

A LUTA NESTE ANO

A direção da escola entrou com toda a cor-

da em 1968. Fechou o antigo vestiário feminino, sem ter o novo concluído, e mesmo assim continuou a exigir das alunas o uso da roupa branca no interior da Faculdade. Essas, sob a coordenação do Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming (CASAF), montaram uma barraca em frente à escola, onde vestiam seus jalecos. Além disso, em assembleia geral, a Faculdade decidiu levar mais uma vez a luta pela conclusão dos vestiários. Se que, desta vez, a greve não seria logo utilizada, visto que necessitava-se que todos os alunos da FCM ganhassem consciência do problema. A greve naquele momento, compreendeu a assembleia geral, não traria avanços para o movimento, não significaria uma atitude consciente e decidida dos alunos, e acarretaria sua desmobilização.

«Esta vez, vamos utilizar a tática de guerrilhas» — definiu um orador.

No dia seguinte, ninguém usou os vestiários velhos. Trocou-se de roupa num anfiteatro. No outro dia, numa sa-

la diferente. Mais uma assembleia geral, para a qual a diretoria da escola negou permissão, mas que os alunos, em número de 400, realizaram assim mesmo, invadindo a biblioteca.

A guerrilha continuou dia após dia e culminou com a transformação do gabinete do diretor em vestiário masculino. Este suspendeu as aulas por uma semana e nomeou uma comissão de inquérito para punir os responsáveis pelas «agitações estudantis».

No dia seguinte, atendendo à decisão dos CASAF de desconhecer a suspensão das aulas, os alunos da FCM maciçamente realizaram aulas simbólicas em frente à escola e decidiram que não aceitariam a punição de qualquer aluno da Faculdade.

RESULTADOS

Os alunos já voltaram às aulas oficiais e, após três anos de luta, têm novos vestiários, cujas obras foram rapidamente concluídas apesar de só reiniciadas há vinte dias. A vitória obtida não foi até agora total. A ameaça de punição a alguns líderes do movimento ainda existe e en-

quanto ela não for afastada, não se poderá dizer que a luta foi plenamente vitoriosa.

A FCM, aprendendo a utilizar novas formas de combate, através de sua própria experiência, está disposta a travar no momento a luta por mais verbas governamentais para atender à sua necessidade de aparelhamento e laboratórios. Não será um movimento fácil e a Ciências Médicas tem consciência disso. Assim, já esboçam uma nova forma de organização dos estudantes dentro de cada turma, onde os colegas, reunidos em «frentes de turmas», discutirão as melhores formas de encaminhar o movimento por mais verbas. A organização dos alunos em torno de suas reivindicações representa um enorme avanço para a FCM e para o próprio movimento estudantil e renderá, inevitavelmente, seus frutos, fazendo com que nós, estudantes, possamos estar mais conscientes e mais fortes para lutar por nossos interesses e para contrariar a política internacional do imperialismo.

ECONOMIA

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, encaminhando, no final do ano passado à Congregação um extenso estudo onde mostra as reais possibilidades da criação de um Curso de Economia à noite. A própria Congregação, estudando o assunto e aprovou. E como sempre acontece, encaminhou aos canais competentes. No caminho destes canais, a reivindicação já chegou ao diretor do Ensino Superior. E aí vai parar porque não se pode ir mais longe, neste terreno. Todo o problema gira em torno de verbas.

Os alunos, no entanto, começaram a movimentar a Faculdade. Eles sabem que só com a manutenção dos carros da Reitoria são gastos NCr\$ 100.000,00 por ano. Eles sabem que o elevador da Faculdade, que sobe 7 metros, custa NCr\$ 35.000,00. E por isso vão lutar pela criação efetiva do Curso de Economia à noite. Eles sabem, também, que só organizados e unidos, presençando, é que podem conseguir a vitória. E na participação efetiva que o Curso de Economia à noite será conse-

EXCEDENTES

Os excedentes da Faculdade de São Paulo invadiram, dia 22 de março, o pátio da Faculdade. Entraram e ficaram dizendo que só sairiam para as salas de aula como alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade. Alguns professores se sentiram indignados com a atitude dos excedentes, mas a verdade é que pouco dias depois uma verba de 1 bilhão de cruzeiros antigos foi posta à disposição da Faculdade para que matriculassem os alunos que tinham sido aprovados e que não lograram classificação no reduzido quadro de vagas.

Enquanto isso, no Rio, os excedentes da «Turma Costa e Silva» comemoraram o primeiro aniversário da sua luta ingloria, burocrática. Com corbelta de flores para D. Iolanda, nada conseguiram, nem nada conseguiram, se não se dispuserem a uma luta mais séria, mais profunda e mais organizada, que pressione e exija, de fato, uma solução real para o seu grave problema.

RURAL

A taxa de anuidades foi instituída este ano na Universidade Rural. Inicialmente são cobrados NCr\$ 35,00, taxa superior à cobrada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas que ainda não atende aos interesses do governo. Além disso, alguns alojamentos da Universidade foram cedidos a uma fundação particular que não instalou uma escola primária paga. Com isso, cerca de 150 colegas da Rural, que moravam na Universidade, estão em situação precaríssima.

A Universidade Rural, entretanto, não pretende assistir impassível à aplicação da política educacional do governo, que tantos prejuízos lhe traz. O Diretório Central dos Estudantes e os demais D.A.s daquela Universidade já estão encaminhando o estudo das diversas formas de luta que irão demonstrar a nossa determinação em não ver a Reforma Universitária do Governo aplicada, em não sentir na carne seus efeitos e em não permitir que o ensino gratuito se transforme em ensino pago.

ENFERMAGEM

A Escola de Enfermagem da UEG mudou de prédio. Foi deslocada para dar lugar a um prédio da Faculdade de Filosofia que está sendo desmontada por falta de verba para pagar o aluguel das salas de aulas onde funcionava. No entanto, a Escola que funcionava na Rua do Bispo em condições materiais razoáveis, ainda não teve construídas as suas instalações definitivas no Esquadrão do Maracanã, cujas obras não foram sequer iniciadas. Enquanto isto, a Escola está, provavelmente, ajudada em salas nas dependências do Hospital Pedro Ernesto, sem quaisquer condições de funcionamento, sendo que algumas salas do curso têm aulas em salas improvisadas. Em virtude também desta situação, o vestibular para a escola ainda não foi realizado. Os alunos da Enfermagem da UEG estão movimentando para resolver o seu problema (têm o movimento voltar para o seu prédio ou obter instalações em greve em outro local. Por seu lado, os alunos da Filosofia também não estão satisfeitos com sua mudança e consequente desmembramento. Eles sabem que essa é uma manobra do governo para enfraquecê-los. E é nesse contexto que, no contrário de que tentamos as autoridades da Universidade UEG se fortalecerem para lutar organizadas por seus direitos.

Um fato, entretanto, deve ser registrado: é a convicção do Diretório Central dos Estudantes da UEG com a mudança promovida pela Direção da Escola e pela Reitoria da Universidade, pois não se pronunciou em defesa dos interesses dos alunos que representa. O DCE da UEG mostra, pela sua apatia, pela sua docilidade, seus ceduleiros interesses. Cabe aos estudantes da Universidade da Guanabara pressioná-lo para lutar por suas reivindicações e desmascará-lo, mostrando sua face real e todos.

ME ORGANIZAÇÃO

Dado prosseguimento ao planejamento das atividades do movimento estudantil para este ano, a UME convocou seu Conselho, composto de dois representantes de cada Diretório Acadêmico da Guanabara, para elaborar as novas formas de organização dos estudantes. Depois de reformularmos a orientação que era dada às nossas lutas, visando a ampliar a parcela dos estudantes que delas participam, partimos agora para uma disposição nova das bases do ME. O objetivo fundamental dessa nova disposição é o de dar maior participação às bases, eliminando o atual desligamento entre as lideranças e a maioria dos estudantes.

Ac se buscar uma definição de qual seria a finalidade principal da organização de massas, surgiu uma posição discordante que entendia ser função dessa organização dar poder de decisão à massa; a partir daí, não eram estabele-

cidos critérios a respeito do caráter da participação que seria dada à massa. Propunha-se, então, que a organização se formasse também em torno de grupos de estudo das matérias curriculares. A posição que, ao final, predominou, foi outra. Ficou estabelecido que o objetivo principal da organização é dar participação, entendendo-se como participação a integração da massa na prática e na discussão das lutas do ME, independentemente de qual seja a sua posição política. A organização, visa à ação dos estudantes no sentido de lutar concretamente por suas reivindicações.

A organização em frentes de turma deverá se constituir em torno de cada luta específica das turmas, em torno de cada luta geral do ME. Por outro lado, é válida a estruturação de grupos de estudo que complementem o ensino deficiente das Faculdades; os grupos de estudo, no entanto, têm

um caráter diferente das frentes de turma, já que estas visarão exclusivamente a participação dos estudantes que querem atuar sobre a realidade.

As frentes de turma terão uma estrutura própria e independente dos D.As. Serão eleitos representantes de cada frente formando, assim, o Conselho das Frentes. Deverá existir uma vinculação com os Diretores, embora a autonomia seja total. Quando houver divergências entre os dois organismos, a Assembléia Geral deverá decidir pelo conjunto dos estudantes da Faculdade.

A UME distribuirá uma orientação geral sobre as formas práticas de se encaminhar a nova forma de organização dos estudantes, que deverá ser discutida e aprofundada, pois compreendemos que só com a participação efetiva de grande parte dos colegas conseguiremos alcançar as nossas reivindicações particulares e gerais.

ME PLANO DE LUTAS

Com a presença de representantes das diversas faculdades da GB realizou-se em janeiro um Conselho da União Metropolitana dos Estudantes com o objetivo de planejar as lutas do ME em 1968. Procuramos obter uma coordenação e planificação das lutas, superando nosso costumeiro imediatismo de lutar a cada fato que aparece sem uma visão de conjunto das lutas a serem travadas.

Os Conselhos e discussões do ME não devem e não podem ficar no nível de alguns representantes. Todos os estudantes têm o dever de se inteirar das discussões e de controlar passo a passo o trabalho de suas entidades. Têm o dever de discutir e trazer as linhas de atuação dos estudantes.

AS LUTAS DO ME
Os estudantes a todo momento estão empenhados em uma série de lutas. Lutam por reivindicações que variam desde a obtenção de um microfone em uma sala de aula até a obtenção de uma universidade gra-

tuita. Estas reivindicações, podendo ou não ser atendidas pelo poder instituído, levam o estudante a ter uma visão mais global. Possibilitam que nós vejamos as deficiências do sistema que engendra uma Universidade falida; e nos coloca em luta contra um governo que representa os grandes grupos econômicos, de lado de todos os prejudicados pelo atual poder, que sofrem com a política econômica e com a regressão à liberdade de organização.

Com este tipo de visão, encontramos na mediação justa entre o entendimento da Universidade como comunidade e sua vinculação ao corpo social e uma ligação entre luta política e luta reivindicatória. A cada momento nossos esforços podem concentrar-se em uma ou outra, sem que se esqueça nunca que a direção do ME é a luta anti-imperialista.

ANUIDADES, ASPECTO DE UM TODO

A partir da compreensão

que o ME tem de que suas reivindicações, como Hospital de Clínicas para a Fac. de Medicina da UFRJ ou criação de um curso de economia à noite na Fac. de Economia e Administração da UFRJ e tantas outras, não são atendidas devido a um tipo de política educacional, torna-se claro que o nosso papel é empurrar o desenvolvimento dessa política. Como fazê-lo?

Desde 1964 até hoje o ME centralizou a sua tática na luta contra as anuidades. Isto porque considera anuidades a pedra de toque da política de elitização da Universidade. Isto é, aquela parte do todo que melhor explicita este todo. Entretanto, o sucesso que obtivemos nessa luta — manter a taxa a NCr\$ 28,00 durante 4 anos — desgastou a própria luta. Isto se deu porque nunca nos organizamos o suficiente, nunca conseguimos travar uma luta de conjunto. O resultado é que hoje os estudantes não sentem mais a necessidade de boicotar e pagamento

ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA

As manifestações realizadas pelos estudantes, as quais se aliou o povo em geral, vieram comprovar a análise que fazemos do atual regime.

A ditadura militar explicitou-se para todos os estudantes, e não só para eles, ao reprimir brutalmente aquilo que chamamos uma luta reivindicatória. Deixou claro que seus interesses não são absolutamente os nossos e com eles se chocam constantemente.

Isto torna ainda mais justa a resolução da UME sobre organização dos estudantes. Porque? Porque o sucesso que obtivemos nas passeatas, comícios que fizemos se deveu, sim, ao comparecimento em massa dos estudantes e sua disposição de luta, mas também, e a nossa vez o mais importante, à organização que procuramos manter desde a preparação da passeata, por exemplo, até a ordem de dispersar. Este início de organização demonstrado pelo ME no seu choque direto com as forças repressivas da ditadura, terá que ser agora convertido em organização para a luta por nossas reivindicações. O exemplo das Ciências Médicas que se organizou e conseguiu os novos vestíveis também é fecundo para nós todos. Assim, devemos partir para construir solidamente a união do Movimento Estudantil: união por sala de aula, por faculdade, por universidade, por estado, nacionalmente. Pois só organizados conseguiremos obter nossos restaurantes, nossos hospitais, mais vagas, mais verbas, e queda das anuidades.

Por outro lado, não devemos esquecer o outro importante papel que tem o ME que é de denúncia política da ditadura e do imperialismo. Este tipo de pressão se torna possível devido principalmente a dois fatores: pela origem de classe dos estudantes-classe média que nos faz ter interesses opostos àqueles que arrocham os salários, promulgam leis como a de imprensa, atos institucionais, entregam nossas riquezas ao estrangeiro, etc; pela facilidade de reunião que têm os estudantes, possibilitando a discussão e a organização. Sendo pois esta denúncia possível e justa devemos levá-la à população, compreendendo que esta ação traz dois benefícios: um, o da denúncia em si, que torna a ditadura cada vez mais impopular; outro, a ajuda que a força de pressão traz às nossas lutas reivindicatórias. Isto se comprova quando a UME (entidade proscrita nominalmente pelo golpe) e o DCE da UFRJ são convidados para uma conversa com o governador da GB, quando a UME (a mesma entidade nominalmente proscrita pelo golpe), o DCE e os DAs das faculdades da UFRJ são convidados pelo reitor da universidade para um diálogo onde ele quer ouvir todas as nossas reivindicações.

Por tudo isto, no momento atual, devemos concentrar nossas forças na construção de uma sólida organização voltada para nossas lutas, parte da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o imperialismo.

de NCr\$ 28,00, luta que é eminentemente política e, como tal, exige uma compreensão política aprofundada da política educacional do governo, que não tomamos capazes de adquirir no processo de lutas travadas de 4 anos para cá.

VERBAS, ASPECTO DO MESMO TODO

Torna-se, então, impraticável este ano o boicote às anuidades. Mas, isto não quer dizer que no fim das contas o governo saiu vitorioso e poderá agora desenvolver a sua política educacional. Não! Existe, não é preciso inventar, um outro aspecto desta política que toca a todos os estudantes: o corte nas verbas federais para o ensino universitário. Cada um de nós sente isso ao ver nossas reivindicações não serem atendidas e a justificativa ser sempre a falta de verbas.

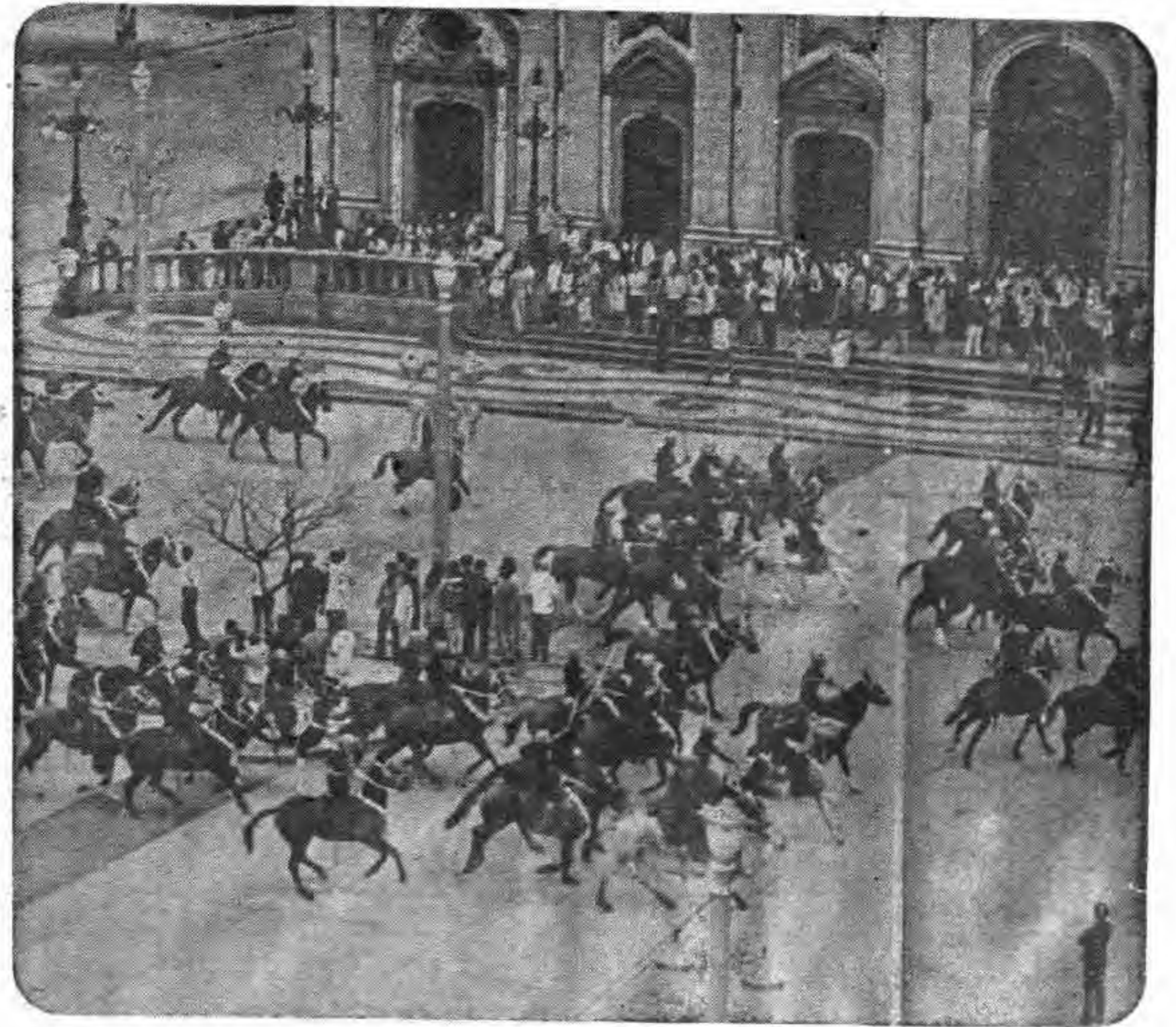
Por tudo isto, a UME no seu IV Conselho de 1968, como tal, exige uma compreensão política aprofundada da política educacional do governo, que não tomamos capazes de adquirir no processo de lutas travadas de 4 anos para cá.

A luta por verbas será travada por todas as faculdades, pois cada uma tem seu problema particular, e sob nova forma de organização (vide resolução do 2º conselho). Quanto a anuidades deverá ser realizado um intenso processo de discussão que possibilitará ao ME, ao lado do engajamento dos estudantes na luta por verbas, tomar consciência de quanto é nociva aos interesses do povo brasileiro a política educacional do governo e o colocará numa luta frontal contra esta política.

ESTE ANO: MAIS VERBAS - MAIS VAGAS

Na próxima: SEM ANUIDADES

MÁSCARA DA DITADURA CAIU NA SEMANA DE VIOLÊNCIAS



Naquela manhã de quinta-feira, 28 de março, começava, efetivamente, a luta pela melhoria dos restaurantes estudantis e contra o aumento abusivo que se queria impor para cada refeição. Lutava-se, nesse caso específico, por uma diferença de NCr\$ 0,80 diariamente. Lutava-se por uma comida mais digna e perguntava-se, insistentemente, porque o governo gasta mais dinheiro com a alimentação da cavalaria do Exército do que com toda a rede de restaurantes estudantis?

7 horas e vinte minutos depois, começava uma semana de violências desencadeadas pelo aparelho repressivo do Estado opressor. Começava uma semana em que os estudantes unidos ao resto da população mostravam que o povo brasileiro não aceita morrer impune.



As 18 horas e 20 minutos, após mais uma das manifestações que a FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço) costuma realizar pela melhoria e conclusão das obras de seu trágico restaurante morreu um estudante. Até hoje, quase um ano depois daquela reunião do FMI, quando a Guanabara escondeu seus mendigos, prendeu suas prostitutas e derrubou o antigo restaurante do Calabouço, para que os donos do poder econômico não tivessem o sono perturbado pelas visões trágicas de um pedaço pequeno da miséria brasileira, o restaurante não foi concluído. Há quase um ano que os estudantes mais pobres, aqueles que enfrentam mais dificuldades para continuar nos estudos e mesmo viver, lutam por uma comida digna em um local digno. Há quase um ano

que eles não podem muita coisa, só não querem comer pedras com as narinas entupidas pelo fedor que vêm dos banheiros sem condições sanitárias, ou tendo como farinha a poeira que se levanta do chão de terra do galpão imundo do Restaurante Central dos Estudantes.

Naquela tarde de quinta-feira, 28 de março, os comensais do Calabouço não faziam outra coisa senão protestar publicamente, mais uma vez, contra esse nojento estado de coisas. Pouco depois chegou um choque da Polícia Militar. Eram vinte e cinco homens mal preparados psicologicamente. Homens preparados para bater, unicamente. Homens que não passariam em nenhum exame psicotécnico, como não passaram num deles realizados no ano passado, quando o resultado, surpreendente, indicava que «mais da metade dos homens que integram a Polícia Militar do Estado da Guanabara, não possui condições psicotécnicas para exercer

ESTOPIM

funções as mais elementares.

Com a chegada desses policiais, os comensais do Calabouço, sabidamente combativos, já que sentem na própria pele as injustiças sociais, resolveram revidar. Com pedras e paus avançaram resolutos contra aqueles que encarnavam naquela momento, a manutenção das injustiças que presenciavam e que sentiam. Após uma primeira refrega, os guardas viram que não poderiam conter sómente com seus enormes casquetes a massa que exigia liberdade de manifestação (é interessante dar uma lida na Declaração dos Direitos Humanos, da ONU). Recebendo ordens do General Niemayer, superintendente da Polícia Executiva, o tenente Raposo, que comandava o choque, foi obrigado a avançar. E avançou furiosamente, de armas na mão. Nesse momento, «tombou morto um jovem estudante brasileiro, nosso filho — não um porco. Edson Luiz, varado pela bala

assassina que o matou, não teve tempo de ter tempo. O tempo de sua vida, no qual tinha direito e do qual foi miseravelmente roubado, ergue-se de súbito diante da Nação como uma imensa catedral sagrada, sob cujas abóbadas milhões de vozes deflagram sua revolta. O tempo de Edson Luiz, dilacerado e destruído pela bala homicida que o cortou, tornou-se de repente tempo histórico, tempo brasileiro, tempo de cólera e de consciência — tempo de gritar: BASTA! Há instantes privilegiados em que um destino pessoal se dissolve no movimento da história. Nesses instantes, a formidável alquimia da história faz refulgir, com luz imperecível, o destino no qual toca. Edson Luiz, assassinado pela Polícia, explodiu como um paiol de tempo histórico, cujos clarões varreram de ponta a ponta a noite reacionária que o Poder Militar fez desabar sobre o País» (Hélio Pellegrino, «Correio da Manhã», 7-4-1968).

Houve um segundo de perplexidade logo cortado pelos gritos odiosos da EM que tentava pegar o corpo e dar sumiço nele. Os estudantes do Calabouço não permitiram. Com o rapaz nos braços correram para a Santa Casa, algumas esquinhas acima. Novas escaramuças se desenvolveram pelo caminho. A polícia queria a todo custo pegar Edson. Os estudantes não permitiam. Até a entrada da Assembleia Legislativa a situação se repetiu. O secretário Márcio Alves fazia uma exposição qualquer, numa das salas da Câmara dos Deputados quando um deputado invadiu o recinto: «os estudantes estão trazendo um companheiro morto pela polícia».

Quando os deputados desceram o corpo de Edson Luiz, paraense de 17 anos, pobre e humilde estava estendido numa mesa num canto do saguão. Pelo chão e pelas paredes o seu sangue ressequido era a prova final do ato assassino.

ENTÉRRO

Na manhã de sexta-feira, 29 de março, o Rio amanheceu claro e com sol. A Cinelândia continuava interditada pelo acúmulo de gente nas escadarias da Assembleia Legislativa.

Por volta de 15 horas a massa humana colocada em torno da Assembleia Legislativa do Estado era superior a 20 mil pessoas. Presenciava-se a maior manifestação popular desde 1964, quando toda e qualquer forma de manifestação foi cortada.

Na manhã de sexta-feira, 29 de março, o Rio amanheceu claro e com sol. A Cinelândia continuava interditada pelo acúmulo de gente nas escadarias da Assembleia Legislativa.

Logo adiante, nas esquinas de Paisandu e Prata de Flamengo, a passeata quase se divide insuflada por provocadores da polícia. Aquêles que propunham o desvio no caminho sabiam que um violento aparato policial-militar estava montado, esperando.

Em frente a antiga UNE foi queimada uma bandeira americana. O jornal «O Globo» noticiou que havia sido queimada uma bandeira nacional. Fato significativo.

Logo adiante, nas esquinas de Paisandu e Prata de Flamengo, a passeata quase se divide insuflada por provocadores da polícia. Aquêles que propunham o desvio no caminho sabiam que um violento aparato policial-militar estava montado, esperando.

A ida para o Palácio não se realizou segundo o cortejo normalmente até o seu final.

Logo adiante, nas esquinas de Paisandu e Prata de Flamengo, a passeata quase se divide insuflada por provocadores da polícia. Aquêles que propunham o desvio no caminho sabiam que um violento aparato policial-militar estava montado, esperando.

PASSEATA E MISSA



A PASSEATA

Sábado e domingo foram dias de certa normalidade. Na última reunião da comissão popular uma passeata ficou decidida. O objetivo seria ampliar o movimento de denúncia, afirmar o tribunal popular, em princípio marcado para o dia 21, dia de Tiradentes e marcar o repúdio ao aniversário do golpe. Uma manifestação pacífica. Não que se fosse contra a violência organizada. Da violência com o objetivo, da violência com o fim de resistir e defender os próprios interesses do povo, afirma uma posição política.

Na manhã de segunda-feira, 16 de abril, já se sabia que aquilo não seria um primeiro de abril de brincadeira. As faculdades amanheceram fechadas e com a polícia rondando por perto. O esquema organizativo da passeata foi montado, mas ninguém sabia se ela ia sair ou não. A infiltração policial era patente e o prenúncio de algo mais grave pairava no ar.

O esquema da passeata necessitava de uma compreensão razoável, dos que dela iam participar, dos seus objetivos e da sua validade. Nesse sentido, cada grupo formado discutiu entre si os diversos aspectos do problema. Pela primeira vez, também, grupos realmente organizados de autodefesa foram montados. A eles cabiam defender a passeata contra as incursões de pequenos contingentes de PM.

A verdade é que a passeata de segunda-feira marcou um avanço no nível organizativo das ações de rua. A exatidão quase cronométrica com que as ordens foram cumpridas, a perfeição com que cada um desempenhou suas tarefas foram fator preponderante para que a manifestação se estendesse por mais de quarenta minutos, percorrendo as principais ruas da cidade, desde a manhã, entupidas de tropas da EM carioca.

Mas, novamente os provocadores atacaram os pacíficos. Após a marcha de dispersão tinham

ter junto à massa para, de fato, dispersá-la. Animos exaltados, a tarefa de organizar e conter uma massa de mais de três mil pessoas se torna difícil. E o que se viu foi um quebra-quebra dirigido pelos provocadores e executado por estudantes com menor visão política. Na terça-feira, o JORNAL DO BRASIL, publicado em primeira página, a foto de um popular amassando a espota de um carro. Não chamou atenção, no entanto, para a parte inferior da fotografia que mostra um garoto de não mais de 11 anos atirando pedras. Essa imagem acaba com qualquer dúvida sobre a qualidade dos distúrbios do centro. O resto, tiros, mortes, ferimentos e prisões acintosas ficou por conta da polícia sangüinária, bêbada, e irresponsável.

No fim da noite, quando tudo já estava mais ou menos calmo, o exército resolveu intervir. Numa sarrojada manobra de guerra tomou conta da cidade e conseguiu mandar a PM de volta para os quartéis. Consumou-se o que se pretendia: criar um clima propício para uma medida de força de maior envergadura. E o exército, ajudado eficientemente pela Marinha e pela Aeronáutica permaneceu nas ruas, por mais dois dias.

A MISSA

A quinta-feira, 4 de abril, acordou sobressaltada. O clima criado pela ocupação da cidade por tropas das três armas erasmo em tensão. Em nota oficial, o Comando do I Exército, afirmou que os que pretendessem realizar alguma manifestação naquele dia seriam considerados «inimigos da Pátria». Tanques foram desenhados para as ruas para garantir a ordem. Que ordem? A ordem instituída que, como faz questão de frisar o Ministro Gama e Silva, vemna do poder revolucionário de abril.

As ruas da Candelária foram tomadas de abaixo dos ramos dos edifícios e sob um clima de extrema tensão. O Brasil, após mais quarenta dias de luta, não se encontra

litico, o Rio, serem impedidas as missas que se pretendiam rezar, no sétimo dia da morte do estudante Edson Luiz. Um fedor de golpe e de medidas de exceção tornavam o ar da cidade viciado. Talvez, por isso, para limpar o ar, é que tantas bombas de gás teriam sido jogadas.

Para a missa das 18 horas foi dificultado ao máximo o ingresso na Igreja da Candelária. Os cavalariões da PM, resguardados pelo aparato militar das Forças Armadas, realizaram diversas incursões com seus saibres contra o povo que tentava entrar na Igreja. As manifestações que estavam programadas para o dia tiveram de ser suspensas para que não se fizesse o Jogo do Intermédio dos que detêm o poder. Somente uma manifestação na Praça Nossa Senhora da Paz foi realizada.

Para justificar o aparato bélico montado diversas e indolentes prisões foram levadas a efeito. Prendeu-se na rua, nos bares e dentro dos cinemas. Prendeu-se indiscriminadamente. Ao todo 680 pessoas passaram pelos vixames de espionagem sem sentido e de uma noite nas celas ojentas dos presídios, onde a Polícia misturou moças e marginais, rapazes e toxicômanos. O policiamento ostensivo nunca defendeu a cidade, mas é possível em ação para impedir manifestações do povo; o exército se torna coiteiro e cúmplice desses atos; as autoridades apóiam o massacre. Uma semana de violência. Mas, não só de violência se esparram. Uma semana em que o povo mostrou, ainda que embrionariamente, que está disposto a lutar pelo que considera justo, por seus direitos. Uma semana que não deve parar nela mesma. Uma semana que deve ser a de todos os dias, de todos os horas. Na qual a ditadura que ali está fica mais clara. Na qual se apontam os caminhos para sua efetiva derrocada. Na qual cada um garanta mais e mais consciência. E onde quem quiser dizer que vivamos numa democracia, terá de pensar pelo menos 2 vezes para isso.

O 1º de abril não foi de brincadeira. Na quinta, 4 de abril, a Cavalaria investiu contra «os inimigos da Pátria» que assistiam a uma missa.

(40V)

To Messrs
16 July 07
Starks

ROTEIRO DAS TESES DA UME

Infiltração Imperialista no Ensino

1. — Introdução.
2. — Texto do Acôrdio ME-USAID.
3. — Nôvo Convênio MEC-USAID.
4. — Caráter do Acôrdio MEC-USAID.
5. — O que é a USAID?
6. — Análise da Política Educacional:
 - (I) Ensino Primário;
 - (II) Ensino Médio;
 - (III) Ensino Superior.
7. — Verbas empregadas pelo Govêrno.
8. — O que é o Imperialismo.
9. — A Dominação Imperialista.
10. — Estratégia global do Imperialismo.
11. — Imperialismo e capital nacional.
12. — A classe média.
13. — Estudante e classe.
14. — Composição Social da Faculdade.
15. — O Golpe.
16. — Depois do Golpe.
17. — Alternativas políticas da classe média
18. — Panel do estudante na luta anti-imperialista.



SEMINÁRIO REGIONAL

ACÔRDO MEC-USAID

(Infiltração do capital norte-americano
no Ensino Brasileiro

DIAS 13 - 14 - 15 DE JUNHO

UME—UFE UESE

COMPAREÇAM E PARTICIPEM

